

Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

ESTUDO DA DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO
VOLUME II - VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

Brasília
2008

Copyright ©2008 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/planejamentoterritorial>

Tiragem desta edição: 1000 exemplares

Impresso no Brasil

1ª edição – 2008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS

Esplanada dos Ministérios, bloco K, 3º andar

Telefone: 55 (61) 3429-4343

Fax: 55 (61) 3226-8122

70040-906 Brasília-DF

Esta publicação é uma realização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em parceria com Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº27/2006, em 01/09/2006; Processo nº03300.000415/2006-91, publicado no D.O.U. de 04/09/2006, seção 3, página 96; no D.O.U. de 19/9/2006, seção 3, página 85; e no D.O.U. de 27/7/2007 (Termo Aditivo).

Catálogo: DIBIB/CODIN/SPOA/MP

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.

Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume II - Visão Estratégica Nacional / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

185 p.

1. Política econômica. 2. Planejamento territorial. I. Título

CDU: 338.2

Equipe Técnica responsável pela elaboração deste volume:

Rosana Barros Boani Pauluci – Coordenadora de Módulo

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Bertha Koiffmann Becker – Consultora

Constantino Cronemberger Mendes

Gilda Massari Coelho – Consultora

Márcio de Miranda Santos

Thiago Marques Ferreira

Visão Estratégica Nacional



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
LISTA DE SIGLAS	17
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL.....	21
2.1 Modelo Teórico de Foresight do CGEE.....	21
2.2 Desenvolvimento Metodológico de Elaboração da Visão Estratégica Nacional	24
2.3 Principais Conceitos Adotados	27
3. VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	31
4. BASES DA ESTRATÉGIA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO.....	37
4.1 Fundamentos Gerais.....	37
4.2 Referências Territoriais	48
5. REFERENCIAIS DE FUTURO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS.....	83
5.1 Imperativos Globais e Linha do Tempo.....	83
5.2 Fatos Portadores de Futuro	95
5.3 Escolhas Estratégicas e Determinantes Nacionais.....	97
6. VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL E A CONCEPÇÃO DO PAÍS QUE QUEREMOS	103
6.1 Construção do Brasil Policêntrico	112
6.2 Vetores de Desenvolvimento Territorial.....	116
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
8. ANEXO I – PARTICIPANTES DE DISCUSSÕES	157
9. ANEXO II – VETORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL X FATOS PORTADORES DE FUTURO	161
10. ANEXO III – LINHA DO TEMPO POR HORIZONTE TEMPORAL.....	171
11. ANEXO IV – RELAÇÃO DE DIRETRIZES ESTADUAIS – COMPILAÇÃO.....	175

PREFÁCIO

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, apresenta o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, desenvolvido em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE que servirá para subsidiar a inserção da dimensão territorial no planejamento governamental.

O estudo ora apresentado insere-se no esforço do Governo Federal de instrumentalizar o debate acerca da necessidade de se olhar o território como base do desenho das políticas públicas de médio prazo que dialogue com a visão de longo prazo.

O estudo aborda o território de forma não-convencional com uma metodologia de planejamento governamental que incorpora a dimensão territorial como orientador da ação pública programática.

O combate às desigualdades, regionais e sociais, deve estar no foco das políticas públicas. Assim, parte importante da estratégia de planejamento territorial implica a promoção do desenvolvimento das regiões menos dinâmicas do país.

A Constituição Federal de 1988, que definiu o Plano Plurianual, organizou de forma regionalizada a ação pública pela primeira vez.

Os instrumentos de ação pública devem considerar a necessidade da regionalização dos gastos desde a formulação da política pública, a partir das necessidades identificadas pelos cidadãos, até a avaliação dos impactos dessas políticas.

Nos anos 70 e 80, o Brasil perdeu sua capacidade de planejamento com a crise da dívida e a hiperinflação. Na década de 90, o país alcançou a estabilidade da moeda com o Plano Real, mas foram necessárias fortes medidas de ajuste fiscal que tiraram do Estado brasileiro sua capacidade de investimento e afetaram fortemente o crescimento econômico, prejudicando a retomada das ações de planejamento.

Hoje o cenário mudou e o país tem conseguido manter a estabilidade macroeconômica e crescimento, possibilitando ao governo o resgate do planejamento das ações públicas que é observado nos diversos planos nacionais, tais como o Plano Nacional de Logística e Transportes, o Plano Decenal Energético, o Plano de Desenvolvimento da Educação, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Territórios da Cidadania.

Inserir a dimensão territorial no planejamento significa eleger o território como plataforma de integração das políticas públicas e, assim, situar-nos no cerne do debate acerca da eficiência e qualidade dos gastos públicos. Para isso, precisamos incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas orientadas para resultados e foco no cidadão.

O Estado brasileiro precisa de políticas públicas capazes de garantir igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentado, organizadas em planos de médio e longo prazo com estabilidade de fluxo orçamentário e financeiro a fim de garantir a conclusão do que foi iniciado.

Devemos superar a visão setorial incorporando a dimensão territorial. Ao se estabelecer os territórios como base das demandas sociais, torna-se mais fácil a compreensão das causas do problema a ser enfrentado e a priorização das ações a serem implementadas.

Tanto na área social, como nas políticas educacionais, de saúde, ou nas questões de infra-estrutura e segurança, os diagnósticos dos territórios deveriam ser a primeira referência para a delimitação da ação e a priorização dos gastos, garantindo que a população beneficiada com a ação pública seja a que mais necessita da ajuda do Estado e não apenas aqueles mais bem capacitados institucionalmente.

Da mesma forma, o planejamento territorial favorece o diálogo federativo focado no enfrentamento das fragilidades e potencialidades de cada um dos entes, além de abrir canais de participação com a sociedade, cobrando nova postura dos movimentos sociais, agora co-responsáveis pelas políticas públicas.

Para se integrar de forma competitiva no cenário internacional, o Brasil precisa aumentar o grau de coesão do desenvolvimento entre as regiões, de forma a potencializar a diversidade das forças produtivas, incorporando novos agentes econômicos com a formação de um mercado de massa dinamizador do mercado interno.

Espera-se com a publicação dos principais resultados do “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”, estar contribuindo para que o Estado avance o seu olhar estratégico sobre os rumos que se deseja para o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que se municia para alcançar maior qualidade do gasto público.

Paulo Bernardo Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

APRESENTAÇÃO

O presente Estudo tem por objetivo subsidiar a abordagem da dimensão territorial no planejamento nacional, procurando contribuir para responder às inquietantes indagações que desenharão o nosso futuro: Como estarão distribuídas a capacidade produtiva, a rede de oferta de serviços e a infraestrutura ao longo do território nacional daqui a vinte anos? Onde estarão as pessoas, para onde se darão os fluxos migratórios? Quais os impactos territoriais das novas tecnologias? Enfim, qual o Brasil que queremos ter em 2027?

O Estudo procurou apresentar alternativas de ações para se alcançar uma organização territorial do país que promova o desenvolvimento sustentável de suas diversas regiões e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nessa linha, sete grandes diretrizes orientaram o desenvolvimento do projeto:

1. Superação das desigualdades sociais e regionais.
2. Fortalecimento da unidade (coesão) social e territorial.
3. Promoção do potencial de desenvolvimento das regiões.
4. Valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população brasileira.
5. Promoção do uso sustentável dos recursos naturais encontrados no território brasileiro.
6. Apoio à integração sul-americana.
7. Apoio à inserção competitiva e autônoma do país no mundo globalizado

O Estudo estruturou-se formalmente em oito módulos, envolvendo atividades e produtos complementares e articulados entre si. Os oito módulos compreendem o marco inicial, um serviço de georreferenciamento e seis linhas principais de atividades. A organização metodológica permite dividi-las em duas partes principais: uma associada às definições de contexto e aos referenciais básicos de suporte da operação de montagem de uma carteira de investimentos, compreendendo as atividades e produtos relacionados aos módulos 2, 3 e 4; outra relacionada às atividades de estruturação e tratamento dos investimentos selecionados para a carteira, abordando os produtos e atividades dos módulos 5, 6 e 7.

O Módulo 1 (Marco Inicial) tem como objetivo definir as bases conceituais e metodológicas do Estudo, bem como apresentar o detalhamento dos outros sete módulos, com a descrição das atividades, produtos, cronograma físico-financeiro e estrutura de gestão do Estudo.

Este Módulo 2 (Visão Estratégica) apresenta uma visão estratégica para o território nacional no horizonte de 2027, considerando os referenciais temporais intermediários de 2011 e 2015, que coincide com os anos de conclusão dos próximos dois Planos Plurianuais (2008/2011 e 2012/2015). Para tanto, lança novo olhar sobre o território nacional, identificando seis grandes regiões homogêneas, para as quais identifica vetores de desenvolvimento. Foram analisados os imperativos globais e determinantes nacionais que impõem obstáculos ou oferecem oportunidades ao projeto de estruturação de uma nova organização do território nacional, assim como identificados os principais fatos portadores de futuro que poderão influenciar essa trajetória.

O Módulo 3 (Regiões de Referência) construiu uma regionalização em duas escalas (macrorregional e sub-regional) para o território brasileiro que permite subsidiar a escolha e localização de projetos de investimentos, bem como a articulação de políticas públicas. Foram considerados critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos na definição das regiões, que têm em conta o papel desempenhado pelas cidades na organização do território, dada a força de polarização em sua área de influência. Ainda, a aposta na estratégia de desconcentração e desenvolvimento mais equilibrado do país levou à escolha de novos pólos, vértices de uma rede policêntrica de cidades, estrutural para a nova organização territorial pretendida.

O Módulo 4 (Estudos Prospectivos - Escolhas Estratégicas) objetivou realizar análises prospectivas sobre setores – tais como transportes, energia, comunicações, infra-estrutura hídrica, saneamento, habitação – e temas – como meio-ambiente, demografia e inovação –, os quais têm repercussões importantes na dinâmica e organização territorial atual e futura do país. Adotando abordagem multidisciplinar, almejou-se explorar os futuros possíveis a médio e longo prazo, em exercício de antecipação para subsidiar a tomada de decisão. Ademais, buscou-se examinar as políticas públicas e apontar as estratégias que poderiam ser adotadas para aproximar o país do futuro desejado para 2027. Como resultado desse processo foram selecionadas - à luz dos imperativos globais, determinantes nacionais, elementos de futuro

e gargalos (identificados pelos módulos 2 e 4) - 11 iniciativas ou grandes linhas de ação que moldam a jornada de desenvolvimento territorial do Brasil nos próximos 20 anos.

O Módulo 5 (Carteira de Investimentos) lançou-se à identificação de conjunto de iniciativas estratégicas, compreendendo as dimensões econômica, social, ambiental e de informação/conhecimento. Sua elaboração considerou dois momentos distintos: um levantamento de iniciativas já existentes no âmbito do governo federal e do setor produtivo, as quais seriam objetos de análise dos módulos 6 e 7. Esses módulos, por sua vez, indicaram, como resultado de suas avaliações, o grau de distanciamento/ proximidade da carteira de investimentos proposta e os objetivos perseguidos para a organização territorial futura do país. Após essa análise, a equipe do módulo 5 procedeu a complementação da carteira, com iniciativas que aproximassem o território nacional à trajetória almejada.

O Módulo 6 (Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos) analisou os impactos socioeconômicos da carteira de investimentos nas regiões de referência identificadas no módulo 3, além de o fazer também para as unidades federativas. A metodologia para geração de cenários setoriais e regionais articula modelos de Equilíbrio Geral Computável nacional, insumo-produto interestadual e módulos de decomposição microrregionais (econometria espacial). Foram feitas simulações para o curto (período de 4 anos, fase de implantação dos projetos) e médio prazos (fase de operação dos projetos). Dadas as características do modelo, os investimentos da carteira atinentes a desenvolvimento agrário, meio-ambiente, educação e saúde não puderam ser avaliados. Vale destacar, no entanto, que tais investimentos foram avaliados sob o ponto de vista da sustentabilidade (módulo 7).

O Módulo 7 (Avaliação da Sustentabilidade da Carteira de Investimentos) compreendeu a análise de sustentabilidade da carteira de investimentos por região de referência, por meio da construção e do teste de um modelo de avaliação de sustentabilidade, como processo simplificado de Avaliação Ambiental Estratégica. Partiu-se da análise da situação atual de sustentabilidade de todas as unidades federativas e se estimaram os impactos provenientes da implantação e operação dos diferentes agrupamentos setoriais da carteira de investimento nos territórios.

O módulo 8 (Serviços de Georreferenciamento) contempla a sistematização das informações utilizadas nos vários módulos do Estudo em bases georreferenciadas.

Com este Estudo, têm sido geradas contribuições para o aperfeiçoamento da função planejamento no país, notadamente no que se refere à consideração da dimensão territorial do desenvolvimento na formulação, gestão e implementação das políticas públicas.

Os principais resultados do Estudo são agora disponibilizados em sete volumes, a saber:

Volume I – Sumário Executivo

Volume II – Visão Estratégica Nacional

Volume III – Regiões de Referência

Volume IV – Estudos Prospectivos - Escolhas Estratégicas

Volume V – Carteira de Investimentos

Volume VI – Impactos Econômicos da Carteira de Investimentos

Volume VII – Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos

As opiniões expostas no estudo refletem o trabalho técnico desenvolvido pelos pesquisadores, que certamente vêm enriquecer as discussões no âmbito do Governo Federal, dos demais entes federativos e das entidades da sociedade civil que se debruçam sobre os temas abordados.

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

LISTA DE SIGLAS

AND – Agenda Nacional de Desenvolvimento
BR3T – Projeto Brasil Três Tempos
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
CDES – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
IEA/USP – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana
IPCC – Painel Intergovernamental em Mudanças do Clima
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
NAE/PR – Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
NIC – *National Intelligence Council*
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA – Plano Plurianual
SPI/MP – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
VESA – Visão Estratégica Sul-Americana

1. INTRODUÇÃO

Pensar o futuro de uma nação é um projeto complexo e desafiador. Não aceitar esse desafio é condenar o país a vagar pelo tempo, sem rumo definido e sem saber se estamos realmente caminhando em direção a um futuro desejado. Num país de recursos escassos, escolher uma boa rota, aproveitar oportunidades e precaver-se de escolhas erradas é essencial (Wright e Spers, 2006).

A obtenção de mais informações sobre eventos futuros se faz por meio de estudos prospectivos, de tal forma que as decisões de hoje sejam mais solidamente baseadas no conhecimento tácito e explícito disponível (Coelho, 2001). A atividade prospectiva se define como um processo mediante o qual se chega a uma compreensão mais plena das forças que moldam o futuro de longo prazo e que devem ser levadas em conta na formulação de políticas, no planejamento e na tomada de decisão. A atividade prospectiva está, portanto, estreitamente vinculada ao planejamento (Coates, 1985).

Os exercícios de prospecção buscam entender as forças que orientam o futuro, promover transformações, negociar espaços e dar direção e foco às mudanças. Tais estudos são conduzidos de modo a construir conhecimento, ou seja, buscam agregar valor às informações do presente para transformá-las em conhecimento e subsidiar os tomadores de decisão e os formuladores de políticas, destacando rumos e oportunidades para os diversos atores sociais.

Este documento está estruturado de forma a apresentar no Capítulo 2 a metodologia de construção da visão estratégica nacional, contando para isso com a descrição do modelo teórico de foresight do CGEE, o desenvolvimento metodológico da elaboração da visão e os principais conceitos adotados¹. O Capítulo 3 apresenta argumentos sobre os valores e objetivos que fundamentam a construção da visão. No Capítulo 4 faz-se a apresentação e discussão das bases da estratégia territorial do desenvolvimento: fundamentos gerais, referências territoriais e visões contemporâneas de futuro. O Capítulo 5 traz uma observação seguida de análise dos referenciais de futuro para a construção das estratégias nacionais: imperativos globais e linha do tempo, fatos portadores de futuro, determinantes nacionais e escolhas estratégicas. E, finalmente, o Capítulo 6 apresenta a concepção estratégica do “País que

¹ Estes conceitos foram adotados para a construção do Módulo 2 - Visão Estratégica Nacional no âmbito do Projeto do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

queremos”): construção do Brasil policêntrico, vetores de desenvolvimento territorial e o enunciado da Visão Estratégica Nacional.

O Anexo I contempla minimamente a relação de participantes de discussões em fóruns específicos². No Anexo II, demonstra-se, por meio de matriz de relacionamento, a relação entre Vetores de Desenvolvimento Territorial e Fatos Portadores de Futuro, por Território da Estratégia. O Anexo III apresenta a linha do tempo com os eventos distribuídos não mais por dimensão, mas pela data possível de ocorrência. Para aqueles eventos cuja previsão se situa entre duas faixas temporais, a opção metodológica foi alocá-los numa data intermediária, entre o período inicial e final. Finalmente, o Anexo VI apresenta a relação compilada de diretrizes estaduais.

O desenvolvimento do Módulo 2 foi conduzido, em larga medida, juntamente com o Módulo 4. Tal opção fundamentou-se na possibilidade de contar com um grande número de especialistas setoriais e temáticos para a discussão das perspectivas de futuro para o Brasil e o mundo. Nesse sentido, foram identificados fatos portadores de futuro, tendências e questões estratégicas, que contribuíram para a reflexão, discussão e construção da Visão Estratégica Nacional. Vale destacar o número de pessoas envolvidas nas discussões sobre a construção do futuro para o “País que queremos”.

Quadro 1: Reuniões e participantes de discussões de conteúdos incluídos na construção da Visão Estratégica Nacional

Reuniões de discussão	Quantidade
Reuniões de discussão do conteúdo do Módulo 2 (não necessariamente integrais)	14
Workshop prospectivos	6
Entrevistas estruturadas	5
Participantes (inclusive especialistas em suas especialidades)	Quantidade
Participantes das discussões	374

² As discussões, entrevistas e workshops foram realizados no âmbito do Módulo 2 – Visão Estratégica Nacional e Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos Referenciados no Território do Projeto do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL

A metodologia utilizada na construção da Visão Estratégica Nacional tem fundamento no conceito de *foresight* e na abordagem metodológica desenvolvida pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) para a condução de estudos de futuro, com as adaptações necessárias aos objetivos do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

2.1 Modelo Teórico de Foresight do CGEE

Atualmente existe uma extensa lista de campos de estudo relacionados com a temática de explorar o futuro. A denominação mais utilizada internacionalmente, particularmente por estudos em âmbito governamental, e que é adotada pelo CGEE, é o *foresight*, que inclui meios qualitativos e quantitativos para monitorar pistas e indicadores das tendências de desenvolvimento e seu desenrolar, e é melhor e mais útil quando diretamente ligado à análise de políticas e suas implicações. O *foresight* nos prepara para as oportunidades futuras.

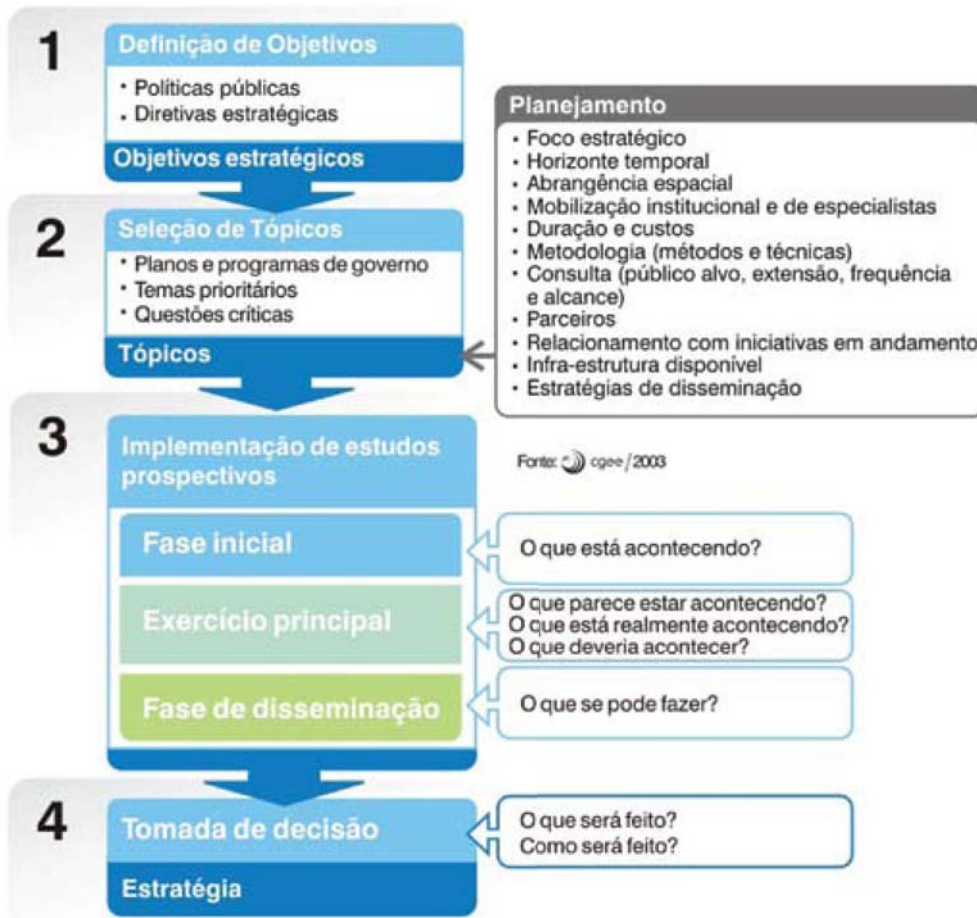
Estudos prospectivos constituem poderosos auxiliares do planejamento e do gerenciamento dos níveis de incerteza, porém precisam estar inseridos em um contexto planejado, isto é, estar embasados em diretrizes e necessidades pré-estabelecidas. Sua efetividade está intrinsecamente ligada a um desenho metodológico adequado, o qual só pode ser obtido a partir de uma delimitação precisa das questões a serem respondidas, do tipo de resposta desejada, da orientação espacial, do escopo do tema, bem como da estruturação de uma rede de atores capazes de se articularem de forma a buscarem consensos e comprometimentos necessários à implementação das linhas de ação identificadas.

O modelo teórico organizado é apresentado na Figura 1 e foi construído levando-se em conta a estrutura metodológica proposta por Horton (1999) e aprimorada a partir das idéias de Conway e Voros (2002). Seguiu também as orientações do Handbook of Knowledge Society Foresight (2002).

A condução de exercícios prospectivos no CGEE busca seguir o modelo teórico apresentado abaixo, considerando quatro grandes conjuntos para sua execução:

1. Definição de Objetivos - São as diretivas estratégicas que fundamentam o estudo.
2. Seleção de Tópicos - Uma vez definidos os objetivos para o estudo prospectivo, são selecionados os tópicos considerados prioritários a partir do reconhecimento das questões críticas a serem respondidas.

Figura 1 – Modelo teórico de foresight do CGEE

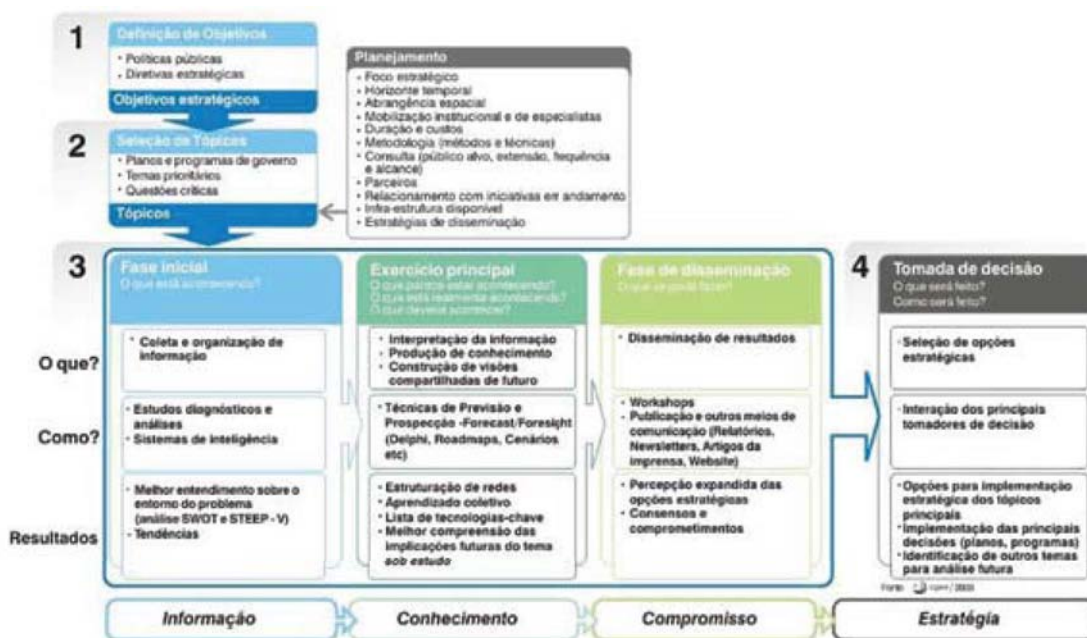


3. Implementação do Exercício Prospectivo - Este passo, de modo geral, é dividido em três fases. Cada fase agrega valor em relação à seguinte, criando uma cadeia que transforma informação em conhecimento e este em estratégia. A cada fase, tem-se um nível maior de complexidade, diminuindo o nível de incerteza e aumentando o potencial de contribuição dos resultados do exercício ao processo de tomada de decisão.

- Fase inicial - Esta fase corresponde à coleta, organização e resumo das informações disponíveis sobre o tópico ou tema sob análise, utilizando para isso estudos, diagnósticos, análises e sistemas de inteligência, de forma a construir um melhor entendimento sobre o entorno do problema. Identificam-se oportunidades e ameaças, forças e fraquezas e delimitam-se os fatores sociais, tecnológicos, econômicos, ambientais, políticos e valores culturais que potencialmente impactam o tema/tópico sob estudo. De modo complementar, são identificados e mobilizados os demais atores relevantes.
 - Exercício Principal - Durante o exercício principal, estão presentes processos de tradução e interpretação acerca das tendências correntes e das possibilidades futuras, utilizando técnicas de previsão e de prospecção (*forecast e foresight*). Enfatiza-se, nessa fase, a ampla participação de especialistas, grupos de interesse e tomadores de decisão, fortalecendo as redes criadas e o aprendizado coletivo. O resultado esperado é enriquecer o conhecimento existente com um melhor entendimento dos condicionantes envolvidos e das possibilidades apresentadas para o futuro.
 - Fase de disseminação - Nessa fase, busca-se disseminar os resultados e reforçar o comprometimento dos atores que participaram da etapa anterior com as decisões que decorrerem dela a partir de procedimentos de validação, divulgação e assimilação para audiências mais amplas. Os resultados esperados são o estabelecimento de consensos e comprometimentos e a transformação do conhecimento acumulado em estratégias e propostas passíveis de serem apropriadas pelos tomadores de decisão, buscando a expansão da percepção das opções estratégicas.
4. Tomada de Decisão - Nesta fase, busca-se selecionar as opções estratégicas mais adequadas dentre as identificadas como possíveis, partindo da interação com principais tomadores de decisão. Os resultados esperados envolvem a definição de mecanismos e instrumentos para implementação das opções selecionadas, bem como a identificação de outros temas para aprofundamento e análise futura.

A Figura 2, a seguir, apresenta o modelo expandido da metodologia atualmente em uso pelo CGEE. A idéia central dessa abordagem é proporcionar flexibilidade ao planejamento das ações, tendo em vista o alto nível de incerteza associado aos ambientes complexos.

Figura 2 – Esquema expandido do modelo teórico do CGEE para estudos prospectivo



2.2 Desenvolvimento Metodológico de Elaboração da Visão Estratégica Nacional

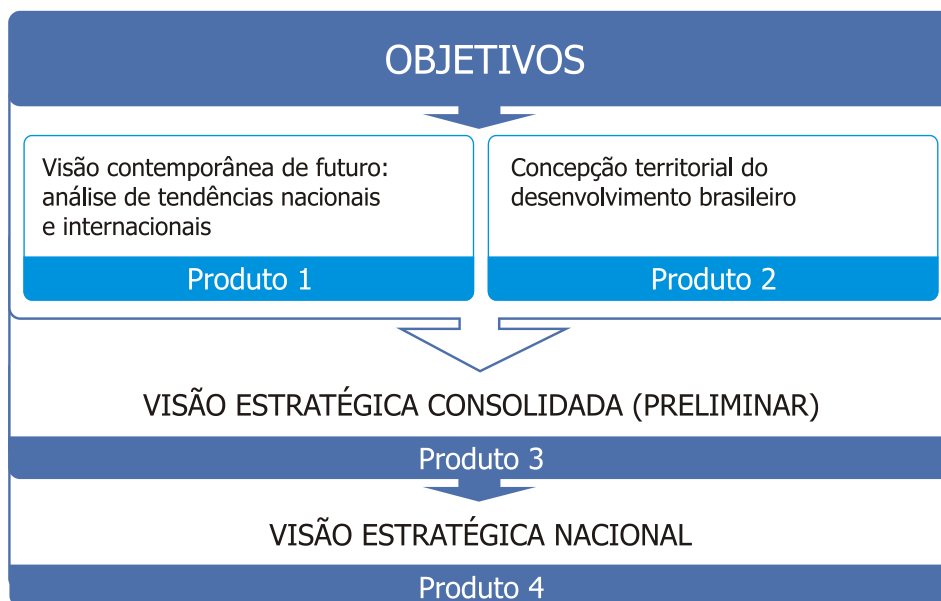
Em sua fase de planejamento, a metodologia proposta levou em conta a definição dos seus principais elementos, tais como: horizonte temporal, atores envolvidos, prazos, organização e gestão do processo; ferramentas e técnicas a serem empregadas, consultas a especialistas, parcerias para a execução e relação com as iniciativas já existentes.

Em função da natureza deste Projeto, selecionaram-se técnicas e ferramentas utilizadas em estudos de futuro com base no conceito de *foresight*, sendo as mais freqüentes a realização de notas técnicas, revisão de literatura, sessões de brainstorming, workshops para a produção de sínteses e cruzamentos temáticos e setoriais, painéis de especialistas e workshops de validação. Importante destacar que muitas dessas técnicas e ferramentas selecionadas visaram, também, proporcionar espaço para amplo aprendizado coletivo, construção de consensos e mapeamento de divergências, processos intangíveis de grande valor que resultam da aplicação da abordagem utilizada pelo CGEE. Trata-se, portanto, de abordagem atual, que tem por intenção explorar idéias no contexto prospectivo, enfrentando possíveis trajetórias para o desenvolvimento.

As análises referentes à construção da Visão Estratégica Nacional consideram eventos com ocorrências prováveis localizadas em 2015 e 2027. A figura abaixo apresenta o fluxo de elaboração de produtos³ a partir da definição dos objetivos que norteiam toda a operação.

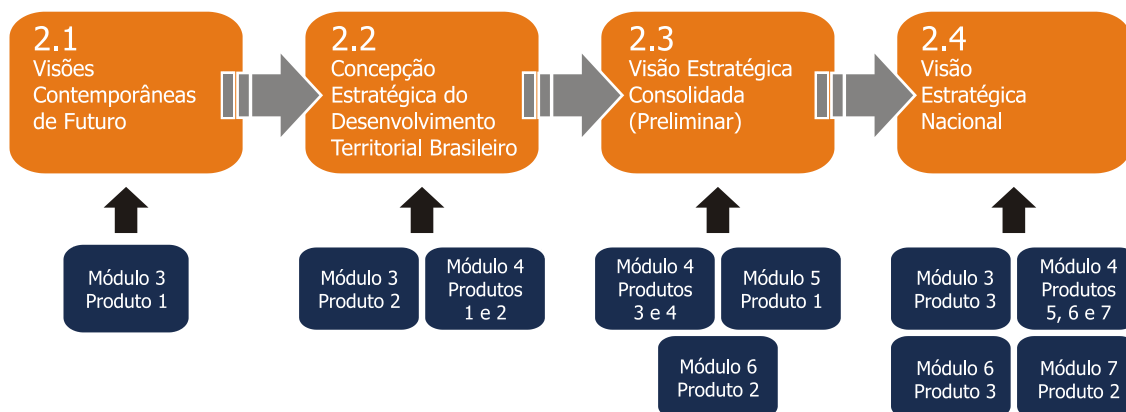
Considerados os objetivos definidos pelo projeto de estudo, a Visão Estratégica Nacional foi construída por meio de um processo estruturado, que originou três produtos intermediários. Tal processo constituiu-se, em grande medida, de: (1) desenvolvimento de novos estudos com referenciais internacionais (análise de estudos internacionais realizados) e a análise de estudos temáticos e setoriais já conduzidos pelo CGEE; (2) análise integrada dos estudos considerados, com as discussões e entendimentos produzidos nos demais módulos deste projeto (como apresenta a Figura 4); (3) interação com especialistas nacionais e internacionais em temas e setores prioritários (por intermédio de outros estudos, conduzidos paralelamente pelo CGEE).

Figura 3 – Fluxo de elaboração de produtos da Visão Estratégica Nacional, a partir dos Objetivos



³ Estes produtos foram elaborados no âmbito do Módulo 2 - Visão Estratégica Nacional do Projeto do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

Figura 4: Etapas e inter-relação entre os módulos do Projeto de Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, no que se refere à construção da Visão Estratégica Nacional



O primeiro estudo referente à construção da Visão Estratégica Nacional, Visões Contemporâneas de Futuro – produto 1, teve como objetivo relacionar visões de futuro existentes. Contempla a compilação e análise de entendimentos postos até aqui sobre as perspectivas de futuro para o Brasil e o mundo, tendo por base estudos nacionais e internacionais já realizados e disponíveis.

O segundo momento envolveu o desenvolvimento do estudo Estratégia Territorial do Desenvolvimento Brasileiro – produto 2, que construiu os fundamentos de uma visão estratégica nacional, considerando uma nova territorialização e a identificação preliminar de vetores de desenvolvimento territorial, além de uma perspectiva do ordenamento do território brasileiro para o horizonte temporal de 2027. Incorpora, ainda, entendimentos produzidos por outros módulos⁴ do Projeto de Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

Em seguida, o terceiro momento contemplou a elaboração da Visão Estratégica Consolidada (preliminar) – produto 3, que consolida as informações contidas nos produtos 1 e 2 do Módulo 2, além de incorporar: (a) resultados preliminares

⁴ Módulo 3 – Regiões de Referência e Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos Referenciados no Território.

dos exercícios prospectivos setoriais e temáticos realizados no Módulo 4⁵; (b) resultados do Módulo 3 – Regiões de Referência; (c) resultados de outros estudos prospectivos realizados pelo CGEE; (d) entendimentos produzidos nos módulos⁶ 5 e 6.

Vale destacar que essa etapa incorporou maior inter-relacionamento com os Módulos 3 e 4 (ver nota 5), como pode ser observado na Figura 5. A efetividade dessa inter-relação é obtida por meio de análises de estudos setoriais, temáticos e regionais realizadas nos Módulos 3 e 4 (ver nota 5), reuniões de coordenação com especialistas de todos os Módulos, e por meio da consulta a especialistas (entrevistas estruturadas).

Por fim, a composição da Visão Estratégica Nacional incorpora: (1) os resultados finais dos Módulos 3 e 4 (ver nota 5); (2) a revisão das bases constitutivas da visão, com seus fundamentos, análise da organização territorial atual do Brasil e visões de futuro; (3) a revisão da linha do tempo, tendo em vista novos estudos apresentados; (4) a revisão e adequação dos fatos portadores de futuro; (5) a definição da relação mais precisa entre vetores de desenvolvimento territorial, fatos portadores de futuro e escolhas estratégicas; e (6) o enunciado final da Visão Estratégica Nacional. Prevê, ainda, a validação da Visão Estratégica Nacional com especialistas.

2.3 Principais Conceitos Adotados

Apresentam-se, a seguir, os conceitos norteadores da construção da Visão Estratégica Nacional, de forma a possibilitar um entendimento mais claro do que estará sendo desenvolvido e sobre as orientações teóricas que fundamentam o seu processo de construção.

Configuração territorial

Compreende a distribuição de elementos, processos e relações sociais no território em um dado momento (Coraggio, 1980).

Determinantes nacionais

São questões de âmbito nacional, sobre as quais se tem governabilidade e que condicionam opções e escolhas estratégicas do país.

5 Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos Referenciados no Território.

6 Módulo 5 – Carteira de Investimentos e Módulo 6 – Impactos da Carteira de Investimentos por Região de Referência.

Fatos portadores de futuro

São fatos mutantes ou portadores de mutações associados a acontecimentos ou inovações capazes de afetar um sistema, ao estabelecer pontos de inflexão em tendências observadas, ou determinar escolhas irreversíveis por partes de atores importantes (Prigogine, apud Dagnino, 1997). No âmbito do estudo, são considerados pontos orientadores para a identificação e seleção de vetores de desenvolvimento territorial.

Gargalos nacionais

São obstáculos que dificultam a operacionalização de estratégias, planos e programas ou que afetam diretamente os seus resultados.

Imperativos globais

São questões relacionadas com o planejamento nacional sobre as quais se tem pouco ou nenhum controle, ou ingerência, e que restringem as possibilidades de modelar o futuro.

Linha do tempo (Timeline)

É a seqüência de eventos de diferentes naturezas, organizados em ordem cronológica e posicionados ao longo de uma linha temporal. A linha do tempo pode apresentar uma evolução histórica ou posicionar, no futuro, a data provável de ocorrência de eventos possíveis.

Organização Territorial

Compreende uma configuração territorial para a qual é possível identificar as relações legais e fenômenos que a explicam.

Prospecção

A atividade prospectiva se define como um processo mediante o qual se chega a uma compreensão mais plena das forças que moldam o futuro de longo prazo e que devem ser levadas em conta na formulação de políticas, no planejamento e na tomada de decisão. A atividade prospectiva está, portanto, estreitamente vinculada ao planejamento (Coates, 1985).

A obtenção de mais informações sobre eventos futuros se faz por meio de estudos prospectivos, de tal forma que as decisões de hoje sejam mais solidamente baseadas no conhecimento tácito e explícito disponível (Coelho, 2001).

Região

A região é resultado da prática dos detentores do poder e da prática social coletiva que demarca um território. Corresponde a um nível de agregação das coletividades locais – e seus territórios – no interior do Estado-Nação, que tem em comum as diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade própria da população, que se manifesta numa finalidade social e política própria e em modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico (Becker, 1986).

Tendências

São padrões evidenciados a partir da análise da ocorrência de eventos no passado. Permitem estabelecer previsões sobre o futuro, construído na hipótese de que as coisas mudam na mesma direção e no mesmo ritmo que no passado e no presente. (University of Arizona, 2007; Prospectiva Madrid 2014, 2006).

Território

O conceito tem várias raízes, mas à medida que se construíram e se consolidaram os Estados-Nação, o território passou a ser identificado com sua base geográfica, o sustentáculo físico da soberania nacional. Território é o espaço da prática. Por um lado, é o produto da prática espacial, que inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço e implica a noção de limite – componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações a partir do controle do território. É a face vivida do poder.

Território da estratégia

São territórios abrangentes definidos como tal por realçar os traços fundamentais da organização territorial do país. Justificam-se no estudo por servirem de base para o delineamento dos vetores estratégicos de desenvolvimento, relacionando-se com as escalas macro e sub-regionais que referenciam as carteiras de investimento.

Valores

São virtudes desejáveis ou características básicas positivas que se quer adquirir, preservar e incentivar (Unicamp, 2004).

Vetores de desenvolvimento territorial

Compreendem as principais linhas de referência para a estruturação das estratégias de desenvolvimento associadas às principais unidades que dão nexos à atual organização territorial do país. Os vetores devem orientar a estruturação das carteiras de investimento que detalham as iniciativas de ação sugeridas pelo Estudo.

Visão estratégica nacional

Descreve, em termos ideais, o país que se deseja para o futuro de médio e longo prazos, a partir dos resultados esperados de políticas, programas e projetos estratégicos. A visão estratégica dá direcionamento e inspiração para a fixação de metas para um projeto nacional (Unicamp, 2004).

3. VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Pensar o desenvolvimento brasileiro futuro implica lidar com as trajetórias prováveis de evolução do país à luz de imperativos globais, determinantes nacionais, escolhas estratégicas e fatos portadores de futuro que podem moldar essa jornada. A atual organização territorial do Brasil pode ser superada pela ação decidida dos seus cidadãos, a partir de uma estratégia que organize as ações de desenvolvimento no todo e em cada fração do Território Nacional e se oriente pelas configurações futuras desejáveis e viáveis no horizonte adotado. Para isso, é necessário estabelecer objetivos claros e pactuá-los amplamente com a sociedade.

Na condução dessa tarefa, algumas referências importantes podem ser invocadas. Um conjunto de instrumentos normativos e de planejamento, oriundos de processos constitucionais ou iniciativas governamentais recentes, podem servir a esse propósito, emprestando maior solidez às orientações contidas na visão estratégica nacional. Ao longo do atual Governo, quatro referenciais⁷ se destacam:

- O Plano Plurianual vigente (PPA 2004-2007), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), elemento principal de referência de nosso Estudo;
- A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), emanada pela instância máxima de representação social junto ao Poder Executivo, representada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES);
- O Projeto Brasil 3 Tempos (BR3T), coordenado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE), orientado para referenciais estruturais e de longo prazo da economia e sociedade brasileiras;
- A Visão Estratégica Sul-Americana (VESA), articulada ao esforço da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

⁷ No início do segundo mandato do Presidente Lula, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que abrange o período de 2007-2010 e visa promover o desenvolvimento por meio de um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado. O seu lançamento ocorreu quando o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento já estava em sua fase final e não será objeto de análise na concepção da Visão Estratégica Nacional, que tem uma perspectiva de médio e longo prazos. Por outro lado, constitui um elemento fundamental da elaboração da Carteira de investimentos (Módulo 5 do Projeto de Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento).

Todos esses documentos assinalam rumos para o desenvolvimento territorial brasileiro e servem de base para escolhas iniciais desse Estudo. Há referências indispensáveis como, por exemplo, a proposta de adoção de um modelo de consumo de massas incorporada ao PPA 2004-2007 ou a prioridade absoluta para a redução das desigualdades sociais e regionais sugerida pela AND. Dessa forma, se há um conteúdo normativo implícito na escolha dos objetivos da visão estratégica nacional, o uso dos referenciais oficiais de planejamento reduz o grau de arbitrariedade nela envolvido.

Propor rumos para o desenvolvimento brasileiro não se coaduna, necessariamente, com a satisfação dos desejos de todas as frações da população. A superação dos eventuais conflitos de interesse pressupõe a utilização dos instrumentos democráticos existentes para uma efetiva validação social dos valores, objetivos e opções estratégicas selecionadas.

A estratégia territorial de desenvolvimento parte de valores que conformam toda a construção do Estudo. Adotou-se como referência o conjunto de valores declarados na Agenda Nacional de Desenvolvimento (CDES, 2005) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que mescla representações dos poderes constituídos com representações mais amplas da sociedade civil. São eles:

- Democracia;
- Liberdade;
- Equidade;
- Identidade Nacional;
- Sustentabilidade;
- Respeito à diversidade sociocultural;
- Soberania.

Esses valores já apontam, em larga medida, para os objetivos que se definem à frente. Espelham anseios maiores da sociedade nacional em pleno exercício da democracia. Em parte, apresentam dimensões essenciais da nacionalidade, muitas delas pouco consideradas em projetos anteriores de desenvolvimento, especialmente em momentos de menor liberdade política.

Ao lado dos valores, um conjunto de fundamentos e outro de meios esclarecem aspectos importantes a considerar na seleção dos objetivos do

Estudo, justificando-se pela aderência ao seu objeto específico principal, o território. Toda a concepção proposta de desenvolvimento parte da consideração direta de que o território é referência indispensável e decisiva para alcance dos objetivos pretendidos. Isso realça o significado de alguns fundamentos e meios que organizam os princípios e espaços preferenciais de atuação subjacentes à visão de desenvolvimento defendida no Estudo.

Os quatro fundamentos principais, abordados com maior profundidade no próximo capítulo, representam alicerces indispensáveis da visão, pois sem eles o conjunto de objetivos poderia assumir composição diversa da que se apresenta mais à frente. São eles:

- O modelo de consumo de massas, já incorporado em suas linhas gerais no PPA 2004-2007, que assinala uma trajetória sustentada de expansão da economia e que conjuga progresso técnico e distribuição de renda;
- O atendimento simultâneo dos princípios de equidade e eficiência, que habilita outro caminho de desenvolvimento para o país, reduzindo desigualdades e aproveitando potenciais inexplorados de organização social produtiva em diversas partes do território nacional;
- O papel do Estado como articulador das estratégias e promotor das iniciativas de desenvolvimento, personagem indispensável para fazer frente às tendências de esgarçamento das identidades nacionais;
- O significado do território como elemento-guia capaz de fazer convergir as escolhas estratégicas do desenvolvimento brasileiro e de informar a solução do problema das desigualdades.

De outra parte, cabe destacar um conjunto de meios, como espaços essenciais de intervenção. De uma forma ou de outra, os meios estão presentes no elenco de iniciativas que se pretende propor para cada um dos compartimentos territoriais. São referências obrigatórias para a estratégia de desenvolvimento de qualquer fração territorial e sintetizam o que é mais importante de se modificar para o alcance de outra organização territorial. Identificam-se quatro meios:

- O sistema de logística, que concorre para ampliar a acessibilidade dos agentes, insumos e mercadorias e se desdobra num conjunto expressivo de redes de infra-estrutura.

- A rede de cidades, que organiza a estrutura urbana do território e responde pelas condições para as suas conexões nacionais e internacionais.
- O sistema de ciência, tecnologia e inovação, que irradia novos padrões tecnológicos e determina o comportamento desejado das estruturas de produção e consumo.
- O padrão de oferta de bens e serviços, que estabelece o perfil socioprodutivo e determina as bases para a interação espacial, espelhando o padrão de especialização dos territórios.

Os fundamentos percorrem alguns elementos centrais do debate nacional sobre o planejamento nacional e territorial, de forma a assinalar referências importantes que amparam as opções adotadas no Estudo. Os meios, por outro lado, representam o substrato pelo qual transitam as orientações com vistas a um novo ordenamento territorial nacional, ou seja, o lócus preferencial de incidência das estratégias.

Os valores, fundamentos e meios concorrem para dar suporte e coerência ao conjunto de sete objetivos da estratégia proposta:

1. Superar as desigualdades sociais e regionais (condiciona os demais)⁸;
2. Fortalecer a unidade (coesão) social e territorial;
3. Promover os potenciais de desenvolvimento sustentável das regiões;
4. Valorizar a inovação e a diversidade cultural e étnica da população;
5. Promover o uso sustentável dos recursos naturais;
6. Apoiar a integração sul-americana;
7. Apoiar a inserção competitiva autônoma no mundo globalizado.

Transformar a organização territorial brasileira, substituindo-a por um novo ordenamento territorial, envolve assumir estratégias ousadas de desenvolvimento. As escolhas dependem, em última instância, de decisões políticas que, dentro de certos limites, podem ser adaptadas às condições

⁸ A hierarquia entre o primeiro objetivo e os demais não nasce aqui, mas na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND). A idéia de um enfrentamento prioritário das desigualdades como meio de transformar o Brasil surgiu com força na agenda aprovada pelos empresários, sindicalistas, pesquisadores, gestores públicos e outras lideranças expressivas da sociedade brasileira que integram o CDES.

específicas de uma região ou localidade.

O Estado pode e deve retomar a condução de um projeto nacional de desenvolvimento, ajustando-se às novas condições que se impõem para o exercício de seu tradicional papel social. Também se obriga a ouvir cada vez mais a sociedade e a compartilhar internamente estratégias e iniciativas entre os vários entes federados constituídos. A sociedade, em contrapartida, tenderá a estar mais participativa e atenta aos movimentos dos temas que a afetam.

Neste país de grandes contrastes, os avanços em termos de coesão social e econômica estão ligados aos processos que viabilizam a redução de desigualdades sociais e regionais. É imprescindível manter a visão de conjunto, em que as orientações emanadas para uma determinada fração territorial sejam pensadas em harmonia com as definidas para os outros territórios. Almeja-se construir um resultado para todo o território nacional e isso tem seu preço.

A visão estratégica nacional ganha, assim, consistência inequívoca no conjunto dos objetivos propostos e na maneira singular de interpretá-los.

Figura 5 - Bases constitutivas da estratégia de desenvolvimento territorial



4. BASES DA ESTRATÉGIA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

As estratégias de desenvolvimento tomam por base referências que amparam as escolhas adotadas. A estratégia de desenvolvimento aqui proposta baseia-se em três referências principais:

- Um conjunto de fundamentos gerais, que qualificam aspectos essenciais das rotas traçadas para a ação;
- Um ponto de partida territorial, o retrato do Brasil que se quer modificar - que é uma interpretação da atual organização espacial/territorial e de suas características principais;
- Uma visão do futuro, apta a colocar as reflexões estratégicas em confronto com fatos, processos, determinantes e imperativos que orientam a linha do tempo considerada.

4.1 Fundamentos Gerais

A definição de uma estratégia territorial para o desenvolvimento brasileiro pode buscar referências em diversas composições de valores, fundamentos e objetivos. A concepção aqui defendida, inspirada na Agenda Nacional de Desenvolvimento elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, toma por base quatro fundamentos principais, que são abordados em maior detalhe neste item:

- O modelo de consumo de massas;
- A composição entre os princípios de equidade e eficiência;
- O papel do Estado;
- O significado do território.

Os quatro fundamentos apresentam estreita articulação entre si. Não há como promover o consumo de massas no país sem estimular, simultaneamente, uma redução das desigualdades; tampouco, não há como avançar na direção de conciliar dinâmica e igualdade, sem a cumplicidade ativa e o respaldo do Estado; ou ainda, não há como efetivamente obter resultados nesses campos, sem que se utilize largamente o território como ponto de articulação das iniciativas.

É importante assinalar que o Brasil, já há alguns anos, tem um desempenho geral convergente com esses quatro fundamentos da estratégia territorial.

Isso confirma que o momento é favorável para a intensificação dos esforços realizados e a ampliação e refinamento da estratégia territorial de desenvolvimento.

4.1.1 O MODELO DE CONSUMO DE MASSA

O PPA 2004-2007 adotou como estratégia para o desenvolvimento do Brasil o modelo de consumo de massas. O modelo contempla uma efetiva possibilidade de organização de um novo ciclo de crescimento sustentado do país, após vários anos de desempenho insatisfatório da economia. Ao contrário do antigo modelo de substituição de importações⁹, que podia ser compatível com a concentração de renda, ele se ancora numa elevação persistente do rendimento e consumo das famílias trabalhadoras, que se associam dinamicamente aos investimentos em infra-estrutura física tradicional e inovação tecnológica. A auto-alimentação desses dois componentes promove um círculo virtuoso capaz de sustentar o crescimento da economia e propiciar a transformação social do país.

Barbosa e Bielschowsky (2007), principais propositores, assim descrevem o modelo:

“Dado um crescimento qualquer, macroeconomicamente sólido e capaz de promover a expansão dos investimentos, a modalidade consolida-se ao longo do tempo pelo estabelecimento gradual de um círculo virtuoso que opera da seguinte forma (...): a) Os investimentos se traduzem em aumento da produtividade e das exportações; b) A elevação da produtividade beneficia equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras. c) Esses rendimentos se transformam em consumo popular continuamente ampliado; e d) A ampliação do consumo provoca a expansão dos investimentos e o progresso técnico.”

O modelo demanda um esforço concertado de política, pois se apóia tanto na elevação da produtividade e competitividade da estrutura produtiva quanto do consumo e rendimentos dos trabalhadores, processos que já se encontram em curso na economia brasileira. Em sentido oposto às percepções muito difundidas na análise econômica, o cerne desse duplo movimento reside no fato, já amplamente constatado pela literatura, de que o consumo popular estimulado pela elevação da renda se orienta para os

⁹ Para uma análise do modelo de substituição de importações, cf. Furtado (1972 e 1974), Tavares e Serra (1972), Rodríguez (1981), Mantega (1984) e Bielschowsky (1988).

segmentos modernos da economia, de maior produtividade e mais afetos à incorporação de inovações.

O avanço do modelo no Brasil tem sido paulatino, na esteira da reformulação da prioridade das políticas direcionadas à transferência de renda às populações mais carentes e da lenta retomada dos investimentos. Pode ser passível de aceleração pela via da melhor organização de um conjunto amplo de políticas públicas que alimentam seus principais circuitos e desestimulam obstáculos porventura existentes.

O estímulo necessário ao círculo virtuoso do consumo de massas nasce do aproveitamento das economias de escala e de escopo derivadas da ampliação do tamanho do mercado, da incorporação de novas tecnologias e recorrente recurso à inovação e seus processos, do deslocamento de mão-de-obra dos setores tradicionais para os modernos ou, ainda, da transformação dos padrões de produção dos setores atrasados; processos que tendem a reforçar aumentos de produtividade do sistema.

Para Carneiro (2006), a sustentação do modelo por prazo mais longo “(...) precisa ser um movimento em pinça: permitir a um contingente cada vez maior do universo de mais de 56 milhões de famílias brasileiras (que representam um potencial de despesa de cerca de US\$ 700 bilhões, equivalente ao PIB da Austrália) o acesso aos bens de consumo que a moderna tecnologia torna cada vez mais baratos e permitir que a produção desses bens se faça a preços competitivos ao longo de toda a cadeia produtiva”.

No Brasil de hoje, alguns fatores contribuem de forma expressiva para aumentar as possibilidades do modelo. Dentre outros, cabe assinalar a janela de oportunidade demográfica ora vivida pelo país. Por um período de aproximadamente mais duas décadas, o Brasil contará com uma combinação favorável de taxas declinantes de crescimento populacional que se farão acompanhar por um aumento da proporção relativa das pessoas em idade ativa no conjunto total da população. Além disso, a elasticidade-emprego do PIB vem se elevando sistematicamente nos últimos anos e observa-se uma tendência benigna de aumento relativo da demanda por mão-de-obra no mercado de trabalho, o que amplia as chances de apropriação de maiores fatias da renda pelos trabalhadores.

O consumo de massa mostra-se igualmente compatível com o crescimento das exportações. Os ganhos gerais de competitividade e o avanço do setor agrícola moderno, em que o país detém vantagens comparativas naturais, pavimentam o caminho para a geração de impulsos que auxiliam na sustentação dinâmica do modelo.

Algumas características negativas da realidade brasileira, como assinalam Barbosa e Bielschowsky (2007), podem se fazer presentes, o que atrapalha a viabilização do modelo:

“A estratégia de crescimento por consumo de massa tem boas chances de êxito, mas requer a implementação de políticas de distribuição de renda e de investimentos fixos e em inovação tecnológica. São esses os dois âmbitos fundamentais, já que neles residem as principais barreiras à sua operação: i) São historicamente frágeis os mecanismos de transmissão do aumento de produtividade aos rendimentos das famílias trabalhadoras; ii) Tem sido muito baixa a propensão a investir e a inovar na economia brasileira.”

Não obstante as dificuldades, hoje o Brasil dispõe de um quadro macroeconômico favorável, que permite cogitar esforços de política pública que amenizem traços históricos indesejados da economia brasileira. Se as iniciativas sociais já geraram frutos expressivos, no campo das políticas ativas de desenvolvimento ainda é necessário superar velhos preconceitos e agressivamente estimular uma mudança comportamental da estrutura produtiva em busca de outro patamar de relações com a inovação¹⁰. Desnecessário assinalar que o fortalecimento do processo de geração autóctone de inovações pode e deve estar articulado aos caminhos da internalização de inovações, num processo igualmente de auto-alimentação¹¹.

O diálogo entre o modelo de consumo de massas e a estratégia territorial de desenvolvimento do país se dá em bases teóricas convergentes. Em princípio, como argumentam Barbosa e Bielschowsky (2007), ambas as estratégias de desenvolvimento “pertencem à mesma tradição heterodoxa e desenvolvimentista”, que ainda conta com a parceria provável da que identificam como “inovação e competitividade”, de inspiração neoschumpeteriana. Há, não obstante, nuances num e noutro olhar que permeiam certa distinção

¹⁰ Segundo a Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC 2005 (IBGE 2005), apenas 5.046 empresas declaram dispêndios em P&D no Brasil.

¹¹ Cf. IBGE (2005), Negri et alii (2006) e Dahlman (2007).

dessas concepções estratégicas. Os que se associam à vertente da integração territorial defendem que a moderna concepção do desenvolvimento inova na abordagem multiescalar do território, desde o local ao global, o que propicia a obtenção de resultados mais eficazes para a melhoria da qualidade de vida das populações. Acreditam que nenhuma estratégia macro pode mais dispensar um diálogo com as diversidades sociais e regionais do país. O território conta, e não pode ser desconsiderado.

Se a estratégia territorial para o desenvolvimento brasileiro está perfeitamente amparada pelos preceitos do modelo de consumo de massas, a abordagem territorial o qualifica, ajustando-o às múltiplas realidades que o país congrega. Os investimentos em infra-estrutura e inovação constituem, igualmente, seus instrumentos preferenciais de ação. E, por fim, reivindicar prioridade relativa circunstancial para a redução das desigualdades contribui para aumentar a probabilidade de que o Brasil possa se transformar em um país desenvolvido. Daí por que se torna importante, nesse momento, discutir a harmonia da relação entre equidade e eficiência.

4.1.2 A COMPOSIÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DE EQUIDADE E EFICIÊNCIA

O crescimento é uma condição necessária e indispensável ao desenvolvimento brasileiro, porém a efetiva transformação social, anseio da maioria da população, reclama enfrentamento direto e objetivo das desigualdades sociais e regionais.

A história do Brasil no século passado mostra que adotar uma trajetória de crescimento não é suficiente para que o país alcance efetivo desenvolvimento¹². As várias décadas seguidas de crescimento econômico intenso não foram suficientes para permitir que o Brasil superasse a condição de país subdesenvolvido ou em desenvolvimento e ocupasse lugar no conjunto das nações desenvolvidas. Milhões de dólares de investimentos ao longo daqueles anos permitiram ao Brasil modernizar-se parcialmente, gerar riqueza comparável à do primeiro mundo para certa fração da população, construir uma estrutura produtiva significativa, mas não criar um caminho persistente de mudança social, que tornasse substancialmente melhor a vida do conjunto dos seus cidadãos.

¹²Segundo Maddison (1989), o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo entre 1900 e 1980.

Por essa razão, ao contrário do que prevaleceu no passado, o desafio de reduzir desigualdades assume, hoje, uma natural ascendência em qualquer estratégia de desenvolvimento que se organize para o país (CDES, 2006).

Os últimos vinte anos de letargia atestaram a profundidade dos impactos da globalização sobre a sociedade brasileira. No contexto da adesão às forças neoliberais, ancoradas na suposta superioridade dos princípios do mercado, destruiu-se a antiga máquina de crescimento sem que novas orientações estratégicas fossem concebidas e implantadas (Barbosa e Bielschowsky, 2007 e Dahlman, 2007). A liderança do Estado na mobilização das forças sociais em torno à construção de trajetórias de desenvolvimento foi desarticulada com a crise dos padrões monetários e financeiros vigentes e a assunção de novas orientações para a ordem global instituída. O fenômeno da hiperinflação manifestou-se com força na passagem de uma ordem mundial para outra, determinando esterilização de grande parte da riqueza financeira acumulada nas décadas de forte dinamismo e desnacionalização relativa de ativos. Diante do novo modo de regulação da ordem social, não cabia mais o velho modelo de desenvolvimento.

Em direção oposta, a redemocratização do país abriu espaço para outro modelo de desenvolvimento brasileiro. A base democrática em consolidação torna cada vez mais possível rearticular politicamente esse país de extremos. Também impõe olhar para outras dimensões, inverter o essencial das estratégias passadas e redefinir a hierarquia dos objetivos do desenvolvimento.

O crescimento precisa ser matizado pela mudança social, de forma que parcelas expressivas da população tenham assegurados os seus lugares e a inclusão em uma nova ordem social. Assim, critérios de equidade, eficiência, coesão e competitividade devem pôr-se lado a lado na organização de um novo modelo de desenvolvimento nacional, capaz de aplicar maior dinâmica no sistema econômico, além de solidarizar o tecido social brasileiro, construindo uma trajetória de superação das desigualdades¹³.

O Brasil, é claro, não pode dispensar os efeitos positivos que o crescimento econômico pode propiciar, em especial após duas décadas de relativa estagnação na economia. Tampouco pode desperdiçar o enorme esforço realizado nos

¹³ Debate semelhante foi travado no seio da União Européia e está relatado nas posições do “Relatório Sapir”, que apresentou proposta para reconciliar os preceitos de equidade e crescimento na estratégia de investimentos dos Fundos Estruturais. Cf. Sapir et alli (2003)

últimos anos para conquistar novos mercados e gerar saldos comerciais. Na sociedade global dos ciclos nervosos do dinheiro mundial que circula por todos os cantos do planeta, a velocidade acelerada dos capitais e a necessidade de inovação contínua, movimentos instituídos pela revolução científica e tecnológica da microeletrônica, da informação e das comunicações, continuarão a estimular transformações (Harvey, 1999). A logística integrada dos vetores de produção, circulação e processamento induzirão o avanço da globalização, o crescimento econômico e modificarão a organização dos territórios.

As finanças e a ciência, tecnologia e inovação estão no epicentro das mudanças, reorientando fluxos de investimento, propondo novos padrões de consumo, suscitando novas bases para as infra-estruturas de comunicações, energia e transporte e gerando os impulsos dinâmicos mais significativos que o sistema econômico mundial requer (Galvão, 2005). No entanto, embora determinantes na conformação da nova economia mundial, não organizam processos autônomos de mudança, dissociados de outros processos sociais, econômicos e ambientais. Resultam, convém lembrar, de decisões humanas e políticas, que possibilitam, dentro de certos limites, ajuste às condições específicas de uma nação, região ou local.

A associação da estratégia territorial com o modelo de consumo de massas parece promissora quanto à possibilidade de se tratar, de maneira simultânea, dos requerimentos de equidade e eficiência. O equilíbrio desejado entre esses dois princípios, no entanto, reclama consideração objetiva do papel do Estado como condutor principal da estratégia de desenvolvimento.

4.1.3 O PAPEL DO ESTADO

Na esteira das orientações neoliberais das últimas décadas do século XX, propugnou-se o modelo de um Estado mínimo, destituído de maiores papéis na orientação da economia e na regulação das relações sociais, sem força para interferir decisivamente nos fluxos globais de comércio e de capitais. A instância nacional deixaria de representar o elemento de referência básico das estratégias de desenvolvimento, o que abriria espaço para uma articulação global-local mais profícua e promissora, destituída dos vícios que caracterizaram o período no Pós II Grande Guerra.

O modelo neoliberal do Estado não mais se coloca na agenda atual, ainda que persistam arautos que defendem seus princípios até hoje. Ele teve maior

influência nos receituários de organismos internacionais para os países em desenvolvimento, como condição para enquadramento inicial aos ditames da ordem global vigente. Nesse sentido, subsistem algumas mudanças que aquele modelo patrocinou, a exemplo da política de câmbio flutuante, requisito para os movimentos globais dos capitais.

A idéia de um Estado apartado das relações sociais e econômicas, mero garantidor das posturas e decisões do mercado, que foi incessantemente defendida para os países periféricos como norma, não mais se mantém. A crítica ao Estado desenvolvimentista mostrou-se inadequada, mesmo que nos marcos e no estrito interesse da globalização.

No entendimento atual, o Estado cumpre papel decisivo na organização das iniciativas de desenvolvimento e deve reassumir funções importantes que foram aparentemente perdidas na transição de paradigmas associada à implantação da nova ordem global. A organização de novos arranjos de política pública, fundamentais para o futuro do país, é uma preocupação central deste Estudo sobre a dimensão territorial do planejamento.

As nacionalidades alimentam-se das identidades culturais e sociais e principalmente dos sonhos comuns de desenvolvimento. Mas as desigualdades sociais e regionais tendem a questionar uma unidade nacional irrestrita e a gerar tensões que podem prejudicar o ritmo do desenvolvimento e dissipar solidariedades, representando uma fragilidade constitutiva do arranjo político-territorial. A esse respeito, um elemento importante na definição dos novos arranjos do Estado é a função de distensão político-social que a organização federativa do Estado ajuda a promover.

Como ressalta Furtado (1999, p.39), o federalismo “(...) é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a idéia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e na cooperação, não na compulsão.” As jurisdições superpostas sobre o território criam condições para que percepções políticas distintas ou mesmo antagônicas possam conviver lado a lado, reduzindo as chances de conflito¹⁴. Um projeto nacional de desenvolvimento pode ser negociado e posto em marcha com a flexibilidade

¹⁴ Para Riker (1987, p. 15) a vantagem do federalismo é que não se opera uma união fraca e instável entre as partes, como nas Alianças, nem uma submissão total, com seus problemas de fraca identidade interna, como no Império. O pacto de poder situa-se, dessa forma, no meio do espectro de opções de organização dos Estados nacionais.

necessária para acomodar, na margem, as variações provocadas por projetos regionais ou locais que apresentam agendas alternativas de condução de ações, desde que não conflitem com o essencial do projeto maior.

A barganha federativa, territorial por definição, estimula as partes a dirimirem seus conflitos e pactuarem posições. A questão básica é que ela pode conciliar a necessidade de comando central de certas dimensões do projeto nacional de desenvolvimento com a autonomia dos governos estaduais e locais. Estes podem, assim, operar suas próprias iniciativas dentro de marcos mais gerais pré-estabelecidos. A esse respeito, o debate não pode se restringir à oposição entre a centralização ou descentralização das ações. Segundo Furtado (1999):

“No Brasil, a luta pelo federalismo está ligada às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas. Não se coloca o problema de choque de nacionalidades, de agressões culturais ligadas a disparidades étnicas ou religiosas. Mas sim o da dependência econômica de certas regiões com respeito a outras, da assimetria nas relações, de transferências unilaterais de recursos encobertas em políticas de preços administrados.”

Furtado está certo em valorizar a instância regional num país de dimensões continentais. Isso possibilita um espaço efetivo para articular iniciativas que precisam mobilizar as mais variadas forças sociais. A integração nacional, peça inquestionável do sonho de desenvolvimento, não pode mais se fazer sem que se produza um equilíbrio mínimo das unidades federadas. E o planejamento territorial, no sentido defendido por Furtado, pode vir a ser uma ferramenta importante na costura de um projeto de desenvolvimento adequado.

O papel de políticas ativas de desenvolvimento organizadas sob a liderança do Estado e compromissadas pelos vários segmentos sociais parece um componente importante para a redefinição de novos rumos para o país no contexto de uma sociedade que se democratiza. Os sinais de mudança são positivos nesse cenário.

4.1.4 O SIGNIFICADO DO TERRITÓRIO

Há um conjunto de posturas inovadoras na condução de políticas públicas que qualificam de outra forma o papel do território. Segundo Batchler et alli (2003), em análise para o caso europeu, algumas evoluções conceituais têm tido impacto sobre as tendências de longo prazo das políticas públicas:

- Troca de objetivos de política na direção do apoio à competitividade regional;
- Declínio dos tradicionais instrumentos de política orientados pela demanda (em especial, nos esquemas de ajuda aos negócios) em favor dos instrumentos mais leves articulados do lado da oferta;
- Contração das áreas cobertas com ajuda regional;
- Crescimento das iniciativas de desenvolvimento locais, de baixo para cima;
- Maior precisão na definição dos alvos espaciais (em especial, áreas urbanas) e setoriais (clusters) das políticas;
- Mudanças na governança das políticas (descentralização, parcerias e coordenação das políticas);
- Um crescente interesse na sustentabilidade e na inclusão social.

As tendências assinaladas mudam a concepção de como o território influencia e organiza o conjunto de iniciativas de desenvolvimento¹⁵ O território não é mero palco das ações, mas representa, em si mesmo, um elemento das relações sociais e econômicas mundiais.

Um primeiro ponto a realçar é o da revalorização das regiões. As regiões não são mais tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento. Agora, consideradas como estruturas sócio-espaciais ativas, dispõem de capacidade para aprender (learning regions) e podem ser orientadas para ajustar-se aos ditames mutantes da competição. O ambiente socioeconômico e os traços histórico-culturais e sócio-geográficos da região são decisivos para o sucesso competitivo (Simmie, 1997; Landabaso, 1997; Cooke e Morgan, 1998). A capacidade de inovar e de gerar ganhos suplementares com a maior eficiência produtiva não são considerados atributos apenas das empresas, mas de todo o tecido social e da teia de colaboradores, territorialmente situados, que amparam as virtudes e debilidades de uma estrutura produtiva. Desenvolver um ambiente de negócios favorável à obtenção de ganhos econômico-financeiros é um dos principais desafios das políticas públicas (Galvão, 2005).

As políticas públicas encontram nas escalas sub-regionais e locais uma melhor possibilidade de articulação das ações com a gama variada de atores e demais grupos sociais, que assim obtêm melhor resposta aos problemas da agenda.

¹⁵ O Marco Inicial do Estudo, CGEE (2006), aborda no Capítulo “Território e Desenvolvimento” algumas dessas características emergentes da nova abordagem territorial.

E isso muda radicalmente a forma de organizar as ações no território. Com relação ao passado, a operação próxima ao tecido social local representa um divisor de águas para com as políticas territoriais passadas, definidas no âmbito macro, típicas do período entre o Pós II Grande Guerra e os anos 1970. Hoje, a articulação dos vários planos escalares, do local ao regional, ao nacional e ao global, propicia resultados mais eficazes, mais robustos.

O território ganha agora maior expressão para ajudar a promover, neste país de grandes contrastes e desigualdades, uma substantiva reversão de valores e um refinamento de estratégias que condicionam e fazem convergir as escolhas associadas à trajetória desejada de desenvolvimento.

Para o país, essas convicções ganham maior amplitude no contexto da redemocratização e da globalização, no singular avanço de forças centrípetas e centrífugas que podem abalar os fundamentos de nossa unidade política, econômica e social. O aparente paradoxo entre a reconhecida unidade lingüística e política e a efervescente diversidade social e cultural do país continental representa uma chave para a estruturação de um projeto de nação desenvolvida, apta a prover qualidade de vida para seus cidadãos, dinâmica econômica para o ambiente de negócios e estabilidade política para as suas instituições.

No Brasil, o peso da globalização ficou evidente com o surgimento de ilhas de crescimento na periferia e bolsões de pobreza no centro, sobretudo nas metrópoles. Fez-se sentir também na pressão ambiental refletida pelos novos recortes territoriais constituídos pelas áreas protegidas, bem como pelos movimentos sociais organizados com base em novas relações locais – globais¹⁶. A importância de se operar em prol da inovação nas diversas agendas territoriais deve ser posta, frente às necessidades de encontrar resposta para as crescentes pressões competitivas.

No plano instrumental, a negociação coletiva de programas de desenvolvimento abrangentes e integrados, de caráter plurianual, com processos mais recorrentes de planejamento e avaliação estratégicos, são os elementos centrais da gestão associada com a nova concepção territorial do desenvolvimento.

¹⁶ A multiplicidade de territórios e conflitos que embasou a visão de fragmentação da economia, da sociedade e do território (Pacheco, 1996) insinua olhares mais atentos sobre a complexa teia de interesse dos grupos sociais envolvidos no debate do desenvolvimento. Becker (2004) tem chamado insistentemente atenção sobre esse ponto na questão da Amazônia.

Em suma, o território retoma, assim, sua importância clássica como fundamento do poder do Estado, mas em um contexto mais complexo que o anterior. Nesse cenário, é essencial estruturar e desenvolver uma visão estratégica que resgate a ótica nacional e a recoloque em sua expressão federativa, desdobrando-a nas escalas e instâncias relevantes, de forma a animar uma sólida articulação política em torno dos objetivos do desenvolvimento. Mais ainda, esse olhar nacional que prega a unidade e a integração territorial do país cobra agora também outro olhar sobre a América do Sul, abrindo novas perspectivas para a integração dos países do continente. A inserção autônoma do Brasil nos circuitos financeiros e econômicos globais requer essa outra condição - e não é demais explorar essa nova vertente.

4.2 Referências Territoriais

A feição territorial mais característica do Brasil é a desigual distribuição da população, da riqueza e do potencial natural no contexto de sua grande extensão continental. Historicamente construída, essa característica é ainda mais acentuada hoje, condicionada por uma dinâmica socioeconômica e política que incidiu de modo bastante heterogêneo sobre o território. Dessa maneira, como definir unidades territoriais relevantes para que se possa conceber uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil? Que características do território devem ser levadas em consideração para tal finalidade? É preciso identificar os traços principais que justificam seccionar o vasto território brasileiro e organizar suas diferenças e semelhanças mais significativas.

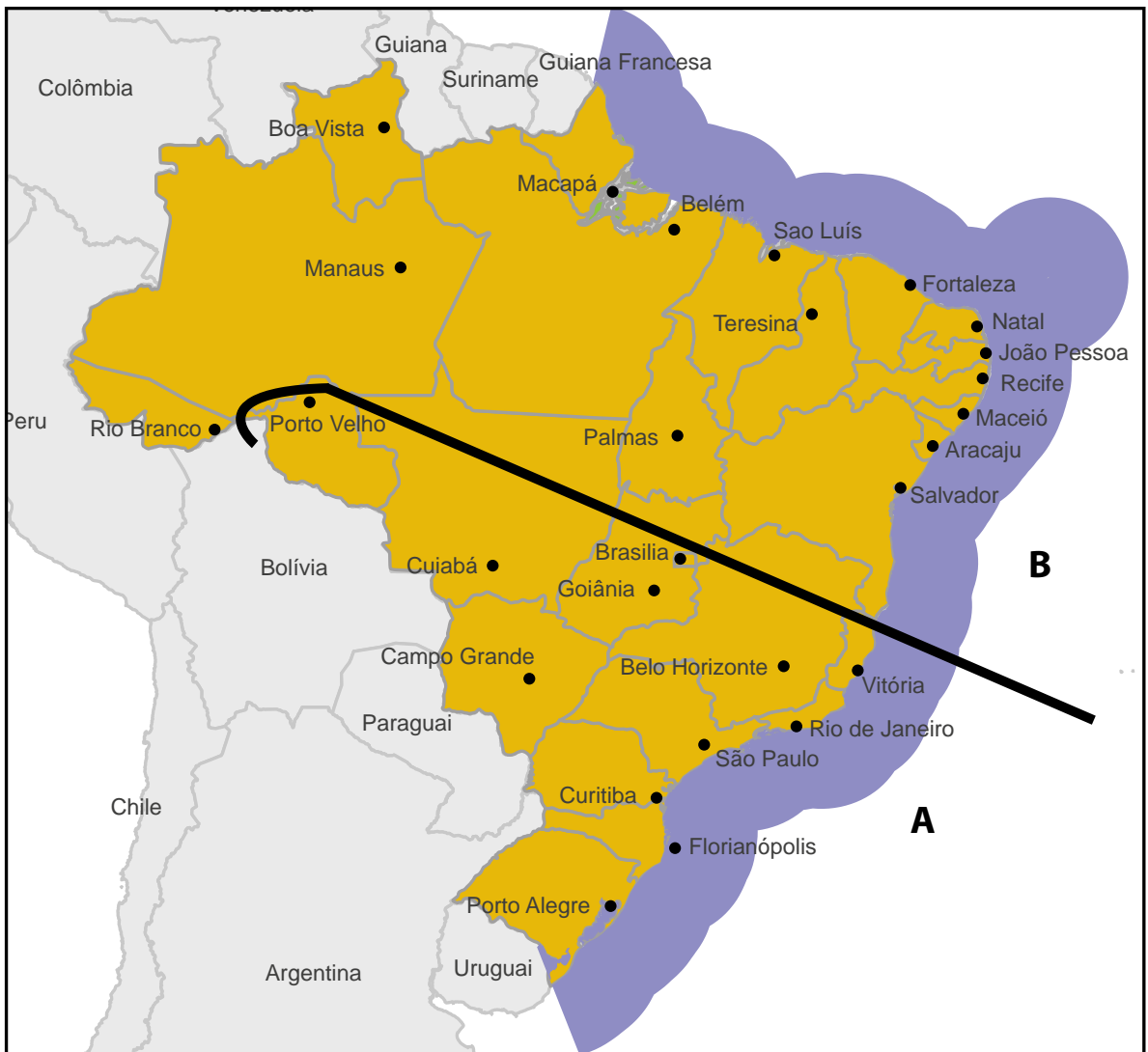
4.2.1 ORGANIZAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Uma nova configuração do território nacional emergiu como expressão da dinâmica econômica e política nas últimas duas décadas. A ênfase nas exportações – sobretudo da agroindústria e dos minerais – e a privatização das redes de circulação e comunicação geraram uma logística poderosa das corporações, que tende a apagar a diferenciação regional mais consolidada que permanece no imaginário da sociedade e do governo. Na mesma direção, mas em sentido oposto, o avanço das iniciativas no campo da seguridade social, como a previdência rural e os mecanismos de transferências monetárias diretas para cobertura das carências sociais agudas – bolsa família e assemelhados - promoveu paulatina distribuição da renda em favor das camadas menos abastadas da população, movimento que foi acelerado nos últimos anos. No contexto de baixo dinamismo do período, essas trajetórias contraditórias tenderam a se anular, produzindo variações quase imperceptíveis na usual forma agregada com que se olha para o conjunto do país. Trata-se

de uma configuração territorial cujas bases são bem distintas daquelas que se observavam no contexto do acelerado crescimento econômico que se processou em décadas anteriores.

O desafio da superação das desigualdades sociais e regionais, portanto, que se acentuou ao longo do século XX, permanece intacto. Uma análise da configuração territorial do país termina por demonstrar uma primeira divisão persistente, expressa por uma linha diagonal que secciona o Norte e o Nordeste do Centro-Sul, dividindo o país em duas frações: A e B (conforme Cartograma 1).

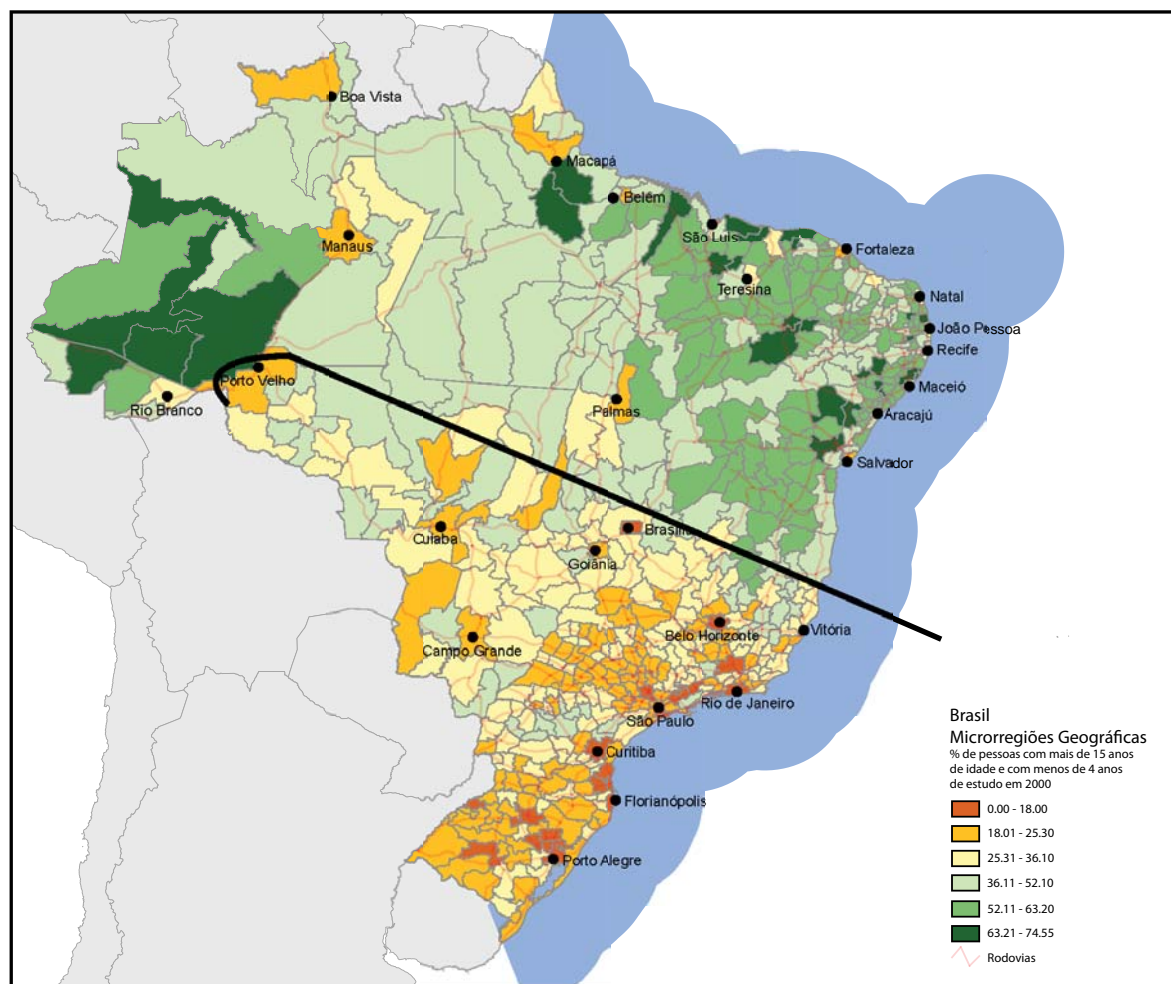
Cartograma 1: A Diagonal básica que divide o território nacional



Praticamente todas as variáveis socioeconômicas relevantes, como a renda, a educação, a saúde e outras, destacam no mapa do Brasil a diferença marcante entre duas frações do território, uma ao norte e outra ao sul, divididas por uma linha que passa pela região das cidades de Porto Velho, Sinop, Brasília e Vitória (Cartograma 1).

Curiosamente, a única variável que constitui exceção a esse padrão é a desigualdade pessoal de renda, cujas características principais se distribuem de maneira relativamente uniforme por todo o Território Nacional (Galvão, 2005).

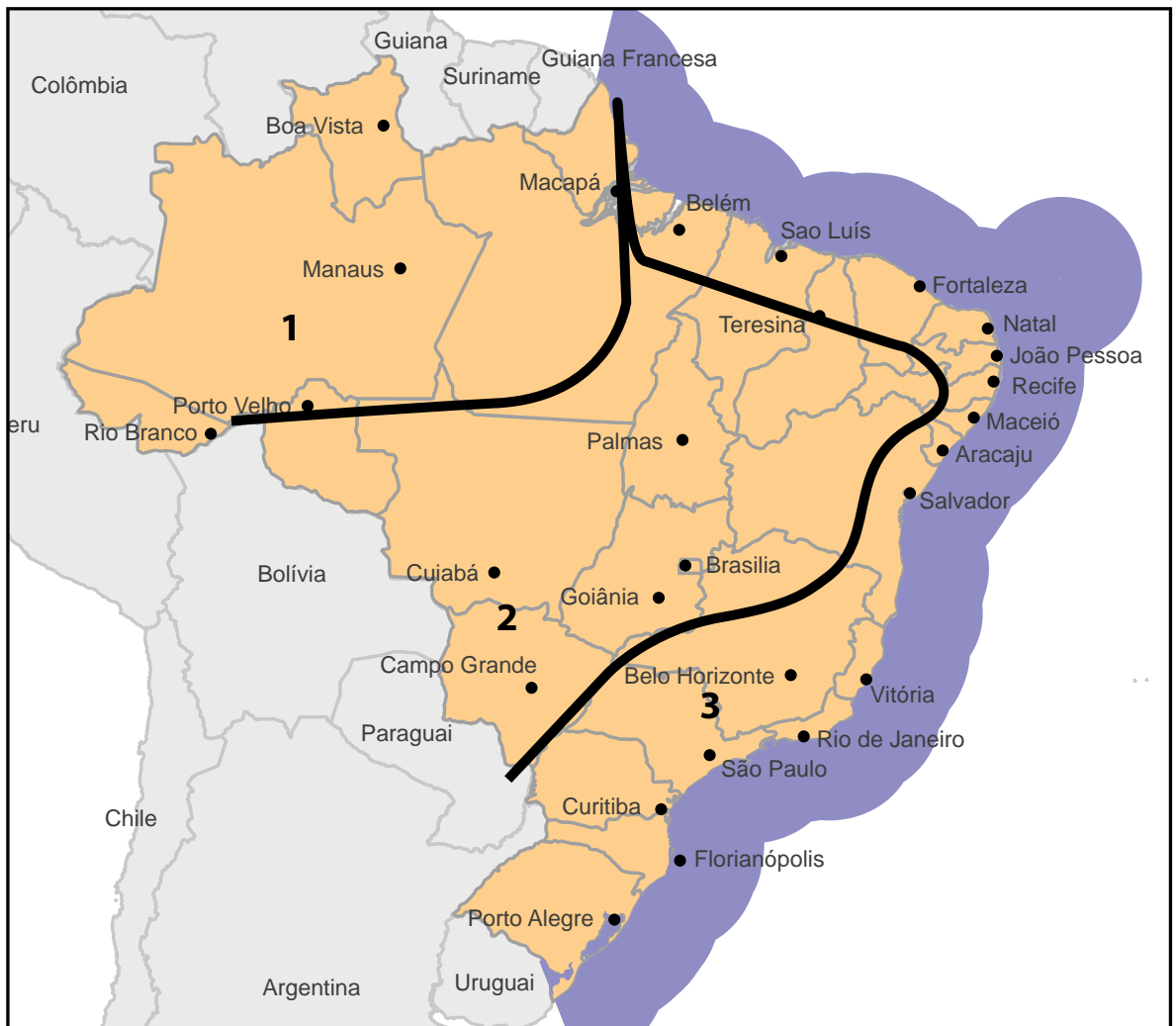
Cartograma 2: Educação – 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (originalmente produzido pelo Ministério da Integração Nacional para a PNDR)

A título de exemplo, toma-se o Cartograma 2, que relaciona para cada uma das 558 microrregiões geográficas a proporção da população com mais de quinze anos de idade e menos de quatro anos de estudo. Como esse, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, nas mesmas bases, vários outros cartogramas que seguem o mesmo desenho básico, incluindo o próprio mapa de referência da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Cartograma 3: Três anéis baseados em biomas e densidade populacional

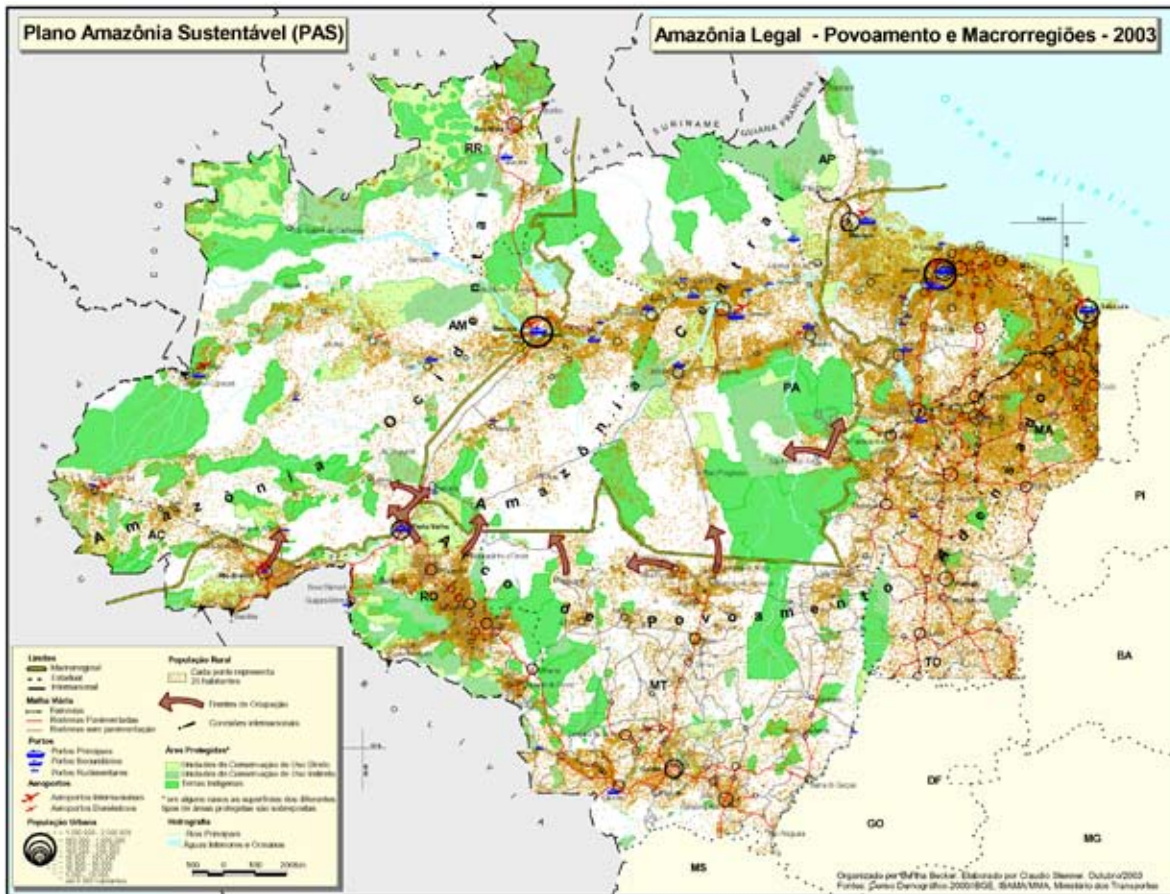


Outros critérios de análise sugerem ainda novos recortes imprescindíveis à compreensão dos elementos da atual organização territorial brasileira, peça essencial para a definição de estratégias de desenvolvimento. Eles delimitam a existência de três grandes anéis (1, 2 e 3, apresentados no cartograma 3) que

segmentam o mapa do Brasil em sentido oposto ao da diagonal anteriormente assinalada, do noroeste ao sudeste. Cada anel relaciona-se, no geral, com padrões distintos de densidade demográfica e, juntos, sugerem graus diferenciados de antropização dos territórios, realçando formas distintas de articulação das respectivas estratégias aos objetivos estabelecidos.

No primeiro caso, isolou-se, para efeito da construção da estratégia de desenvolvimento territorial, o bioma da Floresta Amazônica, caracterizado aqui como aquele delimitado pelas linhas divisórias das sub-regiões Amazônia Ocidental e Amazônia Central, tal como definidas no Plano Amazônia Sustentável – PAS (Cartograma 4).

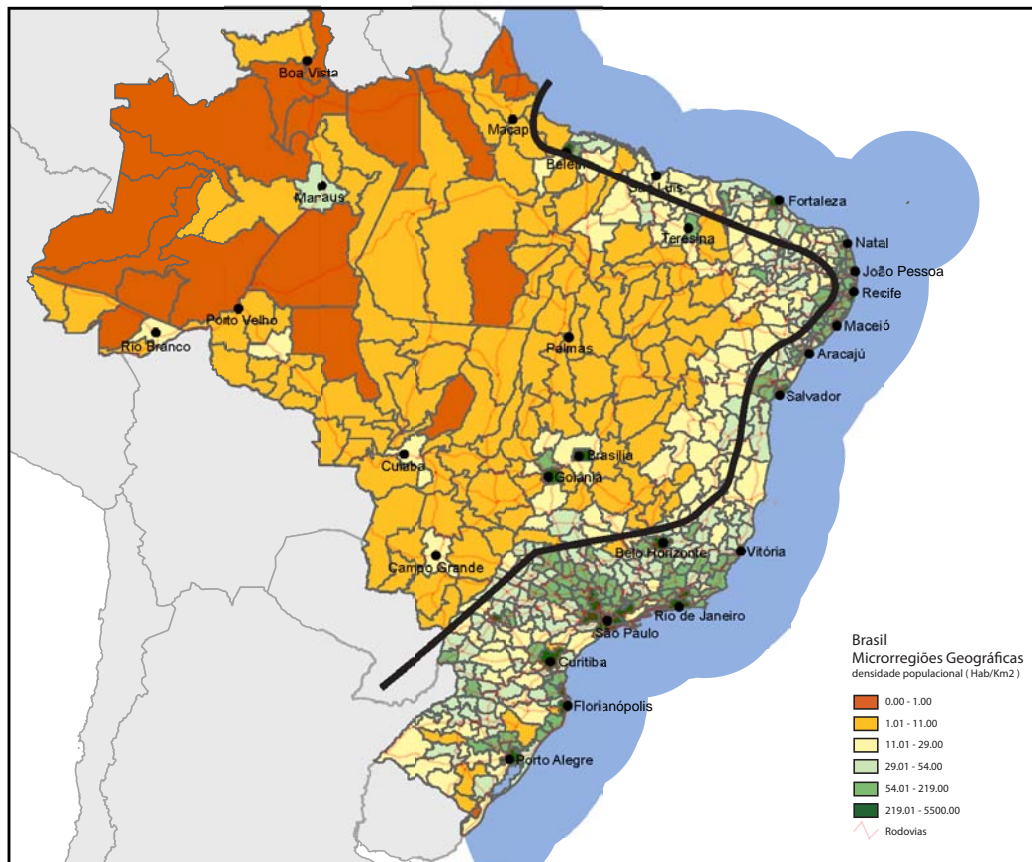
Cartograma 4: Plano da Amazônia Sustentável – PAS



No outro caso, destaca-se a porção litorânea do território, num reconhecimento da perda de importância relativa dos laços de união entre os núcleos urbanos principais e suas áreas de influência contíguas, em especial no Norte e Nordeste (Cartograma 5). Naturalmente, a opção de reconhecer a separação desses conjuntos territoriais importa igualmente em assumir que apresentam problemáticas peculiares de desenvolvimento e, portanto, uma orientação estratégica singular.

Enquanto o cartograma da densidade populacional (Cartograma 5) revela a concentração do povoamento na faixa litorânea e no Centro-Sul, o bioma da Floresta Amazônica singulariza uma vasta extensão territorial, ainda com elevado grau de preservação ambiental. Como parte da Amazônia Legal oficial, exclui aquela fração de território regional que abriga as mais pesadas iniciativas de ocupação promovidas ao longo dos últimos anos.

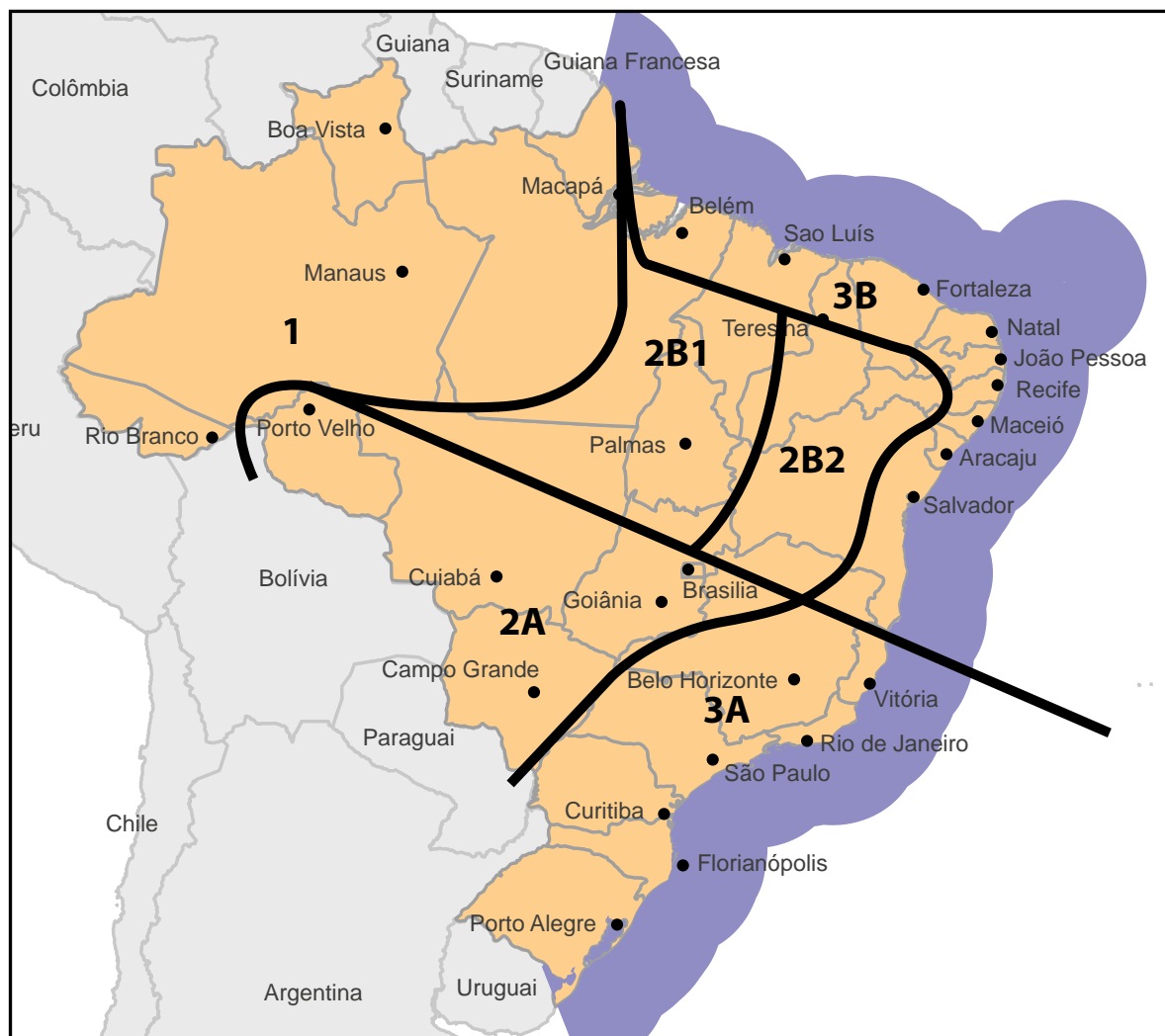
Cartograma 5: Densidade populacional (Hab/km²)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (originalmente produzido pelo Ministério da Integração Nacional para a PNDR)

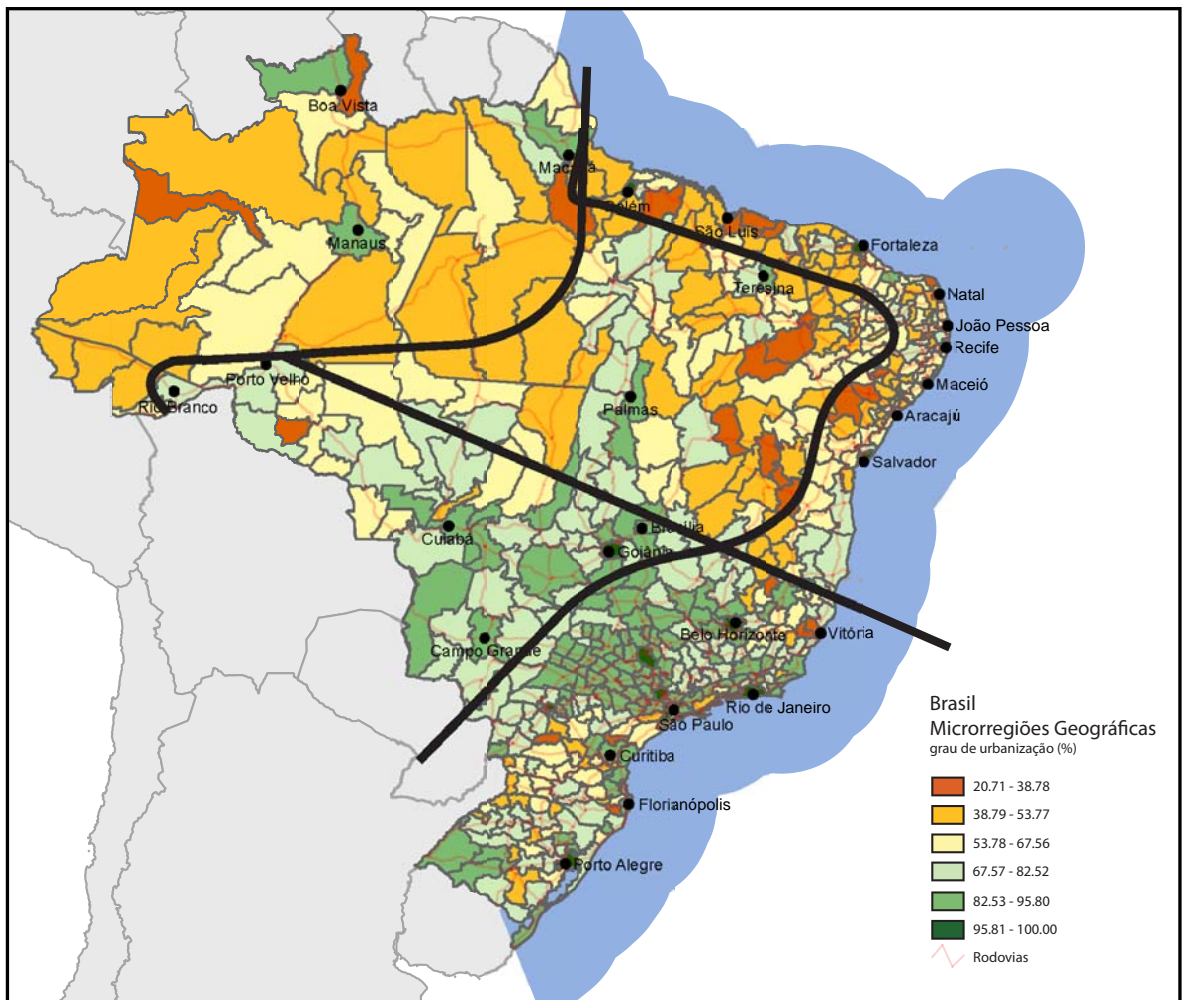
O cruzamento da diagonal inicial com os três anéis produz cinco conjuntos territoriais. No entanto, a posterior subdivisão do território que compreende a porção central norte-nordestina, com o reconhecimento do tradicional problema do Semi-Árido, delimita, ao final, seis territórios da estratégia (Cartograma 6): 1. Bioma Florestal Amazônico; 2A. Centro-Oeste; 2B1. Centro-Norte; 2B2. Sertão Semi-Árido Nordestino; 3A. Litoral Sudeste-Sul; 3B. Litoral Norte-Nordestino. Estes territórios compreendem o essencial para a construção da concepção estratégica defendida e devem habilitar um diálogo com as escalas regionais de referência que organizam os investimentos sugeridos no Estudo.

Cartograma 6: Territórios da estratégia



No meio da zona central da configuração atual do território nacional, prevalece uma vasta área cuja ocupação foi se intensificando nos últimos anos, impulsionada pelo avanço da agroindústria capitalista e pelo mais importante movimento concreto da política de desenvolvimento regional brasileira, que foi a instalação da nova capital do país, Brasília, com sua conexão com a vizinha Goiânia e seus eixos de acesso ao Centro-Sul, em direção ao Triângulo Mineiro e São Paulo e a Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Cartograma 7: Grau de urbanização



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (originalmente produzido pelo Ministério da Integração Nacional para a PNDR)

Alguns outros indicadores concorrem também para dar suporte às linhas que ordenam esses seis grandes compartimentos territoriais. A extensa diagonal

que atravessa todo o território, desde Porto Velho até o litoral capixaba, logo acima de Vitória, marcando a desigualdade social em termos econômicos e de acesso às redes de circulação, informação, provisão de serviços públicos etc., divide tanto o anel litorâneo quanto o central.

As condições da logística, a partir das dotações relativas de infra-estrutura econômica, bem como a estrutura urbana, com seu papel na provisão de serviços públicos essenciais, representam os elementos de divisão mais importantes. No caso do litoral brasileiro de Belém a Rio Grande, o corte acima de Vitória – Território 3B - reconhece a existência de uma maior debilidade de recursos logísticos no Nordeste e no Norte do país - um desafio da agenda futura de desenvolvimento. No caso da zona central do Brasil, a diagonal nos lembra os diferentes padrões de urbanização entre aqueles dois grandes territórios, ainda que os recursos logísticos associados a eles apresentem deficiências semelhantes. No Território 2A, o padrão de urbanização existente se aproxima do vigente no litoral desenvolvido, representado pelo Território 3A.

Cada uma dessas áreas merece análise objetiva em separado em qualquer estratégia de desenvolvimento que se pretenda organizar para o Brasil.

Pensar o futuro da configuração territorial brasileira é pensar como se pode transformar a realidade do país em busca de uma trilha de superação de ao menos algumas dessas grandes marcas de divisão do território nacional. Em outras palavras, requer imaginar quais são os vetores estratégicos de desenvolvimento que permitem gerar impulsos dinâmicos de desenvolvimento para as diversas regiões de referência e sub-regiões delimitadas, de forma a possibilitar uma convergência dos níveis de renda per capita e de qualidade de vida da população.

4.2.2 RELAÇÃO ENTRE OS TERRITÓRIOS DA ESTRATÉGIA E AS REGIÕES DE REFERÊNCIA

A literatura científica sobre planejamento aceita que a região, a escala territorial convencionalmente entendida como intermediária entre o nacional e o local, é um meio indispensável para explicar os padrões espaciais produzidos por processos econômicos e sociais e para planejar atividades que visam intervir nesses padrões. E tal atributo não desaparece com a formação de novas escalas supranacionais e sub-regionais. Pelo contrário, na União Européia afirma-se o poder da região como escala territorial privilegiada para valorização das

trocas e da coesão social, evitando a formação do arquipélago econômico que tende a se construir nas grandes cidades mundiais.

O poder da região não provém apenas de vantagens econômicas de escala, mas também de sua dimensão sociopolítica e cultural. A região é resultado da prática dos detentores do poder e da prática social coletiva que demarca um território. Corresponde a um nível de agregação das coletividades locais – e seus territórios – no interior do Estado-Nação, que tem em comum as diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade própria da população, que se manifesta numa finalidade social e política própria e em modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico (Becker, 1986). Em outras palavras, é um território de coesão funcional e político-simbólico, cujo comando é centrado numa cidade.

Como fruto de relações sociais, as regiões não são estáticas, estando em contínua reestruturação, seja a partir das práticas sociais, seja induzida por uma ação deliberada governamental quando é oportuna a sua formação. Neste último caso, trata-se de um processo de regionalização.

No que interessa à Visão Estratégica Nacional, a revalorização da região em várias escalas dá-se pela dinâmica da globalização, pela dinâmica nacional, pelo significado histórico-cultural que representa num país de extensão continental e, sobretudo, pela forte e persistente desigualdade socioeconômica existente. A tradição regional nas políticas públicas no Brasil atesta essa importância.

A construção de uma visão estratégica da dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro demanda um olhar sobre o conjunto de todo o território nacional e também de suas relações com o continente sul-americano e o resto do mundo. Mas, para estabelecer prioridades concretas de ação, é necessário responder à questão sobre que lugares - e também como e com que ritmo - devem receber os esforços visando ao desenvolvimento nacional. Em outras palavras, uma concepção estratégica para o desenvolvimento territorial requer que se identifiquem os elementos essenciais de distinção e articulação do território no horizonte de planejamento considerado (entre 2007 e 2027), incluindo a definição de unidades territoriais de referência para as ações, a almejada organização territorial a ser construída e, por fim, as prováveis trajetórias de evolução dos diversos compartimentos territoriais.

As grandes linhas mestras da configuração territorial do país devem naturalmente conversar com a nova regionalização que se propõe para o planejamento territorial brasileiro,¹⁷ fortalecendo as respostas multiescalares para as orientações estratégicas estabelecidas no Estudo.

Para efeito da construção da visão estratégica, o conjunto de regiões de referência, nos âmbitos macro e sub-regional, pode ser integrado a um marco conceitual mais largo, como o analisado no item anterior, que realça apenas os traços fundamentais da organização territorial do país. Esse marco abrangente, verdadeiro esboço da resultante de forças que impulsionam os processos de conformação do território, fornece base para uma estratégia de desenvolvimento, devendo ser redutível aos referenciais espaciais que organizarão os investimentos propostos.

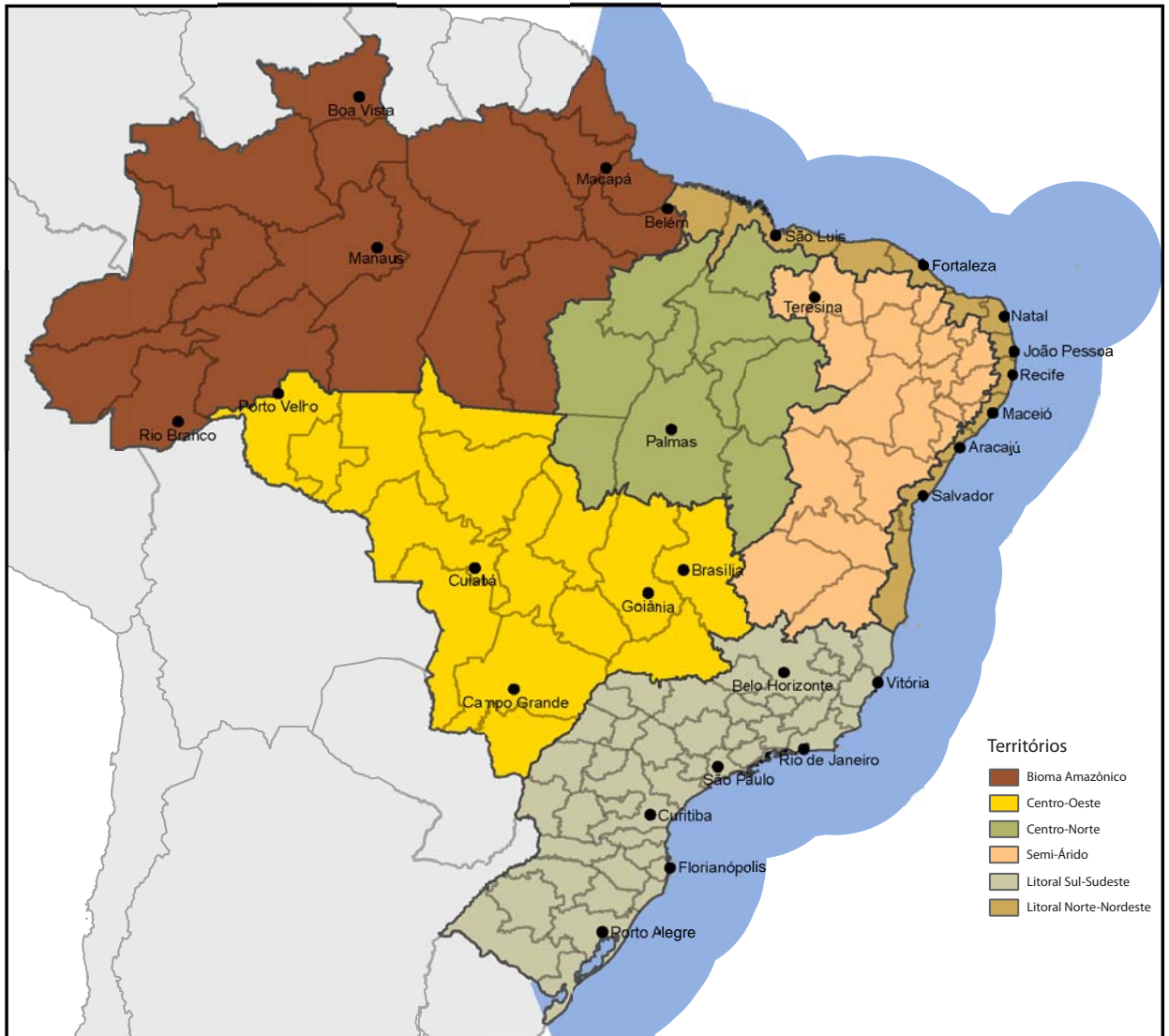
A visão estratégica nacional ancorada no território, que parte dos seis territórios propostos no item anterior, denominados Territórios da Estratégia, é compatível com as escalas das regiões de referência do Estudo, em especial com a sub-regional (118 sub-regiões), e destas com a macrorregional (11 macrorregiões).

Os seis territórios, que não são regiões em si, guardam relação com a compreensão dos traços de homogeneidade/heterogeneidade que organizam o mapa brasileiro. As 11 macrorregiões e as 118 sub-regiões dizem respeito a uma outra tradição teórica, fundada na polarização urbana, crucial para discutir o comando efetivo sobre o território. O cruzamento dessas duas tradições ajuda a desvendar nexos fundamentais do território em direção à construção de estratégias de desenvolvimento.

Os seis grandes territórios articulam-se às sub-regiões construídas no Módulo 3 – Regiões de Referência na forma do Cartograma 8, apresentado a seguir. Cada uma das sub-regiões delimitadas integra-se a cada um dos seis territórios estratégicos de maneira unívoca. Assim, cada território da estratégia pode ser lido como um conjunto de sub-regiões, cada qual podendo organizar agendas concretas de ação compatíveis com os objetivos maiores do Estudo.

¹⁷ Vide concepção regional do Módulo 3 – Regiões de Referência.

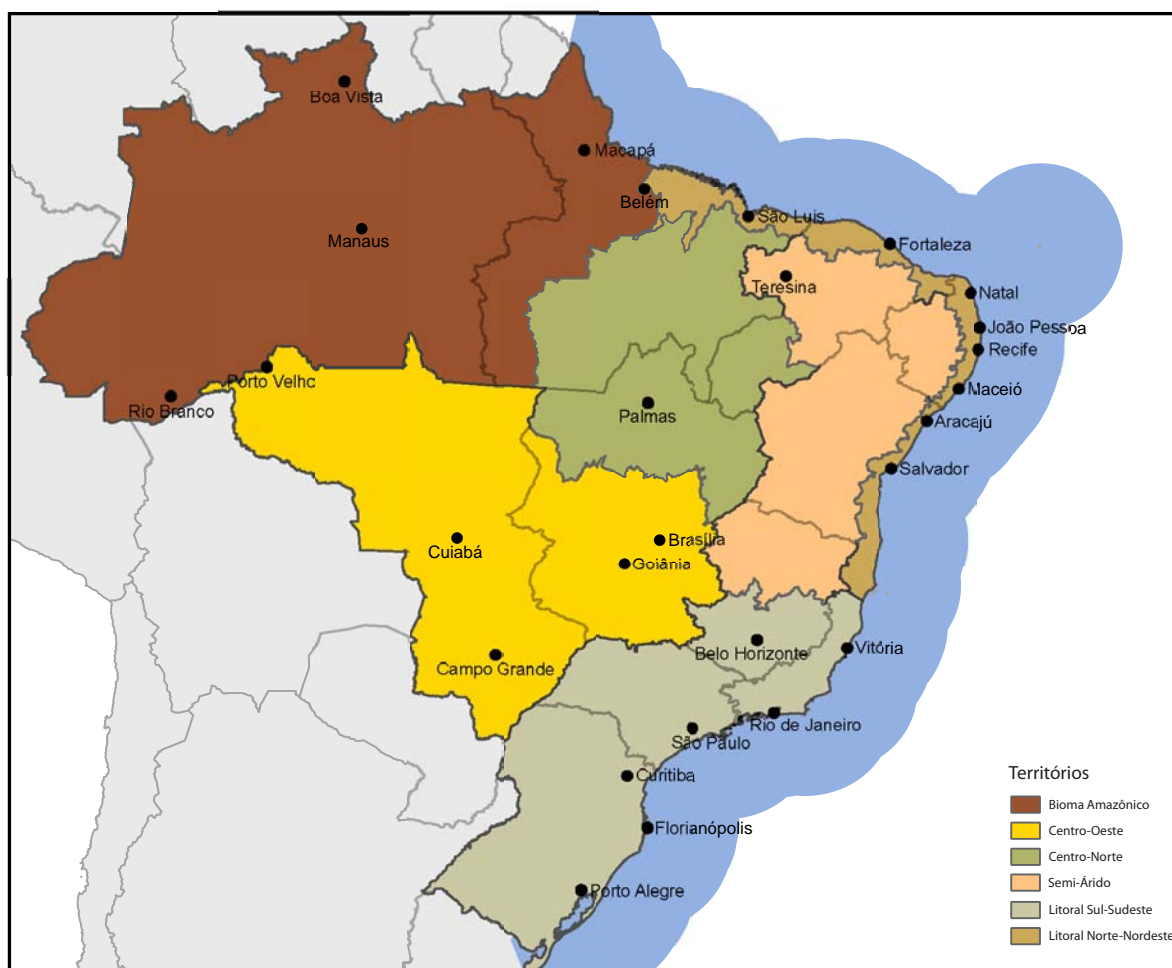
Cartograma 8: Relação entre os territórios da estratégia e as sub-regiões



Os diferentes aspectos metodológicos que organizam os seis territórios vis-à-vis as onze regiões de referência à escala macro justificam uma mediação necessária da escala sub-regional, que constitui passagem obrigatória para que um diálogo se estabeleça entre ambas.

Conforme demonstra o Cartograma 9, o peso das cidades e da centralidade espacial clássica como organizadora do território, elemento principal na constituição das regiões de referência à escala macro, é contrastado com a ação das forças destrutivas da globalização sobre a organização territorial, que prevaleceram nos últimos anos e foram consideradas com maior ênfase na conformação dos seis territórios da estratégia. Assim, a visão que organiza esses seis territórios não guarda uma correlação unívoca e direta com a que organizou a escala macro.

Cartograma 9: Relação entre os territórios da estratégia e as macrorregiões



Como consequência, a escala sub-regional constitui caminho obrigatório de tradução de toda a orientação estratégica com as demais escalas de referência

do Estudo, emprestando um sentido “de baixo para cima” à montagem da concepção do território, que aproxima as agendas de investimentos das forças sociais relevantes em âmbito local e regional.

Na escala sub-regional, os 118 centros polarizadores, com suas áreas de influência, ganham maior relevância e autonomia metodológica, facilitando a aproximação aos nexos estratégicos mais gerais de interpretação do território. De qualquer forma, reforçar os nexos da hierarquia urbana interna em seu papel de organizadora do território é objetivo declarado do Estudo, que caminha na direção de ampliar a unidade e coesão social e territorial do país.

Os seis grandes territórios compreendem marcos estratégicos que se articulam com a organização espacial vigente e subsistem em meio a essas polaridades mais antigas. Esses territórios orientam a formação de novas centralidades, com o reconhecimento de suas agendas específicas. A intencionalidade na constituição de novos pólos faz parte da estratégia geral para construção de um novo Brasil do futuro, que busque subverter a concentração urbana litorânea predominante.

4.3 VISÕES CONTEMPORÂNEAS DE FUTURO

O fim do século XX combinou uma série de acontecimentos de natureza econômica, política, social e tecnológica, que transformaram o modo de viver do homem. Pode-se falar em uma nova era de desenvolvimento, impulsionada, sobretudo, pelo conhecimento. Tais acontecimentos contribuíram para a instalação de um ambiente em que situações caóticas e mudanças bruscas tornaram-se habituais. O número crescente de escolhas possíveis aumentou o nível de complexidade da tomada de decisão em um período de turbulência em que não há sinal de estabilidade no futuro, ou, segundo Nonaka & Takeuchi (1995), “a única certeza é a incerteza”.

Uma revolução tecnológica com base na informação e no conhecimento transformou o modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer e de fazer guerra. Constituiu-se, a partir de então, uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo.

Estudiosos de futuro são unânimes em alertar que, nesse mundo de constantes transformações com potencial de aceleração nos próximos anos, há uma necessidade premente de aprendizado e de adaptação. Acredita-

se que haverá um novo mundo tecnológico e cognitivo para se viver nos próximos 50 a 100 anos. Novas formas de comunicação e relacionamento individual e coletivo, novos desafios de aprendizado por conta das grandes quantidades de informações disponíveis para os cidadãos, novos tratamentos médicos, novos avanços na fronteira do conhecimento, com níveis crescentes e elevados de convergência entre as áreas de conhecimento, e até mesmo as pequenas mudanças na vida cotidiana, vão transformar o modo como se vive e como se trabalha.

A globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedades das redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o novo sistema dominante. A individualização do trabalho deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista de forças de mercado e mudança constante. (Castells, 1999).

Aumentam os desafios à soberania dos Estados-Nação como lócus de hegemonia, frente, tanto a pressões para sua “minimalização”, quanto àquelas para a descentralização e para a maior projeção de novos atores no cenário mundial – blocos regionais, organismos multilaterais e, particularmente, os grandes grupos financeiros e multinacionais. Observa-se a implementação de uma ampla gama de instrumentos cada vez mais complexos (e muitas vezes ainda invisíveis) como forma de contrabalançar os efeitos do grau elevado de exposição das economias ao novo ambiente (Cassiolato, 1996).

Nesse contexto, o papel dominante do Estado é de agente coordenador, indicativo, no sentido de orientar e articular agentes, sendo a sociedade de determinado território co-responsável e comprometida com o processo de desenvolvimento.

Para o Brasil, o grande desafio para a construção do futuro é a apropriação da integração e a coesão do país em diversas dimensões, articulando mecanismos que possam, recorrentemente, ativar a variedade e a criatividade brasileiras, valorizando a diversidade territorial nacional e as potencialidades da expansão interiorizada.

Buscando entender as forças que orientam o futuro, estudos prospectivos vêm sendo crescentemente utilizados por empresas e governos, visando promover transformações, dar foco às mudanças, aproveitar oportunidades e preparar-

se para enfrentar ameaças. Na construção da Visão Estratégica Nacional, estudos prospectivos realizados por instituições nacionais e internacionais foram avaliados de forma a agregar informações sobre diferentes visões do futuro que auxiliassem na concepção de futuros possíveis para o Brasil. Os resultados resumidos desses estudos são apresentados a seguir.

4.3.1 EXERCÍCIOS PROSPECTIVOS INTERNACIONAIS

Muito pode acontecer em 20 anos, horizonte temporal definido para o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. No início da década de 1990, a China era uma economia comunista centralizada e a União Soviética ainda existia. Poucas pessoas haviam ouvido falar na Internet e o e-mail ainda estava longe das atividades cotidianas.

Os próximos 20 anos trarão mudanças profundas para o mundo. Dentre os principais elementos do presente que contribuem para conformar o nosso futuro destacam-se:

- O processo de globalização, gerador de uma forte interdependência das economias mundiais;
- O avanço acelerado do desenvolvimento tecnológico, criando áreas de convergência, particularmente novas aplicações das biotecnologias, das tecnologias da informação e comunicação e das nanotecnologias;
- A exclusão social, criando tensões constantes mesmo em países desenvolvidos;
- A entrada de novos atores nos mercados tradicionais, China em particular;
- Mudanças significativas nas necessidades, expectativas e desejos dos consumidores (preocupação ecológica, consciência do seu papel como consumidor, consolidação dos valores democráticos na sociedade);
- Uma nova governança com poder crescente dos atores não-governamentais, em especial o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil em âmbito local, regional e mundial;
- Os movimentos migratórios, criando novos fluxos em todos os níveis;
- A escalada do terrorismo internacional e mudança no paradigma conceitual de segurança nacional.

Somam-se aos pontos acima, os conteúdos dos relatórios do Painel Intergovernamental em Mudanças do Clima (IPCC)¹⁸, sobre as mudanças climáticas globais, que criam uma nova tensão relacionada ao futuro da humanidade e a real possibilidade de reverter os processos em andamento.

Segundo Habermas (1999), “o sistema econômico internacional, no qual os Estados definem as fronteiras entre a economia interna e as relações de comércio exterior, se transforma, no âmbito da globalização dos mercados, em uma economia transnacional”. Nesse contexto, é importante perceber que a economia mundial é um organismo único e que nenhum Estado, independente de seu sistema social ou situação econômica, pode se desenvolver de forma alheia a essa realidade. (Gorbachev, 1988)¹⁹. A perda da autonomia significa, entre outras coisas, que o Estado isolado não é mais capaz, por suas próprias forças, de defender seus cidadãos contra os efeitos externos de decisões de outros atores, nem contra os efeitos em cadeia de processos cuja origem se situa fora de suas fronteiras.

Segundo Sachs (2007), o desafio que se coloca para o mundo atual é como “aprender a viver em paz, de maneira sustentável em um mundo superpovoado. O planeta está explodindo em termos humanos, econômicos e ecológicos. Este é, portanto, o grande desafio mundial: aprender a viver em um mundo superpovoado e interconectado, o que resulta em uma pressão sem precedentes para a sociedade humana e o ambiente físico.”

Pode-se dizer que há três desafios principais que se colocam para as sociedades futuras. Tais desafios estão interconectados e amplificam ou provocam mudanças abruptas, riscos e respostas não-lineares às ameaças que enfrentamos:

- O primeiro desafio está relacionado ao que Crutzen (2007) chamou de “cena antropológica” ou “antropocena” (do inglês *anthropocene*). Pela primeira vez na história, os sistemas físicos do planeta (fluxos químicos, clima, habitats, biodiversidade, processos evolutivos) estão fortemente ligados às ações humanas que hoje determinam grande parte dos processos ecológicos, químicos e biofísicos da Terra, tais como o ciclo hidrológico, o ciclo de carbono, o ciclo de nitrogênio,

¹⁸ IPCC, sigla em inglês para Intergovernmental Panel on Climate Change.

¹⁹ Discurso às Nações Unidas em 1988, reimpresso em um suplemento especial da publicação *Soviet Life* (Vida Soviética), fevereiro de 1989. Apud Castells, 1999.

a localização e extinção de espécies e os habitats físicos básicos. Nunca na história da humanidade o controle desses processos fundamentais foi tão influenciado pela atividade humana.

- O segundo desafio comum é geopolítico e Sachs (2007) o chama de “Era da Convergência”. Representa a noção de que o mundo está mais conectado do que nunca, onde o desenvolvimento econômico, pelo menos nos últimos duzentos e cinquenta anos, foi impulsionado pelo avanço tecnológico em áreas que agora se disseminam rapidamente, abrindo perspectivas de reduzir as diferenças econômicas existentes entre países ricos e pobres. Um dos resultados é que, possivelmente, haverá uma mudança fundamental de poder econômico e, é importante não esquecer, o poder político caminha junto a ele. China, Índia e outras economias emergentes estão aumentando sua influência e seu peso econômico no mundo pela sua capacidade de se beneficiar da tecnologia, mola propulsora do desenvolvimento econômico.
- O terceiro desafio é representado pelos elos mais fracos. Num mundo interconectado, todos os países são afetados pelo que acontece em outras regiões do planeta e muitas vezes de forma surpreendente. Isso cria grandes necessidades e responsabilidades básicas, para a própria sobrevivência da humanidade, de atender os elos mais fracos, localizados em partes do mundo onde as pessoas morrem porque são tão pobres que não conseguem, sequer, se manter vivas. Mais ainda, aqueles lugares onde, em virtude da situação geográfica, clima, ocorrência de epidemias, entre outras constatações, há grandes desafios para alcançar um bom nível de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Vale destacar novamente o pensamento de Wright e Spers (2006), em que:

“Pensar o futuro de uma nação é, portanto, um projeto complexo e desafiador. Não aceitar esse desafio é condenar o país a vagar pelo tempo, sem rumo definido e sem saber se estamos realmente realizando progresso em direção a um futuro desejado. Num país de recursos escassos, escolher uma boa rota, aproveitar oportunidades e precaver-se de escolhas erradas é essencial²⁰”.

As observações acima evidenciam que as mudanças previstas no contexto internacional afetam, profundamente, o futuro do Brasil. Analisar estudos

²⁰ Grifo dos autores deste documento.

prospectivos para identificar cenários internacionais não visa, pura e simplesmente, estabelecer as condições para fortalecer a competitividade nacional. Tal análise faz-se necessária para que se tenha uma visão de como outros países estão enfrentando os seus futuros possíveis, como colocam o futuro do Brasil e da América do Sul em perspectiva e, mais importante, como os seus planos nacionais podem afetar a sociedade mundial e, em particular, a brasileira.

Em síntese, é importante saber como o Brasil se posiciona em cenários internacionais e, a partir de então, recolher os ensinamentos necessários para a tomada de decisão que oriente o desenvolvimento nacional em termos sociais, econômicos, ambientais, culturais, tecnológicos, considerando as forças externas que podem interferir de forma positiva ou negativa em nossos resultados.

Apresentam-se, a seguir, os principais aspectos de estudos realizados por instituições nacionais e internacionais que analisam a situação atual e apresentam algumas perspectivas de futuro. Evidentemente, cada estudo tem um viés, decorrente de quem o elaborou ou da finalidade à qual se destina, e deve ser avaliado no contexto em que foi feito. Nesse sentido, buscou-se identificar, sobretudo, os imperativos globais²¹ que serão considerados na construção da visão estratégica nacional.

Como Será o Mundo em 2020 (*Mapping the Global Future*)

O documento *Mapping the Global Future – Report of the National Intelligence Council's 2020 Project* (NIC, 2004) é o terceiro documento, disponível para consulta, preparado pelo Conselho Nacional de Inteligência, dos Estados Unidos, que busca uma visão de longo prazo do futuro. Os relatórios anteriores – *Global Trends 2010* e *Global Trends 2015* – identificaram sete forças propulsoras das mudanças globais: demografia; recursos naturais e meio ambiente; ciência e tecnologia; economia global e globalização; governança nacional e internacional; conflitos futuros; e o papel dos Estados Unidos.

Esses estudos mostram como tendências chave globais poderão se comportar nos próximos quinze anos, de forma a influenciar os eventos mundiais. Consciente de que há muitos futuros possíveis, o terceiro relatório americano apresenta quatro diferentes cenários para 2020, contemplando possibilidades e discontinuidades potenciais distintas e buscando uma visão aberta dos desenvolvimentos possíveis.

²¹ São questões relacionadas com o planejamento nacional sobre as quais se tem pouco ou nenhum controle, ou ingerência, e que restringem as possibilidades de modelar o futuro.

Refletem uma visão da inteligência americana sobre o mundo e, evidentemente, são focados naqueles pontos relacionados às preocupações maiores daquele país, quais sejam, a manutenção de sua hegemonia global e a segurança nacional. Embora essas sejam as preocupações dominantes, o estudo apresenta uma visão relacionada às questões geopolíticas que delinearão o mundo nos próximos 15 anos.

Quadro 2: Certezas relativas e principais incertezas em 2020 - NIC

Certezas relativas	Principais incertezas
A globalização tende a se tornar menos ocidentalizada.	A globalização introduzirá economias atrasadas no cenário mundial; países asiáticos estabelecerão novas regras para o jogo.
A economia mundial será substancialmente maior.	A distância entre ricos e pobres aumentará por conta da fragilidade de certas democracias ou em consequência das crises financeiras.
O crescente número de empresas globais facilita a disseminação de novas tecnologias.	A facilidade de conectividade desafia os governos.
A emergência da Ásia e o surgimento de novos “pesos médios” econômicos.	A emergência da China/Índia ocorrerá suavemente.
O aumento do número de idosos nas potências mundiais.	A capacidade da União Européia e do Japão para acomodar mão-de-obra estrangeira, adaptar sistemas de previdência social e integrar imigrantes; a EU se tornará uma superpotência.
Suprimento de energia suficiente para atender à demanda global.	Instabilidade política nos países produtores de petróleo; crise no suprimento mundial.
Poder crescente de atores não-governamentais (ONGs).	Desejo e capacidade das nações para acomodar esses atores.
O Islã político continuará a ser uma força poderosa.	Impacto da religião sobre a estabilidade dos países, aumentando o potencial para o conflito; crescimento da ideologia do Jihad.
Armas de destruição em massa mais Oriente Médio, Ásia e África.	Não se sabe se haverá mais ou menos potências nucleares; mais facilidade para os terroristas conseguirem armas biológicas, químicas, radiológicas ou nucleares.
Arco de instabilidade espalha-se no Oriente Médio, Ásia e África.	Essa instabilidade precipitará eventos que levarão à queda de diversos regimes.
Não é provável que algum conflito deflagre uma guerra mundial.	Capacidade de administrar zonas de conflito e competição por causa de recursos.
Temas ambientais e éticos serão cada vez mais debatidos.	Novas tecnologias criam ou resolvem novos problemas éticos.
Os EUA continuam a ser o mais poderoso ator nos setores econômico, tecnológico e militar.	Outros países desafiarão Washington mais abertamente, caso os EUA percam a posição de líder científico e tecnológico.

Visões de futuro relacionadas à demografia, aos recursos naturais e ao meio ambiente, ciência e tecnologia, à economia global e à governança são destacadas e consolidam visões de outros estudos sobre o futuro feitos por diferentes instituições internacionais e opiniões de especialistas não-governamentais de todo o mundo.

O Quadro 2 acima consolida alguns dos principais resultados e apresenta um conjunto de certezas relativas e as principais incertezas críticas, identificadas pelo estudo do Conselho Nacional de Inteligência americano.

Dimensão Global – 2022 (Brasil 3 Tempos)

No contexto do Projeto Brasil 3 Tempos²², coordenado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República e conduzido com apoio do CGEE, o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo realizou um estudo de elaboração de cenários para o Brasil, no horizonte de 2022, com foco na dimensão global. Essa parte do BR3T representa uma visão brasileira das questões internacionais²³.

Ao delimitar a dimensão global²⁴, o Projeto Brasil 3 Tempos menciona seis temas: soberania nacional, inserção internacional, multilateralismo, processos decisórios mundiais, alianças estratégicas e ONU.

A primeira delas diz respeito à trajetória dos Estados Unidos, que tem hoje uma proeminência indiscutível no sistema internacional. Apesar de seu tamanho e de seu dinamismo, a economia americana padece de problemas conhecidos que podem comprometê-la a médio ou longo prazo: o baixo nível de poupança e o grau muito elevado de endividamento (público e privado). Até o momento, o financiamento dos crescentes déficits, interno e externo, tem sido feito sem maior dificuldade, dada a disposição de investidores de todo o mundo de aplicarem seus ativos em títulos denominados em dólares. O que ocorrerá, entretanto, se a confiança na solidez da economia americana e em sua capacidade de pagamento for, por algum motivo, abalada?

A hipótese anunciada de uma crise financeira nos Estados Unidos não pode ser descartada e, se ocorrer, terá impacto em todo o mundo. A superioridade militar dos Estados Unidos parece ser o elemento mais consistente de sua condição presente de superpotência. Com pleno domínio aéreo e marítimo, e com as armas eletronicamente guiadas de que dispõem, os Estados Unidos detêm os meios para, em princípio, vencer qualquer conflito convencional em que possam estar envolvidos. O problema é que o desafio militar que enfrentam é de outra natureza e, para fazer face a ele, é preciso ocupar o

22 CADERNOS NAE. Projeto Brasil em 3 Tempos. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004. 120 p.

23 Os trechos compilados foram divulgados em trabalho publicado na revista “Estudo Avançados” (Caderno NAE, 2004), no qual os coordenadores do estudo sobre a dimensão global do projeto BR3T - Sebastião Cruz e Ricardo Sennes - indicam algumas das linhas de força que deverão estabelecer o elo entre o sistema internacional presente e o que haverá no futuro, em um horizonte de vinte anos.

24 O termo “global” é muito amplo. Globais são todos os processos, econômicos, sociais, políticos e culturais - além daqueles que emergem na relação do homem com a natureza - que transcendem o território de um ou de alguns Estados.

terreno e incorrer em um número de baixas que a sociedade americana tem, cada vez mais, imensa dificuldade em aceitar.

O segundo vetor de mudanças, destacado por Cruz (2006), consiste no processo de construção da União Européia. O ceticismo quanto a esse projeto é grande em muitos setores, no entanto, olhado em perspectiva, de 1952 – quando foi criada a Comunidade do Carvão e do Aço – aos dias de hoje, o acervo acumulado pela Europa é respeitável.

Na produção de uma identidade européia, a implantação da política externa e de segurança comum é decisiva, mas integrar as perspectivas de países de tradições e vínculos externos tão distintos quanto a Inglaterra, a França e a Alemanha, de cuja confluência depende em grande medida o futuro daquele projeto, é tarefa bastante problemática. No entanto, alguns fatores contribuem para a sua materialização. Um deles é a integração, já em estágio avançado, da indústria bélica; o outro é a problemática de segurança, a qual para a Europa – que tem uma expressiva população de imigrantes e faz fronteira com muitas das regiões mais conturbadas do planeta – configura-se em termos muito distintos do que para os Estados Unidos.

A terceira força a considerar é a ascensão da China no cenário econômico mundial. A pergunta que se coloca é: pode-se esperar que aquele país mantenha taxas de crescimento próximas das que vem experimentando nos últimos anos? Muitos analistas afirmam que não e apontam uma série de distorções – situação pré-falimentar de milhares de empresas; fragilidade do sistema bancário chinês; quantidade de créditos irrecuperáveis; questões ambientais; qualidade dos produtos, entre outros – que a condenariam a se debater em grave crise financeira no curto prazo. Mesmo que tenham razão, como reagiria a China a uma crise dessa natureza? Com que prontidão conseguiria superá-la?

Há ainda outros temas relevantes como a recuperação econômica e os conflitos étnicos na Rússia; o desenrolar da crise no Oriente Médio – com ênfase na guerra no Iraque, na desestabilização de regimes tradicionais da região e na crise já avançada em torno do programa nuclear iraniano –, e a lenta, mas aparentemente segura, elevação da Índia à condição de grande potência, entre outros.

Outra grande preocupação para os próximos 20 anos é se o sistema internacional manterá a configuração unipolar que apresenta hoje ou se deslocará em direção a uma estrutura multipolar, considerando as mudanças acima mencionadas.

O estudo realizado no Projeto BR3T – Dimensão Global – identificou, mediante consulta Delphi²⁵, 20 eventos que foram considerados na verificação da probabilidade de acontecimento nos horizontes temporais de 2007, 2015 e 2022. São relacionados, a seguir, aqueles que devem compor o cenário mais provável para 2022 (com 60% ou mais de probabilidade de ocorrência), segundo os respondentes da pesquisa eletrônica realizada pelo NAE com o apoio do CGEE:

- Aumento da importância global na utilização de fontes renováveis de energia;
- Consolidação da liderança do Brasil no espaço sul-americano, com o aumento das obrigações econômicas, políticas e de segurança daí decorrentes;
- Aumento do poderio econômico e militar da China e afirmação da identidade política européia, que reduzem a primazia dos EUA na economia e na política mundial;
- O Brasil passa a ter assento e relevo em foros importantes, apesar de suas deficiências econômicas relativas;
- Forte crescimento das exportações agropecuárias brasileiras, a despeito de pressões contrárias a pretexto de defesa do meio ambiente, leis de patentes e normas trabalhistas;
- A Rússia integra-se à economia européia em termos comerciais e de infra-estrutura.

BRICs - O caminho para 2050 (Dreaming with Brics)

O estudo Dreaming with BRICs: The Path to 2050, elaborado pelo Goldman Sachs, um dos mais prestigiosos bancos de investimento internacionais, parte do princípio de que a economia mundial passará por mudanças profundas ao longo dos próximos 50 anos. O objetivo do estudo é dar subsídios para os investidores, com uma perspectiva de longo prazo, focando em aspectos chave

²⁵ O método Delphi explora a experiência coletiva dos membros de um grupo em um processo iterativo, em que se busca a efetiva utilização do julgamento intuitivo, com base nas opiniões de especialistas e de pessoas que tenham interesse pelo tema estudado. A consulta é repetida algumas vezes até se alcançar o consenso e redução do viés individual, de idiosincrasias e de respostas que evidenciem ignorância sobre o assunto abordado. O dissenso muitas vezes é acatado por representar opinião privilegiada.

do desenvolvimento e globalização que envolvem a participação dos países em desenvolvimento como elementos de transformação do cenário global.

Um ponto fundamental do trabalho desenvolvido pelo Goldman Sachs refere-se ao crescimento gerado pelos grandes países em desenvolvimento, particularmente Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), e que deverão se tornar potências na economia mundial numa dimensão muito maior do que os investidores esperariam.

O estudo contém visões de futuro baseadas em análises do comportamento da economia mundial e apresenta informações bastante relevantes quando se olha o futuro de uma perspectiva econômico-financeira.

O estudo, ainda que focado nos aspectos econômico-financeiros, é falho ao não considerar com maior ênfase os aspectos sociais e ambientais que estão e estarão na ordem do dia das discussões internacionais, particularmente no que se refere às questões que envolvem as mudanças do clima, que afetam, indistintamente, todos os países, desenvolvidos ou não.

De acordo com esse estudo, o Brasil é o único país, dentre os BRICs, cuja experiência de crescimento recente tem sido significativamente menor do que as taxas projetadas. Nos últimos 50 anos, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro chegou a 5,3%, mas vem caindo, particularmente ao longo da última década, quando a taxa média de crescimento foi de 2,9%. A excessiva dependência do financiamento externo e o endividamento público durante a crise do petróleo e durante o Plano Real tornaram o esforço de ajuste particularmente difícil. Isso explica, em parte, a forte queda nas taxas de crescimento. O processo de ajuste também causou redução nos investimentos, o que contribuiu para a depreciação do capital, com importantes conseqüências para a produtividade.

Integração Sul-Americana

As visões de futuro quanto a América do Sul foram obtidas, principalmente, a partir dos estudos realizados pelo National Intelligence Council (NIC) e pela Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), além de outros estudos prospectivos realizados por instituições latino-americanas.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, segundo Couto (2006), a América do Sul é um conceito ainda fluido. A região, para além dos seus contornos geofísicos, ainda está em construção. A proximidade geográfica não resultou, ao longo da história, em uma articulação robusta entre os países da região. Certamente, o espaço sul-americano está mais articulado no início do século XXI do que estava há cem anos. No entanto, a dinâmica dos fluxos intra-regionais ainda não apresenta um comportamento que permita aferir que tenha alcançado o nível que suas potencialidades sugeririam.

A América do Sul também não é uma região homogênea. Os desequilíbrios e desigualdades observados no interior de seus países extrapolam para o nível intra-regional. Há uma geografia diferenciada das desigualdades, o que leva a interpretar o desequilíbrio como estrutural no continente sul-americano. Isso torna a definição de objetivos comuns para a região um exercício bastante complexo. Tamanha heterogeneidade dificulta a afirmação de uma identidade regional própria.

Nesse contexto, é importante ter em mente o papel dos Estados no esforço de construção da região, tanto na área econômica, quanto nas áreas social, cultural e científico-tecnológica. Os Estados devem reforçar seu papel de organizadores do território, atentando para a integração aos fluxos regionais e globais, que condicionam a inserção das sociedades na economia globalizada.

O trabalho desenvolvido pelo NIC (2004) apresenta algumas visões do futuro da região, no horizonte de 2020, e identifica um conjunto de fatores de influência e agentes propulsores de mudança, a evolução da região e o seu significado. As conclusões indicam que a região no início do século XXI apresenta “luzes e sombras”. Houve avanços no que tange a democratização, algum desenvolvimento institucional e um amplo consenso sobre as virtudes da estabilidade econômica. No entanto, os resultados sociais são poucos, o crescimento econômico é instável, há uma perda de legitimidade dos atores políticos e perda de importância internacional. A ordem política das sociedades latino-americanas encontra-se envolta em novas formas de crises.

Para 2020, o estudo do NIC indica que a herança do começo do século se fará sentir: os latino-americanos serão mais maduros e precavidos quanto à importância da democracia e das políticas macroeconômicas, porém lidarão com problemas sociais, baixa institucionalização e crises recorrentes de

governabilidade. Serão poucos os países com oportunidade de convergir com as oportunidades de desenvolvimento, o que fará crescer a lacuna entre a região e os países desenvolvidos. Os países e regiões que fracassarem em encontrar um rumo de desenvolvimento econômico, político e social estarão envolvidos em processos de crise e reversão.

Estas projeções tornam ainda mais premente a implementação de um plano de desenvolvimento integrado da América do Sul que permita à região encontrar um caminho próprio que traga maior equidade e competitividade aos países isoladamente e à região como um todo.

No que tange à posição brasileira em relação à integração sul-americana, a própria Constituição brasileira estabelece que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações²⁶.”

O governo Lula tem reforçado a idéia de que a América do Sul deve ser vista como referência regional da política externa brasileira. Em seu discurso de posse, ao identificar a construção de uma América do Sul “politicamente estável, próspera e unida” como prioridade da Política Externa, apontou a revitalização do Mercosul como um meio para esse processo, e não mais um fim em si mesmo. Afirmou, ainda, que o Brasil apoiaria os “arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul”.

Segundo Costa (1999), “nos próximos 20 anos, a América do Sul necessitará investir vários bilhões de dólares na construção de ferrovias e rodovias, de centrais hidrelétricas, de obras hidráulicas e de infra-estrutura urbana, se quiser escapar do círculo vicioso do subdesenvolvimento de que, ainda, é vítima”.

Estes grandes projetos deverão concentrar-se em três setores da infra-estrutura econômica:

- No transporte, incluindo transporte fluvial e marítimo, portos, redes ferroviárias, redes rodoviárias, transporte aéreo, e a interconexão

²⁶ Artigo quarto, parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

eficiente dessas redes com armazéns e instalações de carga e descarga em geral;

- Em obras hidráulicas, incluindo canais de irrigação, as centrais hidrelétricas, os canais navegáveis e a distribuição de água para o consumo industrial e urbano;
- Em sistemas de geração e distribuição de energia elétrica.

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi criada em 2000 com o objetivo principal de desenvolver a infra-estrutura regional num marco de competitividade e sustentabilidade crescentes, de maneira a gerar as condições necessárias para assegurar à região um padrão de desenvolvimento estável, eficiente e equitativo, identificando os requerimentos de tipo físico, normativos e institucionais necessários, e procurando mecanismos de implementação que promovam a integração física em nível continental.

O trabalho dos países na IIRSA tem avançado na conformação de um planejamento estratégico em processo de consolidação, que inclui a Visão Estratégica Sul-Americana (VESA), as Visões de Negócios dos Eixos, a análise do portfólio de projetos e os avanços nos Processos Setoriais de Integração.

Em matéria de processos setoriais, a Iniciativa desenvolveu estudos de diagnóstico de caracteres regionais e propôs alinhamentos de ação de curto, médio e longos prazos para os seguintes Processos Setoriais de Integração:

- Tecnologias de informação e comunicação;
- Sistemas operativos de transporte aéreo;
- Facilitação dos trânsitos de fronteira;
- Sistemas operativos de transporte marítimo;
- Integração energética;
- Sistemas operativos de transporte multimodal;
- Instrumentos para o financiamento de projetos de integração física regional.

A “Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010” é constituída por um primeiro conjunto de 31 projetos de integração acordados pelos países a partir dos resultados alcançados durante a fase de planejamento territorial e de ordenamento da Carteira de Projetos IIRSA e que, por suas características,

têm um alto impacto na integração física sul-americana (na sua maioria projetos-âncora e associados).

Reflexões sobre os Estudos Prospectivos Internacionais

Da leitura de estudos internacionais recentes, mencionados nos itens acima, sobre como poderá ser o futuro em horizontes de 20 a 30 anos, alguns pontos tornam-se claros:

A questão demográfica: não há dúvidas de que a população mundial aumentará, envelhecerá e será mais urbana, nos próximos anos. A concentração do crescimento da população ocorrerá nos países com menor nível de desenvolvimento.

A globalização: o processo de globalização da economia também não deverá ser alterado. O que deverá ocorrer é uma mudança nos atores que hoje ocupam a cena principal. As grandes economias emergentes, particularmente China e Índia, deverão ser as grandes forças propulsoras da economia mundial, ameaçarão a supremacia econômica dos Estados Unidos e ultrapassarão a dos grandes países europeus. O Brasil, dependendo de como for a sua estratégia e seu desempenho nos próximos anos, poderá ser um grande ator nesse cenário mundial, em nível similar ao dos mencionados países asiáticos.

Mudanças do clima, conservação e uso dos recursos hídricos e energia: esses são temas interconectados e que estarão no centro das discussões ao longo dos próximos anos, uma vez que influenciam, de maneira intensa, a vida em todo o planeta. As mudanças no clima, às quais o uso dos combustíveis fósseis está relacionado, poderão causar escassez de água para consumo humano, agrícola e industrial, o que poderá aumentar a fome no mundo e um sem número de outros efeitos em cadeia.

Ciência, Tecnologia e Inovação: o desenvolvimento científico e tecnológico deverá ter um papel central nas mudanças que deverão ocorrer no cenário global. A tecnologia de informação e comunicação, a biotecnologia, a nanotecnologia, as ciências cognitivas e a convergência entre elas terão grande impacto na vida dos cidadãos e na competitividade dos países. Entre as múltiplas aplicações, a curto e médio prazo, da convergência tecnológica, encontram-se aquelas direcionadas à biomedicina e à saúde humana, e alguns

de seus produtos já estão sendo testados, ou mesmo usados, na atualidade como, por exemplo: implantação de processadores miniaturizados para o diagnóstico precoce de doenças; técnicas nanotecnológicas para melhorar a bioatividade e a biocompatibilidade dos implantes; biossensores e biochips integrados em redes complexas de avaliação diagnóstica; nova engenharia tecidual a partir de arranjos celulares auto-organizáveis ou de materiais biomiméticos; pele artificial e transporte de drogas em nanoescala; agentes autônomos inteligentes para o reparo de partes do corpo; aplicações biomédicas da nanotecnologia como transplantes de cóclea e retinianos; estimulação - via computador - de áreas do cérebro para recuperação de movimentos em animais paralisados e uso de células tronco nanoencapsuladas em estruturas direcionáveis para correção de distúrbios neurodegenerativos.

Governança: Cada vez mais os Estados serão questionados e instados a ouvir a sociedade que, por sua vez e em função da crescente conectividade, será mais participativa e atenta aos movimentos dos governos em temas que a afetam.

Trabalho: O trabalho será cada vez mais globalizado. O processo de terceirização que atingiu, numa primeira etapa, funções que exigiam menor qualificação deverão passar a abranger técnicos qualificados.

Ao lado dessas certezas relativas, algumas incertezas críticas se destacam:

- O comportamento da economia americana pode colocar em risco a estabilidade econômica mundial, pois o seu alto nível de endividamento interno, a relativa desvalorização da moeda e excessiva concentração de riqueza podem conduzir o país a um quadro de depressão.
- Poderá haver descontinuidade no crescimento econômico da China, por questões econômicas, políticas, ambientais ou sociais, o que afetará a economia em escala.
- Turbulências políticas internacionais, relacionadas, sobretudo, à expansão da cultura fundamentalista islâmica, e seus reflexos nas sociedades asiáticas e européias.
- A situação da União Européia que necessita superar algumas dificuldades para se consolidar como grupo coeso, lidar com o

envelhecimento da população e a crescente imigração, que pode se acentuar ainda mais caso as perspectivas trazidas pelas mudanças do clima provoquem mais fome nos países africanos. Alguns estudos apontam para uma visão bastante pessimista do futuro da União Européia, enquanto outros indicam que ela manterá um papel relevante no cenário internacional.

- Expansão da AIDS, de pandemias e o aparecimento de novas e velhas doenças resultantes das mudanças do clima afetarão, sobretudo, os países menos desenvolvidos.
- As energias fósseis deverão continuar sendo utilizadas ainda em maior escala nos próximos 20 anos. Grandes reservas estão localizadas em países com instabilidade política, o que poderá dar início a conflitos internacionais em torno da disputa pela energia. Por outro lado, novos desenvolvimentos tecnológicos poderão tornar viáveis algumas fontes alternativas como, por exemplo, o hidrogênio, o que alteraria por completo o cenário previsto por diferentes estudos prospectivos.

No que concerne à América do Sul, as análises que vêm sendo feitas, particularmente tomando por base acontecimentos recentes, apontam para um clima tenso no que diz respeito à visão internacional sobre a região. A eleição dos novos presidentes da Venezuela, Bolívia e Equador, e os discursos e providências tomadas em relação, principalmente, ao uso dos seus recursos naturais, têm levado a uma preocupação crescente dos investidores internacionais. A alternância entre governos democráticos, populistas e autoritários, característica da região, pode reduzir os investimentos estrangeiros pela falta de confiança na manutenção de políticas econômicas estáveis.

Caso isso ocorra, a visão internacional sobre a região poderá privilegiar apenas aqueles que parecem mais confiáveis do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico e da manutenção de regras estáveis ou, em caso extremo, excluir a região como centro atrativo e privilegiado para investimentos de grande vulto.

Por outro lado, Brasil e Chile aparecem na maioria dos estudos em situação de destaque: o primeiro, pelo tamanho do país e de sua economia e, sobretudo, pelo seu potencial de crescimento; o segundo, pelos resultados apresentados nos últimos anos com altos índices de crescimento econômico.

O processo de integração econômica na região deverá buscar condições mais favoráveis ao conjunto de países em um ambiente global de grande competitividade. Há conflitos de interesse em torno da questão energética, envolvendo Brasil e Bolívia.

Um ponto importante diz respeito às regiões de fronteira, particularmente no que tange ao crescente fluxo migratório na região, questões ambientais e de segurança. Uma das principais ameaças à América do Sul está relacionada ao crime organizado, tráfico de drogas e organizações para-militares que atuam na região e que podem vir a intensificar suas ações.

4.3.2 EXERCÍCIOS PROSPECTIVOS NACIONAIS

O Brasil acumulou, desde a década de 1940, uma experiência razoável em matéria de planejamento governamental. Desde os primeiros exercícios, logo após a Segunda Guerra, o Estado brasileiro empreendeu diversas tentativas de planejamento do futuro e de organização do processo de desenvolvimento econômico²⁷.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro, devendo “estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Nos anos 90, o País retoma esforços para constituir uma capacidade de planejar com uma perspectiva de mais longo prazo e motivar pensadores nacionais a refletirem sobre o futuro do país e do mundo. Um exemplo disso é o documento “Brasil 2020”, elaborado conjuntamente com o Programa “Avança Brasil” do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, contendo cenários prospectivos para um horizonte de 20 anos.

Os estudos e iniciativas selecionados para compor o referencial de base para a construção da Visão Estratégica Nacional, apresentados a seguir, foram elaborados no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a intenção de estabelecer orientações estratégicas e diretrizes para

²⁷ MP, 2002. Dentre as iniciativas dos diferentes governos, destacam-se o Plano Salte (1947), do Governo Eurico Dutra, que foi o primeiro ensaio de planejamento econômico do Brasil; o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistcheck (1956); e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) dos governos Médici e Geisel.

o desenvolvimento do país, em diferentes horizontes temporais: Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), Plano Plurianual (PPA 2004-2007) e Projeto Brasil 3 Tempos (BR3T).

Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)

A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)²⁸, concebida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, teve como proposta ser o marco balizador das possibilidades do país relacionadas a um projeto de desenvolvimento nacional, a ser compartilhado e empreendido pelo governo e a sociedade. Segundo seus realizadores, o seu conteúdo se “aproxima de um traçar de roteiro, um delineamento de caminho a ser trilhado para construir um país melhor”.

Foi concebida de forma a ser considerada como fundamento para a estruturação dos entendimentos sobre a visão estratégica nacional e teve como pressuposto o fato de que a construção de uma sociedade democrática e próspera requer uma institucionalidade geradora de mais igualdade social e de mais democracia. Além disso, considera que a condição fundamental para a construção de uma sociedade cidadã é o pleno desenvolvimento de todos os seus integrantes. A sustentabilidade ambiental e a proteção da biodiversidade são, também, pressupostos importantes do projeto de desenvolvimento nacional e devem presidir todas as ações e iniciativas governamentais, empresariais e da sociedade civil organizada.

Para fins deste projeto, a leitura dos pressupostos da AND fornece elementos preciosos para a eleição de premissas e determinantes nacionais que deverão orientar a abordagem da dimensão territorial do desenvolvimento nacional no planejamento governamental de longo prazo, em particular no que se refere à carteira prioritária de projetos a serem inseridos nos próximos PPAs.

Plano Plurianual – 2004/2007

O processo de planejamento do Governo Federal caracteriza-se como um conjunto de conceitos, estruturas e procedimentos, cujo principal objetivo é implementar as decisões governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país.

A Constituição Federal estabelece os instrumentos fundamentais para a viabilização do processo de planejamento que se configuram no Plano

²⁸ CDES/SRI/PR (2006).

Plurianual (PPA); na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA, por estabelecer de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, é o principal instrumento de planejamento, por conseguinte, de mudança econômica e social com vistas ao desenvolvimento do país.

O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 foi construído como peça-chave do planejamento social e econômico do Governo, de forma a inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo destinado a promover transformações estruturais na sociedade brasileira.

O Plano foi orientado para responder à estratégia de desenvolvimento de longo prazo estabelecida pelo Governo, conforme enunciada a seguir:

“Inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do emprego; crescimento ambiental sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia”.

O PPA 2004-2007 definiu as seguintes dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática.

O Plano contribui, portanto, para a construção da visão estratégica nacional, ao apontar gargalos que impedem um eficiente desenvolvimento nacional e que precisam ser resolvidos no curto prazo. Aponta ainda diretrizes que buscam resolver questões relativas à exclusão social e à má distribuição de renda, com crescimento sustentado, por meio da geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do país. Reforça também a certeza de que o Brasil dispõe de todos os elementos necessários para o crescimento do PIB a taxas superiores a 4% ao ano.

Projeto Brasil 3 Tempos (BR3T)

O Projeto Brasil 3 Tempos foi elaborado entre 2004 e 2005 pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, com o apoio do CGEE. Teve como centralidade a análise das potencialidades estratégicas

do país, buscando identificar áreas, metas prioritárias e os atores sociais capazes de implementá-las. Os horizontes temporais do BR3T têm o seguinte significado: 2007 - início de um novo mandato de governo, em âmbitos federais e estaduais; 2015 - ano em que se atingirão as Metas do Milênio; 2022 - ano em que o Brasil comemorará os 200 anos de sua independência.

O projeto teve como ponto de partida um diagnóstico que visou compreender a situação atual e analisar as possíveis trajetórias para a construção de cenários e de metas intertemporais para o país nos três horizontes temporais considerados. No âmbito do projeto, são estabelecidas oito dimensões de estudo (institucional, econômica, sociocultural, territorial, do conhecimento, ambiental e global), em relação às quais foram estabelecidas perspectivas estratégicas para gargalos nacionais, cujas soluções serão buscadas pelo posterior planejamento de programas, projetos e/ou atividades e ações.

Reflexões sobre os Estudos Prospectivos Nacionais

Os referenciais adotados por este estudo (AND, Brasil 3 Tempos, PPA 2004-2007, dentre outros) contêm reflexões importantes sobre as dimensões que foram consideradas neste projeto, dado o alto grau de transversalidade que apresentam.

Dos estudos considerados, fica claro que o grande desafio do Brasil é retomar o crescimento da economia de maneira vigorosa e permanente, reduzindo assimetrias sociais, e, para tal, recuperar a capacidade de planejamento do país, em seus aspectos técnicos, institucionais e culturais. Trata-se, portanto, da adoção de instrumentos institucionalizados de planejamento, fundamentais para o aperfeiçoamento da capacidade de pensamento estratégico do Estado.

Atualmente, o Brasil preenche a maior parte dos requisitos para iniciar um processo duradouro de crescimento e de redução de desigualdades, dentre os quais se destaca a progressiva estabilidade macroeconômica. No entanto, a condução desse processo com vistas a um futuro pretendido dependerá de escolhas acertadas, de compromissos a serem estabelecidos entre as diversas forças políticas e atores e, ainda, de determinação na implementação das mudanças necessárias a curto, médio e longo prazo.

5. REFERENCIAIS DE FUTURO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS

A reunião e análise de textos de diferentes autores e procedências realizadas no âmbito do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento²⁹, principalmente relacionadas aos estudos prospectivos nacionais e internacionais (Módulo 2), aos estudos regionais (Módulo 3) e aos estudos prospectivos setoriais e temáticos (Módulo 4), assim como as discussões, workshops, reuniões e entrevistas com especialistas, no âmbito dos três Módulos, permitiram a identificação dos imperativos globais e, posteriormente, a definição de uma linha do tempo, levando em consideração dois horizontes temporais (2007-2015 e 2016-2027).

Com os entendimentos produzidos pelos estudos descritos, a partir de análises de resultados dos exercícios prospectivos das dimensões do Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos por Região de Referência e, principalmente, levando em consideração os imperativos globais e a identificação preliminar de seus possíveis impactos, identificaram-se fatos portadores de futuro com maior impacto no desenvolvimento territorial brasileiro.

A partir de análises e discussões, juntamente com questões estratégicas levantadas conclusivamente pelo Módulo 4, foi possível definir escolhas estratégicas que contaram ainda com a fundamentação dos determinantes nacionais, de forma a possibilitar, mais à frente, o rebatimento e análise dos fatos portadores de futuro e escolhas estratégicas nos seis territórios da estratégia. Definem-se, portanto, estrategicamente opções para o desenvolvimento territorial brasileiro, tendo como pressupostos as bases constitutivas da Visão Estratégica Nacional.

5.1 Imperativos Globais e Linha do Tempo

Qualquer linha do tempo está sujeita a restrições, pois nem todos, necessariamente, concordam, aprovam ou ratificam as previsões feitas. O que se pretende aqui é listar eventos possíveis, abrindo espaço para concordâncias ou discordâncias quanto às previsões, seja em relação à data (demasiado cedo ou demasiado tarde?), seja com a idéia em si (demasiado absurda?).

²⁹ Módulo 2 – Visão Estratégica Nacional; Módulo 3 – Regiões de Referência; Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos por Região de Referência.

Trens Maglev de levitação magnética, transporte de carga em zepelins, lixo transformado em energia, carros movidos a hidrogênio, ecovilas auto-suficientes e limpas, computadores que lêem a mente humana, materiais inteligentes – tudo isso pode parecer inviável como parte de nosso cotidiano nos próximos 20 ou 30 anos. No entanto, olhando para 10, 20, 30, 40, 50 atrás, percebe-se que muitas das coisas que ocorreram também pareciam absurdas. A tecnologia evoluiu do primeiro vôo ao vôo espacial até a Lua em cerca de 60 anos. Esse pode ser considerado um feito notável, mas, no início do século XX, seria impensável que, antes do seu término, o homem pousaria na Lua.

Nos próximos 20 anos, será possível conviver com a nanotecnologia, a biotecnologia, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as ciências cognitivas - e todas trazendo impactos para a vida humana -, que hoje parecem mágicas, mas que serão completamente normais para a próxima geração.

A linha do tempo definida neste trabalho cobre apenas uma pequena amostra do que está por vir. Buscou-se selecionar aqueles eventos, identificados a partir da análise de resultados de estudos realizados, que têm uma correlação mais intensa com os elementos constitutivos da Visão Estratégica Nacional. Em alguns casos, os eventos representam visões diferenciadas, porque não estamos falando de “um futuro”, mas de “futuros possíveis”.

Apresentam-se, a seguir, os imperativos globais e a linha do tempo a eles relacionada, considerando os elementos com potenciais de grandes clivagens nos horizontes temporais definidos. O nível global contempla elementos com perspectivas de impacto no mundo de forma mais genérica, que também podem se refletir em impactos e preocupações para um planejamento de país. O segundo nível, o nacional, traz elementos mais relacionados a impactos nacionais, mais próximos de terem associadas ações de Estado ou de governos.

5.1.1 DEMOGRAFIA E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Em 2027, a Terra terá cerca de 8 bilhões de habitantes – cerca de 2 bilhões a mais que hoje - e a maioria viverá em cidades. A expectativa de vida será crescente, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Como resultado, o mundo futuro será moldado, em grande medida, pelas megatendências relacionadas às mudanças na demografia e na urbanização.

O desafio maior é o de assegurar suprimentos adequados de energia, água potável e outras necessidades básicas e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade dos processos produtivos no planeta, bem como a mobilidade, a segurança, a saúde, o comércio global e a proteção ambiental. A migração entre fronteiras e de países mais pobres para países mais desenvolvidos será uma das grandes questões a serem enfrentadas no futuro.

No Brasil, o crescimento demográfico seguirá a tendência dos países desenvolvidos de ritmo de natalidade declinante e envelhecimento da população, com o aumento da longevidade. Nos próximos vinte anos, deverá haver uma menor proporção de jovens, mas, também, maior proporção da população na idade ativa no conjunto total, o que configura um momento promissor para o desenvolvimento do país.

Quadro 3: Linha do tempo –
Eventos relacionados a Demografia e Infra-estrutura Social

Demografia e Infra-estrutura Social	Nível	2007-2015	2016-2027
	Global	Um bilhão de pessoas vivem em favelas, 90% nos países em desenvolvimento dos quais 40% na Índia ou China. (2007, Millenium Project). Pela primeira vez, a população mundial urbana supera a rural. (2008, ONU). A taxa de declínio da força de trabalho japonesa passa a ser de 1% ao ano. (2010, Foresight 2020). Migrações dos países pobres para os países ricos intensificada. (2010, WFS). Gripe aviária: mutação genética provoca contágio de humanos para humanos e 25 milhões de pessoas podem ser infectadas. (2012-2015, Millenium Project). 70 milhões de Baby Boomers começa a se aposentar nos Estados Unidos. (2014, Toossi)	Idade mínima para aposentadoria passa para 75 anos em decorrência da crise na previdência nos países desenvolvidos. (2016, Technology Timeline). A taxa de idosos na população japonesa atinge 46%. (2020, Foresight 2020). Emigração de habitantes de países ricos é intensificada. (2025, WFS). Robôs e ambientes inteligentes melhoram os cuidados e a independência dos idosos. (2025, WFS). A Terra tem cerca de 8 bilhões de habitantes, 60% deles vivendo em cidades. Nos países em desenvolvimento este percentual é de 80%. (2027, ONU).
Nacional	Um bilhão de pessoas vivem em favelas, 90% nos países em desenvolvimento dos quais 40% na Índia ou China. (2007, Millenium Project). Pela primeira vez, a população mundial urbana supera a rural. (2008, ONU). A taxa de declínio da força de trabalho japonesa passa a ser de 1% ao ano. (2010, Foresight 2020). Migrações dos países pobres para os países ricos intensificada. (2010, WFS). Gripe aviária: mutação genética provoca contágio de humanos para humanos e 25 milhões de pessoas podem ser infectadas. (2012-2015, Millenium Project). 70 milhões de Baby Boomers começa a se aposentar nos Estados Unidos. (2014, Toossi)	O Brasil tem 55 milhões de contribuintes e 20 milhões de beneficiários da Previdência Social. (2020, IPEA). A população acima de 50 anos é maior do que a de jovens e crianças menores de 15 anos. (2025, IBGE). Brasil tem 232 milhões de habitantes. (2027, Cedeplar). Esperança de vida ao nascer: 77 anos. (2027, IBGE). Taxa de fecundidade de 1,8 é mais baixa que taxa de reposição. (2027, Módulo 4).	

A urbanização tenderá a acentuar o padrão atual de emergência de cidades médias e pequenas, com redução da migração para as metrópoles e reorganização da conectividade entre cidades e entre elas e sua área de influência, recompondo a organização regional e sub-regional do território.

A imigração de outros países sul-americanos e africanos poderá se intensificar no Brasil, como já ocorre da Colômbia para a Venezuela e de vários países para Argentina.

5.1.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Na “sociedade do conhecimento”, a informação e o conhecimento constituem o seu principal ativo intangível e gerador de riqueza. Nesse contexto, a educação e o aprendizado são fatores importantes para a redução de assimetrias sociais e como forças estimuladoras do desenvolvimento econômico. As escolas, nos próximos vinte anos, deverão se confrontar com mudanças nos métodos de ensino e disparidades de acesso à tecnologia. As TICs alterarão de forma intensa o processo de ensino e aprendizado, inclusive o papel do professor nas salas de aula. No cerne da diferença da cultura escrita para a eletrônica, está a mudança de um método de aprendizado contemplativo para um experimental. A nova cultura eletrônica colocará professores e alunos em meio a experiências em tempo real e, muitas vezes, ainda não totalmente processadas e estruturadas, como no ensino convencional. A comunicação, a interatividade e o trabalho em rede transformarão professores e alunos de consumidores a produtores de informação. A educação a distância deverá adquirir novas escalas, internacionalizando-se. Por outro lado, crescerão as desigualdades em conhecimento e habilidades entre os diferentes grupos de estudantes devido ao acesso diferenciado aos recursos tecnológicos.

O trabalho será cada vez mais globalizado. O processo de terceirização que atingiu, numa primeira etapa, funções que exigiam menor qualificação deverá passar a abranger técnicos qualificados. Os empregadores necessitarão de indivíduos que possam gerenciar grandes quantidades de informação, resolver problemas complexos, adaptar-se às mudanças com flexibilidade e criatividade e trabalhar em equipe. O teletrabalho será cada vez mais comum, sendo realizado em pequenos centros providos de TICs e próximos aos locais residenciais. O ensino deverá ser capaz de atender a tais necessidades, formando pessoas que tenham essas habilidades.

Quadro 4: Linha do tempo – Eventos relacionados à Educação e Trabalho

		2007-2015	2016-2027
Educação e Trabalho	Global	A escolaridade média mundial é de 9,1 anos; na América Latina este valor cai para 7,4 anos. (2010, Foresight 2020). Os empregados nas empresas pertencem a quatro gerações diferentes. (2012-2015, WFS).	Idade mínima para aposentadoria passa para 75 anos em decorrência da crise na previdência nos países desenvolvidos. (2016, Technology Timeline). A força de trabalho é mais idosa e mais feminina. (2020, Foresight 2020). O número de mulheres nas universidades supera o de homens. (2027, Millenium Project). Passa a vigorar, nos Estados Unidos, a idade mínima de 65 anos para aposentadoria. (2027, Giambiagi).
	Nacional	A PEA atinge 74 milhões. (2010, IPEA). 130 mil escolas públicas contam com ferramentas de informática. (2010, Estado de São Paulo) A PEA atinge 79 milhões. (2015, IPEA). Um computador por aluno. (2012-2015, Módulo 4).	A PEA atinge 82 milhões. (2020, IPEA).

No Brasil, a educação e a geração de conhecimento ainda estão aquém dos patamares que nos garantiriam um lugar de destaque na “sociedade do conhecimento”. Nesse sentido, é importante ter uma perspectiva futura que assegure a qualidade da educação, levando em consideração todos os níveis de ensino, quais sejam: educação básica (ensino infantil, fundamental e médio); educação profissional e tecnológica; educação superior; e educação continuada de jovens e adultos.

5.1.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CT&I) terão espetacular avanço nos próximos anos, constituindo um elemento de importância maior no reordenamento global. Sua fronteira, nas próximas duas décadas, residirá na integração de disciplinas como as tecnologias da informação e comunicação, a biotecnologia e campos associados, a nanotecnologia e áreas da ciência dos materiais, as ciências cognitivas e sociais.

Haverá grande evolução nas taxas de inovação, reduzindo, cada vez mais, o tempo entre as descobertas e suas aplicações, entre os laboratórios e a produção comercial, com profundos impactos na saúde, segurança, negócios e comércio. Em outras palavras, novas concepções oriundas da convergência tecnológica ou da transdisciplinaridade do conhecimento estarão em marcha, revolucionando a base técnico-científica da sociedade e mesmo os princípios da aprendizagem e capacitação científica e tecnológica.

Quadro 5: Linha do tempo – Eventos relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação

Nível		2007-2015	2016-2027
Ciência, Tecnologia e Inovação	Global	<p>45% da população têm telefone, 27% têm telefones celulares, 80% têm acesso à TV. (2007, Millenium Project). 16% do mundo está conectado à internet, VOIP representa 75% dos serviços de voz. (2027, Millenium Project). Índia lança computador de 10 dolares. (2009, The Times of Índia). Microrrobô transmite imagens do corpo humano fora do alcance dos catéteres. (2009, Wired). A população virtual é de 50 milhões; 80% dos usuários ativos da Internet têm uma “second life”. (2011, Salomon). LCD domina mercado de displays. (2011, Sherwood). O mercado global da nanotecnologia chega a 2,6 trilhões de dólares. (2012, NAE). 50% da população mundial tem acesso à internet. (2015, Technology Timeline). Televisão pela internet – TV sobre IP. (2008-2011, Módulo 4). Diagnóstico médico completo em 1 chip. (2012-2015, WFS). Sistemas de identificação por rádio frequência usados amplamente para identificar e rastrear objetos. (2015, Horizon Scanning Centre). Redes de banda larga disponíveis em qualquer lugar a qualquer momento. (2015, Horizon Scanning Centre).</p>	<p>Sistemas wireless usados extensivamente na produção agropecuária. (2020, Rand). Biomateriais para implante no corpo humano para regeneração de tecidos e reparo in-situ são alternativas para cirurgia. ((2020, Horizon Scanning Centre). Dispositivos de comunicação para acesso à informação em qualquer lugar (ubíquo). (2020, Rand). Produção de energia a partir de hidrogênio responde por 25% da matriz energética mundial. (2020, CGEE). O uso generalizado de TICs permite o armazenamento e recuperação de dados dos pacientes, melhorando o acompanhamento e o atendimento remoto. (2020, Foresight 2020).</p>
	Nacional	<p>Brasil ocupa a 12ª posição entre os maiores usuários de banda larga, com 1,6 milhão de usuários. (2007, World Internet Statistics). Brasil ocupa a sexta posição na preferência dos investidores internacionais de P&D. (2008, European Commision – JRC) O Brasil é o terceiro maior mercado de computadores do mundo. (2010, Intel). Brasil investe 2% do PIB em CT&I. (2010, CGEE). Brasil forma 15 mil doutores por ano. (2010, CAPES). Lançamento do satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestre – CBERS4. (2011, INPE). Internet: novo padrão de IP (Ipv6) adotado no país. (2011, IETF). O Brasil é responsável por 1% do mercado nanotecnológico, correspondendo a US\$ 26 bilhões. (2012, NAE).</p>	<p>Etanol de cana-de-açúcar substitui 5% da gasolina mundial. (2016, CGEE) Biodiesel responde por 35% da matriz energética nacional.. (2016, CGEE) INPE terá lançado 11 novos satélites (2020, JC Online)</p>

Necessariamente, o processo de desenvolvimento sustentável do país passará pelo aperfeiçoamento de seu sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Apesar da razoável infra-estrutura de Ciência e Tecnologia, do número de mestres e doutores formados a cada ano e da criação recente de novos instrumentos pelo governo nos últimos anos (Lei da Inovação, Fundos Setoriais, entre outros), a interação entre as Instituições (públicas e privadas) de Ciência e Tecnologia e as empresas ainda é incipiente. Os indicadores nacionais, quando comparados com os de outros países emergentes, mostram que o Brasil ainda necessita empreender esforços, particularmente no que diz respeito à inovação.

É importante destacar que os principais fatores de mudança tecnológica (consolidação de valores como a democracia nas sociedades modernas, preocupação ecológica crescente e aceleração no fluxo de bens e de informação) remetem os sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação para outro patamar de governança, com destaque para o papel representado pelas organizações da sociedade civil. Cresce, também, a importância do papel das ciências sociais nas análises à montante e à jusante do desenvolvimento tecnológico, em especial no que se refere ao processo de inovação.

5.1.4 ECONOMIA E INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA

O crescimento da economia mundial deverá manter níveis similares aos observados nos últimos 30 anos, graças ao aumento da produtividade e à crescente importância das economias emergentes mais dinâmicas. Os EUA deverão manter a hegemonia nos próximos 20 anos, mas tendem a perder espaço para os grandes países emergentes, particularmente China e Índia, indicando que a mudança do centro de gravidade da economia mundial para a Ásia deverá se efetuar num futuro mais distante.

Quadro 6: Linha do tempo – Eventos relacionados à Economia e Infra-estrutura Logística

		2007-2015	2016-2027
Economia e Infra-estrutura Logística	Global	<p>2,5 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$2 por dia. (2007, Millenium Project).</p> <p>Países em desenvolvimento contribuem com metade da economia mundial. (2008-2011, Millenium Project).</p> <p>China é o novo centro petroquímico mundial (2012-2015, Módulo 4 – Indústria Química).</p> <p>China é a segunda economia mundial. (2015, Goldman Sachs).</p>	<p>Ásia aumenta sua participação no PIB mundial para 43%, mas a renda per capita permanece menor do que nas economias desenvolvidas ocidentais. (2020, Foresight 2020).</p> <p>100 milhões de carros vendidos em todo o mundo, sendo 40% das vendas na Ásia. (2020, Foresight 2020).</p>
	Nacional	<p>PIB é de US\$668bi, representando US\$3.417 per capita. (2010, Goldman Sachs).</p> <p>Balança comercial brasileira volta a ser deficitária. (2014, Cedeplar).</p> <p>PIB brasileiro é de US\$952bi (2015, Goldman Sachs).</p>	<p>PIB brasileiro é de US\$1.695bi, representando US\$7.781 per capita. Brasil é a 9ª economia mundial. (2025, Goldman Sachs).</p> <p>PIB brasileiro é de US\$2.800bi, representando US\$12.000 per capita e é a 7ª economia mundial. (2025, Macroplan).</p>

O papel da União Europeia no contexto global dependerá de sua capacidade de superar seus problemas internos (estagnação, envelhecimento da população e grande contingente de imigrantes, entre outros) e construir efetivamente um bloco econômico poderoso, integrando culturas, estruturas sociais e idiomas diferentes.

A África, o Oriente Médio e o Sul da Ásia (exceto Índia) serão as regiões com maior concentração de pobreza e menor desenvolvimento. O futuro da América do Sul vai depender de sua capacidade de superar os grandes gargalos apresentados no presente (baixo nível de desenvolvimento, desigualdade social, baixo nível de escolaridade, corrupção, insegurança etc.).

Uma incerteza crítica diz respeito ao comportamento da economia americana, tendo em vista que seus impactos afetam a economia de todo o mundo. Já se observam algumas turbulências no mercado americano, que podem se acentuar em 2008-9.

5.1.5 ENERGIA

A demanda de energia, até 2027, aumentará em torno de 60% em relação a 2000, devido ao crescimento da população mundial e ao progresso econômico. Os combustíveis fósseis responderão por 40% das emissões de CO₂, em 2020. O petróleo, o carvão e o gás natural deverão permanecer como as fontes energéticas mais utilizadas, devendo esta última apresentar um crescimento expressivo.

O mundo, no entanto, não deverá ser monoenergético, como o foi no século XX. Devido ao possível esgotamento dos combustíveis fósseis e às pressões ambientais, as matrizes energéticas deverão ser diversificadas e cada região buscará utilizar suas vantagens comparativas para produzir energia, aumentando a participação das fontes renováveis (biomassa, solar, eólica, hidrogênio etc.) e da energia nuclear.

No longo prazo, a energia nuclear será uma opção energética importante, para fazer face às necessidades mundiais sem a conseqüente geração de dióxido de carbono e outros poluentes da atmosfera. No entanto, alguns problemas precisam ser resolvidos: os custos relativamente altos; os efeitos adversos percebidos pela sociedade em relação à segurança, meio ambiente e saúde;

riscos potenciais advindos da proliferação; e desafios não resolvidos na gestão no longo prazo dos dejetos nucleares.

Para os países industrializados comprometidos com as metas do Protocolo de Quioto, o uso de biocombustíveis representa, a curto e médio prazo, uma das formas mais efetivas de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa associadas ao consumo energético no setor de transporte.

Quadro 7: Linha do tempo – Eventos relacionados à Energia

		Nível	2007-2015	2016-2027
Energia	Global		<p>Células combustível têm custos competitivos. (2010, WFS).</p> <p>Combustíveis renováveis suprem 5,75% de todo combustível de transporte na Europa. (2010, Holt-Giménez).</p> <p>Mercado global de etanol é de cerca de 66 bilhões de litros. (2010, Módulo 4).</p> <p>Consumo mundial de energia é de 511 quadrilhões de Btu. (2010, DOE).</p> <p>Manutenção do potencial competitivo do petróleo. (2008-2011, Módulo 4).</p> <p>Etanol como commodity global. (2012-2015, Módulo 4).</p>	<p>Competição por recursos energéticos acompanhada por ruptura no suprimento de petróleo. (2020, NIC).</p> <p>Consumo mundial de energia: 607 quadrilhões de Btu. (2020, DOE).</p> <p>Combustíveis renováveis representam 10% de todo combustível de transporte na Europa (2020, Holt-Giménez).</p> <p>Veículos vendidos: Híbridos (32%); Gasolina (26%); Biocombustível (19%); Eletricidade (15%); Hidrogênio (9%). (2020, ONU).</p> <p>Energia nuclear responde a 40% da matriz energética mundial. (2020, CGEE).</p> <p>A demanda de petróleo dos países em desenvolvimento representa 41% do total mundial. A China representa 11%. (2020, Foresight 2020).</p> <p>Consumo mundial de energia: 654 quadrilhões de Btu. (2025, DOE).</p> <p>Consumo de etanol alcança 88,6 bilhões de litros. (2025, CGEE).</p> <p>Aumento significativo das fontes renováveis, energia nuclear e hidrogênio na matriz energética mundial. (2027, CGEE).</p>
	Nacional		<p>Mercado nacional de biodiesel corresponde a 1 bilhão de litros, com produção regionalizada. (2008, NAE).</p> <p>Consumo de energia elétrica 443,5 TWh. (2010, EPE).</p> <p>Brasil exporta 13,3 bilhões de litros de etanol. (2010, Módulo 4).</p> <p>Risco de déficit de energia elétrica. (2012, EPE).</p> <p>A produção de etanol é de 30 bilhões de litros. (2013, Módulo 4).</p> <p>Consumo de energia elétrica: 566,8 TWh. (2015, EPE).</p> <p>A demanda de biodiesel representa 1,5 bilhão de litros. (2015, Módulo 4).</p>	<p>Consumo de energia elétrica: 941 TWh. (2025, EPE).</p> <p>Brasil exporta 20 bilhões de litros de etanol. (2025, Módulo 4).</p> <p>Demanda de energia per capita atinge 2,3 toneladas equivalentes de petróleo. (2027-2030, EPE)</p> <p>Quatro energéticos são necessários para abranger 77% do consumo: petróleo, energia hidráulica, cana-de-açúcar e gás natural. (2027-2030, EPE).</p> <p>45% de toda energia consumida no país é renovável. (2027-2030, EPE).</p> <p>A produção doméstica de gás natural se eleva para cerca de 250 milhões de m³/dia e o consumo para 267 milhões. (2027-2030, EPE).</p>

Nesse contexto, o Brasil tem vantagens comparativas: sua matriz energética é relativamente limpa, com predomínio da hidroeletricidade, e tem condições privilegiadas para a produção de biocombustíveis, destacando-se o etanol de cana-de-açúcar.

5.1.6 MEIO-AMBIENTE

O aquecimento global constitui, sem dúvida, um imperativo na medida em que seu controle pelo homem é de eficácia relativa e incerta e de resultados obtidos somente no longo prazo. Os esforços para mitigação desse problema, a serem realizados nas próximas duas ou três décadas, determinarão em grande parte o aumento da temperatura global média no longo prazo e os impactos correspondentes (secas, inundações, elevação do nível médio dos mares, perda de biodiversidade, alterações em ecossistemas etc.).

Quadro 8: Linha do tempo – Eventos relacionados a Meio-Ambiente

Nível		2007-2015	2016-2027
Meio Ambiente Energia	Global	<p>Custos gerais e os riscos traduzidos pelas mudanças climáticas equivalem a uma perda de 5% do PIB mundial por ano. (2008-2011, Módulo 4).</p> <p>Riscos para as sociedades humanas e ecossistemas aumentam significativamente devido ao aquecimento global. (2008-2011, Módulo 4).</p> <p>Novos sistemas de monitoramento ambiental permitem compreender mudanças nos sistemas oceânicos e terrestres, na atmosfera e estratosfera, em tempo real (2008-2011, Módulo 4).</p>	<p>Mudanças climáticas têm impactos na saúde humana: novas doenças, emergência e re-emergência de doenças infecciosas, ondas de calor afetando a saúde principalmente de pessoas idosas. (2016-2027, Módulo 4).</p> <p>O reduzido suprimento de água na China impacta a economia global. (2016-2027, Módulo 4).</p> <p>O custo dos desastres ecológicos relacionados ao aquecimento global atinge US\$150 bi por ano. (2020, WFS).</p> <p>Entre 30 e 75 milhões de pessoas têm problemas com falta d'água na América Latina. (2025, Módulo 4).</p>
	Nacional	<p>Brasil responde pela captação de US\$ 1 bilhão, representando 10% do mercado internacional de créditos de carbono (2010, NAE).</p> <p>Emissões de CO2 decorrentes do desmatamento correspondem a quase 74% das emissões nacionais (2007-2011, Módulo 4).</p>	<p>As temperaturas sobem entre 0,5 e 1,8° C nas regiões tropicais do país (2016-2027, Módulo 4).</p> <p>Diminuição das chuvas durante a estação seca nas regiões tropicais. (2016-2027, Módulo 4).</p> <p>Elevação do nível do mar entre 6 a 10 cm, pondo em risco as regiões costeiras do litoral brasileiro. (2016-2027, Módulo 4).</p>

Evidências resultantes de observações em todos os continentes mostram que muitos sistemas naturais vêm sendo afetados pelas mudanças climáticas regionais. A temperatura média global deverá aumentar, de acordo com previsões mais otimistas, entre 1 e 2° C nas próximas duas décadas. Os impactos dessas mudanças afetam todos os países, o que deverá promover novos posicionamentos frente ao tema e uma atitude mais pró-ativa dos governos, impulsionados pela sociedade. Nesse contexto, o Brasil conta com importantes vantagens comparativas a serem adequadamente exploradas: altas biodiversidade e disponibilidade de água doce (12% do total global), matriz energética limpa, entre outras.

Os países de grande extensão territorial têm uma vantagem relativa adicional face a esse processo, dada a diversidade de seus ambientes naturais, que incluem

possibilidades de migração, no médio e longo prazo, de espécies para altitudes e latitudes maiores, o que determina que seus territórios sejam atingidos de forma diferenciada pelas mudanças anunciadas. Este é o caso do Brasil.

Vale a pena frisar que outros problemas ambientais como, por exemplo, a anunciada escassez da água, não são apenas imperativos da natureza, mas, sobretudo, problemas decorrentes do padrão de consumo, do planejamento e da gestão dos recursos. Estão, portanto, associados às ações humanas, potencialmente passíveis de correção.

5.1.7 AGROINDÚSTRIA

Haverá alimentos em quantidade suficiente para alimentar a população mundial em crescimento, mas a distribuição não será igualitária e milhões de pessoas em algumas regiões do mundo (África, Sul da Ásia) permanecerão famintas.

Quadro 9: Linha do tempo – Eventos relacionados à Agroindústria

		Nível	2007-2015	2016-2027
Agroindústria	Global		<p>Centralidade da China na China na nova dinâmica dos fluxos de comércio de alimentos. (2008-2011, Foresight Institute).</p> <p>Comercialização de alimentos funcionais e nutracêuticos. (2008-2011, Módulo 4).</p> <p>Disponibilidade de alimentos ameaçada pela produção de biocombustíveis. (2012-2015, Módulo 4).</p> <p>Rastreabilidade dos alimentos generalizada (2012-2015, Módulo 4).</p>	<p>Agricultura representa 70% do uso da água (2016-2027, Módulo 4).</p> <p>Maior instabilidade nas safras de commodities por causa das mudanças climáticas globais (eventos extremos). (2016-2027, Foresight Institute).</p> <p>O consumo de carnes atinge 303 milhões de toneladas, sendo 115 milhões nos países desenvolvidos e 188 naqueles em desenvolvimento (2020, FAO).</p>
	Nacional		<p>Expansão do cultivo da cana para fins energéticos. (2008-2015, Módulo 4).</p> <p>Brasil se consolida como principal fornecedor de carne bovina para o mercado asiático. (2012-2015, Módulo 4).</p> <p>Demanda adicional de óleo de soja de 2,5 milhões de toneladas. (2012-2015, Módulo 4).</p> <p>Brasil exporta 50 milhões de toneladas de soja. (2014, USDA).</p>	<p>Brasil é o maior exportador de soja em grão e representa 54,5% do mercado mundial. (2016, MAPA).</p>

Por outro lado, as questões relacionadas ao ambiente - notadamente a provável escassez de água, secas e inundações, aliadas ao uso intensivo da água na agricultura - poderão modificar o panorama agrícola, tornando

inférteis algumas áreas hoje produtivas. Haverá necessidade de novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos de forma a aumentar a produtividade agrícola. Nesse contexto, o Brasil deverá ser um dos grandes fornecedores de alimentos para o mundo, considerando sua posição privilegiada em termos de dimensão territorial, diversidade de ambientes naturais e disponibilidade de terras férteis e água.

5.1.8 ORDEM GLOBAL

Importante imperativo da globalização, a ordem global situa-se na dimensão política das relações entre Estados. Em que pese o fortalecimento de instituições multilaterais e suas pressões para reduzir a soberania dos Estados, o sistema adotado por cada Estado ainda tem papel relevante no cenário mundial. E as maiores potências tendem a dominar as instituições multilaterais mediante a definição de suas agendas.

O contexto que se configura nas próximas décadas é característico do caos sistêmico que precede a mudança de hegemonia, disputada por várias potências. Tal contexto terá efeitos no Brasil. Trata-se do declínio relativo da economia norte-americana, embora os Estados Unidos ainda mantenham o poder militar; do esforço intenso da Europa em consolidar a União Européia e manter a sua influência econômica e política; e da ascensão da China como potência econômica e aumento do poder militar, expresso recentemente (janeiro de 2007) num míssil que atinge diretamente os satélites.

Manter uma posição de equilíbrio na América do Sul, como o Brasil está mantendo, tem altos custos políticos e econômicos. O país necessita fortalecer a integração sul-americana por razões econômicas (sobretudo no que tange à energia) e políticas, referentes a um maior peso das vozes sul-americanas no cenário global. Necessita também manter suas relações com as grandes potências - Estados Unidos e União Européia – porque é um importante interlocutor sul-americano. Tal posição, para ser fortalecida, requer a implementação de ações concretas para alcançar um desenvolvimento autônomo.

O problema da governabilidade não se esgota na questão da hegemonia. O incremento da conectividade global por meio de múltiplas redes acarretará interações mais intensas e rápidas. No que tange à governabilidade dos Estados, desafios se acentuarão, provavelmente por meio de maior cooperação internacional, sobretudo quando houver interesse de organizações complexas

e redes transnacionais ligadas a grupos privados ou grupos de interesse com forte poder de pressão.

Quadro 10: Linha do tempo – Eventos relacionados à Ordem Global e Governança

		2007-2015	2016-2027
Agroindústria	Global	2,3 bilhões de pessoas (36%) vivem em ditaduras. (2007, Millenium Project). A privacidade do cidadão é ameaçada pela evolução das TICs (2012-2015, WFS).	O Islã permanece como uma força ponderosa. (2020, NIC).
	Nacional	2,3 bilhões de pessoas (36%) vivem em ditaduras. (2007, Millenium Project). A privacidade do cidadão é ameaçada pela evolução das TICs (2012-2015, WFS)	

Destaca-se a importância da internacionalização crescente dos movimentos sociais que têm no Fórum Social de Porto Alegre o seu símbolo maior e na América Latina um forte campo de organização. O relativo fracasso em Nairóbi (janeiro de 2007) não eliminará a força desses movimentos que, graças à Internet, mudaram sua estratégia para múltiplas ações dispersas, mas continuarão organizados. Não será excessiva a hipótese de que valores sociais e políticos socializados possam reduzir a ênfase no mercado, hoje dominante.

5.2 Fatos Portadores de Futuro

Fatos portadores de futuro são identificados como elementos associados a acontecimentos ou inovações capazes de afetar um sistema, ao estabelecer pontos de inflexão em tendências observadas ou determinar escolhas irreversíveis por partes de atores importantes.

Em princípio, os fatos portadores de futuro foram identificados nos exercícios prospectivos setoriais e temáticos do Módulo 4. Num segundo momento, foram realizadas análises e a segunda identificação foi efetuada a partir dos imperativos globais, de forma a considerar premissas e objetivos do estudo. Isso significa que foram consideradas as tendências e visões de futuro nacionais e internacionais, extraindo daí elementos que poderiam provocar uma ruptura da situação existente.

As premissas e objetivos serviram para orientar a seleção dos fatos portadores de futuro que poderiam determinar escolhas, que resultariam em mudanças claras nas tendências apresentadas, e de forma a sugerir reações específicas para o Brasil. Apresentam-se, a seguir, aqueles fatos considerados mais relevantes para a construção de uma Visão Estratégica Nacional, fundamentada na concepção do desenvolvimento territorial brasileiro.

Quadro 11: Fatos Portadores de Futuro

Dimensão	Fatos Portadores de Futuro	
Demografia e infra-estrutura social	Aumento da população mundial, em particular da população idosa, gera necessidades e serviços distintos nas áreas de habitação e saneamento, saúde, assistência social e lazer.	FPF 1
	Fluxo internacional de pessoas, destruição e contato do homem com ecossistemas naturais não antropizados aumentam possibilidades de surgimento de novas doenças e pandemias associadas a doenças existentes.	FPF 2
	Metropolização policêntrica transforma o fenômeno das cidades mundiais e requalifica a hierarquia de conexão dos nodos relevantes que articulam e comandam as redes da ordem global.	FPF 3
Economia e infra-estrutura logística	Alterações nos padrões de consumo em mercados locais e globalizados induzem à constituição de mecanismos controlados pela sociedade de regulação, padronização, normalização, voltados para a qualidade, segurança e sustentabilidade de produtos industrializados e <i>commodities</i> .	FPF 4
	Aumento da mobilidade pessoal e da movimentação de carga em âmbitos local, regional e global leva a uma integração inteligente (comunicação wireless, por exemplo) e maior articulação dos sistemas de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, aquaviário e dutoviário: a logística - entendida como vetor de produção, transporte e processamento - redesenha as redes de infra-estrutura.	FPF 5
	Crescimento da economia global com base nas finanças e na tecnologia acirra as desigualdades de renda entre indivíduos, potencializa conflitos na sociedade e recupera espaços de regulação estatal.	FPF 6
	Uso intensivo de produtos derivados da biodiversidade brasileira altera padrões de competitividade nas indústrias de fitoterápicos, cosméticos, alimentos e produtos madeireiros.	FPF 7
	O uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirram conflitos locais e globais.	FPF 8
	Segmento de pequenas e médias empresas de base tecnológica - motor dinâmico de desenvolvimento econômico acoplado às áreas de bio, nano e TICs e na convergência entre elas - valoriza as dimensões intangíveis do capital.	FPF 9
Ciência, Tecnologia e Inovação	Convergência tecnológica (NBIC - Nano, Bio, TICs e Cogno) como elemento transformador dos sistemas de produção industrial, o que requer novo perfil de recursos humanos e novo patamar de capacitação tecnológica.	FPF 10
	Valorização do meio rural a partir do desenvolvimento de rotas alternativas para a produção de substâncias por vias biotecnológicas, que anteriormente eram obtidas por rotas de produção química.	FPF 11
	Conhecimento como determinante da capacidade do país em inovar implica passar grandes contingentes de pessoas de nível médio para níveis superiores de formação.	FPF 12
	Universalização da inclusão digital altera profundamente os padrões de educação, comércio, governança e de relacionamento social ('second life' - relacionamento virtual em paralelo às relações cotidianas entre pessoas).	FPF 13

Dimensão	Fatos Portadores de Futuro	
Meio Ambiente	Aumento dos níveis de educação da sociedade e maior disseminação da informação sobre questões ambientais de natureza global (mudanças do clima, poluição, perda da biodiversidade etc.) conduzem à valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais.	FPF 14
	Escassez de água potável, decorrente de ações destrutivas do homem, aumento da população humana e mudanças climáticas globais, causam conflitos regionais e fome, mas valoriza esse recurso como uma commodity global e estimula novos sistemas de gestão integrada dos recursos hídricos.	FPF 15
Energia	Atingimento de limites globais de extração e produção de derivados de fontes fósseis provocam o surgimento de estratégias agressivas de produção de energia a partir de fontes alternativas (hidrogênio, nuclear, biomassa, eólica, solar, entre outras).	FPF 16
Educação e Trabalho	Alteração das relações e novas formas de teletrabalho com o uso intensivo de TICs ampliam as possibilidades de flexibilização e terceirização em vários setores da economia.	FPF 17
	Emprego simultâneo para quatro gerações de trabalhadores reconfigura o mercado de trabalho.	FPF 18
	Competências, habilidades e atitudes (CHA) são mais valorizadas pelo mercado de trabalho em geral, reposicionando o valor da educação formal.	FPF 19
Agroindústria	Uso concorrente da terra para a produção de energia e alimentos e avanço das possibilidades de exploração dos recursos do mar alteram padrões existentes de produção e consumo de alimentos (energéticos e protéicos) e de energia.	FPF 20
	Baixa disponibilidade de mão-de-obra no meio rural fortalece modelos de produção de base tecnológica e familiar para o provimento de alimentos e matérias-primas alinhadas com necessidades futuras.	FPF 21
Ordem Global e Governança	Integração física da América do Sul provoca aumento do fluxo de bens, pessoas e capital no continente, em especial nas articulações com a região andina e caribenha.	FPF 22
	Questões econômicas (energia), sociais (pobreza, direitos humanos) e ambientais (clima, biodiversidade, desertificação, água) de natureza global levam ao fortalecimento de estruturas de governança multilaterais e aumento da participação de movimentos sociais organizados.	FPF 23
	Questões associadas aos limites do interesse público e da gestão privada em áreas estratégicas como recursos hídricos, biodiversidade, ordenamento territorial, entre outros implicam o desenvolvimento de novos modelos institucionais de gestão e governança.	FPF 24

Os fatos portadores de futuro são considerados pontos fundamentais que orientam a identificação e aprimoramento dos vetores de desenvolvimento territorial, por sua capacidade de antecipar mudanças de rumos significativas e importantes para o estabelecimento de estratégias.

5.3 Escolhas Estratégicas e Determinantes Nacionais

A definição de estratégias precisa considerar algumas escolhas e apropriar elementos de futuro que interferem e moldam os vetores que orientam as agendas de cada território, de forma a serem capazes de reordenar o território nacional e estabelecer uma trajetória de desenvolvimento sustentável para o Brasil no horizonte dos próximos vinte anos.

As escolhas são, sobretudo, resultados das exaustivas discussões e análises realizadas no âmbito do Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos por Região de Referência, assim como das discussões realizadas nas reuniões de coordenadores de Módulos do Estudo. Metodologicamente, questões essenciais foram formuladas a partir do cruzamento das análises dos setores e temas. Tais escolhas, amparadas pelos determinantes nacionais, constituem fatores chave para organizar os vetores que devem orientar o reordenamento territorial do país.

A fundamentação que relaciona determinantes nacionais e escolhas estratégicas passa pelo próprio conceito de determinantes estabelecido, ou seja, são questões de âmbito nacional, sobre as quais se tem governabilidade e que condicionam as opções de desenvolvimento do país. No presente Estudo, foram identificados a partir dos gargalos nacionais, das premissas e objetivos da Visão Estratégica Nacional, e pautaram-se, ainda, nas diretrizes estratégicas estabelecidas pela Agenda Nacional de Desenvolvimento. Nesse sentido, representam elementos que apóiam a definição de estratégias e que condicionam os vetores de desenvolvimento territorial.

Cabe analisar os conjuntos determinantes nacionais e as escolhas estratégicas, ao alcance da vontade política nacional, que se propõe para a sociedade brasileira nos próximos anos. A concepção estratégica do “País que queremos” assume também, para além dos fatos portadores de futuro, escolhas associadas que igualmente informam os vetores de desenvolvimento territorial, que serão tratados posteriormente. Vale destacar que não existe correspondência biunívoca para determinantes e escolhas estratégicas, uma vez que os primeiros guardam relação com entendimentos macroespaciais, enquanto as escolhas reportam um rebatimento mais próximo ao território.

Um determinante nacional se sobrepõe aos demais por tratar da superação de desigualdades nacionais e regionais – significa admitir que, em 2027, é plausível supor que as desigualdades estarão superadas. A sociedade brasileira será mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com renda e riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente. O deslocamento da diagonal da inclusão/exclusão terá incorporado a porção Norte-Nordeste do país, embora não de modo homogêneo. A desigualdade se situará num novo patamar em que as populações carentes terão muito melhores condições de vida.

Quadro 12: Principais escolhas estratégicas (Módulo 4 – Estudos Setoriais e Temáticos por Região de Referência)

EE 1	Constituir um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação maduro.
EE 2	Orientar o sistema produtivo em direção a um novo padrão de comportamento que favorece a inovação e a competitividade sistêmica.
EE 3	Fortalecer as opções integradoras da logística, com base na multimodalidade dos transportes, na diversificação de fontes de energia e na integração sul-americana.
EE 4	Superar gargalos nas telecomunicações e promover a difusão dos serviços e a inclusão digital das pessoas.
EE 5	Patrocinar os usos múltiplos sustentáveis da água.
EE 6	Valorizar os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.
EE 7	Revisar os paradigmas que organizam a economia rural (reforma agrária; relações de trabalho; legislação ambiental; padrões de produção e financiamento).
EE 8	Fortalecer as estruturas de produção e comercialização associadas à agro energia.
EE 9	Conceder prioridade às ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida nos meios urbano e metropolitano (habitação, saneamento e transportes públicos).
EE 10	Buscar a universalização e a melhoria da qualidade no atendimento à população na educação, na saúde e na assistência social, respeitando as diversidades étnicas, sociais e culturais.

No que tange ao acesso à saúde, habitação, saneamento e segurança pública, outros determinantes nacionais definem-se com destaque: em 2027, o Estado brasileiro, seguindo o que estabelece a constituição, garantirá acesso universal a um sistema de saúde de qualidade, tendo como premissa o atendimento prioritário à população de menor renda e a prevenção de doenças. Um programa de habitação e saneamento básico garantirá melhor qualidade de vida à população e colaborará para a redução da mortalidade infantil e de doenças endêmicas. A ação integrada dos três níveis de governo nas áreas urbanas e metropolitanas com elevada vulnerabilidade social ampliará o acesso de todos aos direitos sociais e fortalecerá a unidade familiar básica. A integração nacional da investigação e repressão às diversas modalidades de crime organizado e corrupção colaborará para a redução da criminalidade e mortalidade como resultado da violência.

A primeira escolha refere-se à construção de um sistema de inovação maduro, preferencialmente descentralizado, já que a ciência, a tecnologia e a inovação devem presidir e compor o cerne das estratégias de ação do poder público. É fundamental a ampliação da interação com o setor privado; investir em áreas estratégicas não cobertas ainda, buscando trabalhar com a transversalidade setorial. Considerar a descentralização de investimentos, com vistas ao desenvolvimento de outros centros com efetivo potencial.

O determinante nacional correspondente aponta para o desenvolvimento sustentável por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação, de forma a viabilizar a efetiva inserção do Brasil na “sociedade do conhecimento” e o desenvolvimento sustentável, baseados no aproveitamento inteligente dos recursos naturais, nos recursos humanos qualificados e na infra-estrutura de CT&I ampliada. A revolução científica e tecnológica dar-se-á, sobretudo, mediante os conhecimentos gerados pelas parcerias estabelecidas entre universidades, institutos de P&D e empresas.

Outra escolha aponta para orientações que colocam o sistema produtivo a serviço de um novo padrão de desenvolvimento, substituindo a ênfase na produção de commodities pelo fortalecimento da indústria difusora de progresso técnico. Para isso concorre uma terceira escolha, que acentua os papéis da multimodalidade e das opções integradoras de logística, posto que interferem na competitividade sistêmica e no aproveitamento dos potenciais produtivos regionais. Tais escolhas também estão amparadas pelo determinante descrito anteriormente.

Em relação à infra-estrutura logística, o determinante de redes de cidades para a integração do território complementa os entendimentos e descreve: em 2027, o país contará com uma infra-estrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais. A logística deverá constituir um sistema de vetores de produção, circulação e processamento da produção, condição não apenas do desenvolvimento e da coesão nacionais, mas da aceleração de seu ritmo de desenvolvimento, crucial para o país, e constitui um dos determinantes fundamentais da reestruturação do território.

A importância das telecomunicações e a inclusão digital impõem a necessidade de destacar essa dimensão da logística. A escolha estratégica recai sobre a superação dos gargalos identificados nas telecomunicações e na difusão e democratização do acesso aos serviços que habilitam amplo processo de inclusão digital.

Ampliação da escolaridade média e melhoria da qualidade do ensino brasileiro definem outro determinante nacional, que aponta para uma população brasileira com maior acesso à escolaridade média e educação básica (do ensino infantil ao médio) universalizada. Isso abrirá possibilidades para a melhoria da qualificação profissional, com oferta ampla de cursos profissionalizantes e acesso mais democrático ao ensino superior. A qualidade do ensino estará

assegurada pela melhor qualificação e valorização do magistério, bem como pela transformação da escola em espaço atrativo, em termos de infra-estrutura e equipamentos. A escola será o grande indutor da inclusão digital.

Uma quinta escolha recai sobre os recursos hídricos e a compatibilização das disponibilidades para usos econômicos (geração de energia, irrigação, abastecimento industrial, navegação fluvial, pesca e aqüicultura), ambientais e de abastecimento humano.

A sexta escolha compreende um campo de ação conceitualmente novo que se reporta à prestação de serviços ambientais pelos ecossistemas, envolvendo diversos tipos de serviços que se associam à promoção de usos sustentáveis, à conservação e manutenção dos recursos naturais e à recuperação dos ecossistemas.

A revisão dos paradigmas que organizam a economia rural, que envolve uma reforma fundiária, a revisão das relações de trabalho, um aparato legal às questões ambientais e os novos padrões de produção agropecuária e agroindustrial, em atendimento a requisitos de qualidade e produtividade e de segurança alimentar, constituem uma sétima escolha importante.

A oitava escolha refere-se ao fortalecimento marcante das estruturas de produção e comercialização de produtos associados à agro energia, que incorporam desde a produção de etanol até a produção de outras fontes menos tradicionais de biomassa, como o biodiesel.

A priorização das iniciativas do meio urbano metropolitano, com foco na habitação, no saneamento e nos transportes públicos, compreende a nona escolha estratégica, que tem papel importante para a redução das desigualdades sociais e regionais no país.

Por fim, a décima escolha estratégica, como não poderia deixar de ser, recai sobre o conjunto das políticas sociais, com ênfase na saúde, educação e assistência social, em busca de almejados objetivos de universalização do atendimento à população e de resgate da dívida social para os segmentos menos favorecidos.

6. VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL E A CONCEPÇÃO DO PAÍS QUE QUEREMOS

Tentativas recentes de formular estratégias para o desenvolvimento brasileiro contemplaram aspectos essenciais que foram considerados na formulação da Visão Estratégica Nacional. Duas dessas idéias mereceram destaque, porque abordam questões e fundamentos de base muito afins com o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento.

A primeira formulação considerada, contida no Projeto Brasil 3 Tempos³⁰, contempla a idéia de futuro como um processo a ser construído de forma compartilhada pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, o processo de cooperação entre o Estado e a sociedade seria o caminho para a construção de um Projeto Nacional sob a forma de um conjunto de metas e objetivos consolidados com o cenário prospectivo pactuado nacionalmente.

Na segunda formulação, a AND, define-se a construção de uma sociedade democrática e próspera, que requer uma institucionalidade geradora de mais igualdade social e de mais democracia. A perspectiva de evolução do país requer o reforço dos espaços públicos e uma efetiva socialização das oportunidades, o que exige ação direta do Estado diante do quadro de expressivas desigualdades sociais e regionais. Tal apoio na orientação estratégica das ações e na articulação e mediação dos amplos e variados interesses dos diversos grupos sociais é mais que necessário para uma governança eficaz dos processos de desenvolvimento. Esse quadro institucional inovador deve ser construído mediante um pacto social e político e a conformação de um Estado eficiente e apto a estabelecer regras claras e capaz de superar nichos de insegurança jurídica. Para a AND, trata-se da construção de viabilidades para organizar um processo que deve conter alternativas políticas para superar os entraves estruturais que se interpõem ao desenvolvimento nacional.

As questões discutidas nos capítulos anteriores, no trabalho de elaboração de uma visão estratégica nacional, compreenderam pilares de sustentação da estratégia de construção do Brasil do futuro, ou seja: um país com desigualdades sociais e regionais superadas ou, pelo menos, reduzidas drasticamente; coeso do ponto de vista social e territorial; promotor do potencial das suas várias

³⁰ Estudos realizados pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

regiões, que valoriza a inovação e a diversidade cultural e étnica da população brasileira; promotor do uso sustentável dos recursos naturais; integrado com os demais países sul-americanos e inserido de maneira competitiva e autônoma no cenário internacional.

A síntese, denominada Visão Estratégica Nacional, que organiza o conjunto articulado de idéias sobre o futuro, o território e os caminhos a percorrer para o alcance de um novo Brasil no horizonte de 20 anos pode, agora, ser enunciada:

‘Uma nação tropical e democrática, coesa territorial e socialmente, atenta aos determinantes do desenvolvimento sustentável, com uma economia densa e dinâmica, integrada soberanamente no mundo e no continente sul-americano, que valoriza a diversidade ambiental, cultural e étnica, em que seus cidadãos têm condições de vida digna, com liberdade, segurança e paz social’.

A declaração explicita a concepção de “País que queremos”, orientando para a estruturação de um projeto de nação guiado por objetivos de coesão econômica, social, territorial e política e, que pensa o país com maior integração interna, com menores desigualdades regionais e sociais e uma maior inserção internacional.

A concepção de “País que queremos” ganha expressão concreta na estratégia-síntese de construção de um Brasil policêntrico e na definição de vetores de desenvolvimento territorial. Para os próximos 20 anos, essa concepção deve fornecer previsões sobre a evolução territorial, aqui considerada por meio dos vários exercícios realizados no Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento³¹.

O futuro desejado para o Brasil em 2027 pode ser antevisto pela intensidade da modificação da configuração do território nacional observada em 2007 frente aos impulsos provocados pelos imperativos globais, determinantes nacionais e fatos portadores de futuro e, sobretudo pelas iniciativas desdobradas dos vetores de desenvolvimento que incidem sobre os seis territórios da estratégia definidos.

³¹ Especialmente no Módulo 2 – Visão estratégica nacional e no Módulo 6 – Impactos da carteira de investimentos por região de referência.

De forma complementar, para a definição da Visão Estratégica Nacional, foi fundamental um olhar sobre o conjunto de todo o Território Nacional e também de suas relações com o continente sul-americano e o resto do mundo. Para estabelecer, contudo, prioridades concretas de escolhas estratégicas, foi necessário responder à questão sobre que lugares - e também como e com que ritmo - devem receber os esforços visando ao desenvolvimento nacional.

Após enunciar a Visão Estratégica Nacional, procura-se materializar a imagem do Brasil do futuro em 2027, desse país que queremos, por meio da representação cartográfica das trajetórias inercial, intencional e ideal de evolução do indicador-síntese da renda domiciliar per capita. Para além de outros aspectos, esse indicador espelha com maior amplitude os resultados a que se pretende chegar, auxiliando na compreensão do alcance e consistência das iniciativas sugeridas no Estudo.

Os cartogramas apresentados a seguir traçam as três trajetórias analíticas principais para o comportamento da variável renda domiciliar per capita, evidenciando as distintas evoluções possíveis da respectiva configuração territorial do país:

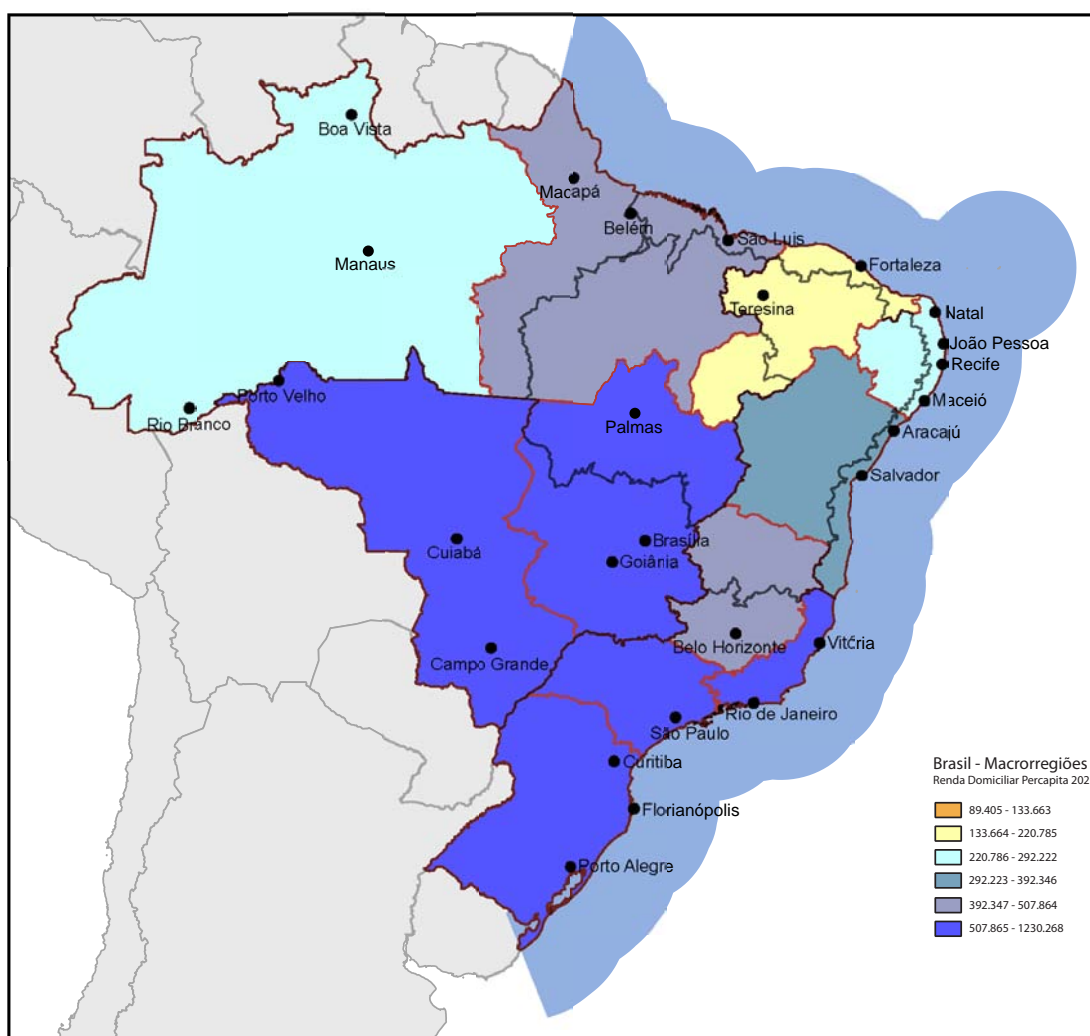
- O primeiro (Cartograma 10), que se pode denominar de macroeconômico tendencial, apresentada a configuração territorial alcançada na hipótese de uma simples extrapolação das condições macroeconômicas vigentes.
- O segundo (Cartograma 11) apresenta o esboço do ponto de chegada da mesma variável na hipótese de implementação da carteira preliminar de investimentos sugerida no módulo 5 e interpretada pelo modelo de impactos territoriais desenvolvido no módulo 6 do Estudo;
- O terceiro (Cartograma 12), apresentado em versão original no produto 2 do módulo, compreende o desenho de uma configuração ideal exequível da renda domiciliar per capita no Brasil de 2027.

A configuração ideal do país concebe uma imagem de futuro que não se compromete com o quadro macroeconômico apresentado no exercício tendencial realizado no Módulo 6. A hipótese tendencial realça a possível configuração do país no futuro por meio da extrapolação de uma taxa de investimentos natural, sem que haja uma estratégia de intervenção organizada.

Por fim, demonstra-se a configuração que resulta das intervenções delineadas a partir da apropriação de uma carteira de investimentos preliminar, ainda não ajustada integralmente aos objetivos almejados no Estudo.

O Cartograma 10 revela que, no cenário macroeconômico tendencial, existe forte probabilidade de manutenção da desigualdade regional atual. A diferença entre as posições das regiões de referência (ao nível macro) contidas nas faixas inferior e superior da renda domiciliar per capita atinge a mais de 6 vezes.

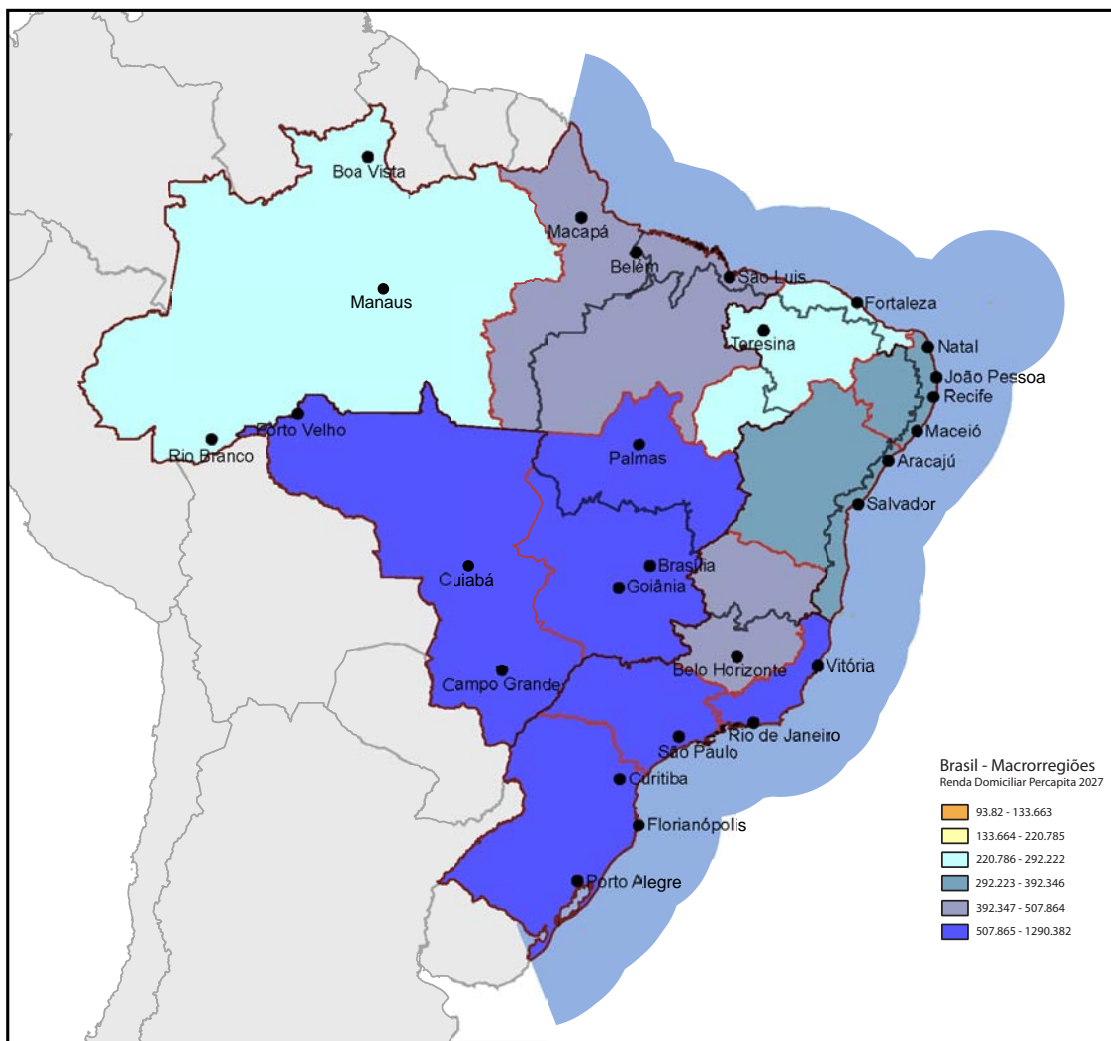
Cartograma 10: Renda domiciliar per capita – 2027 (tendencial)



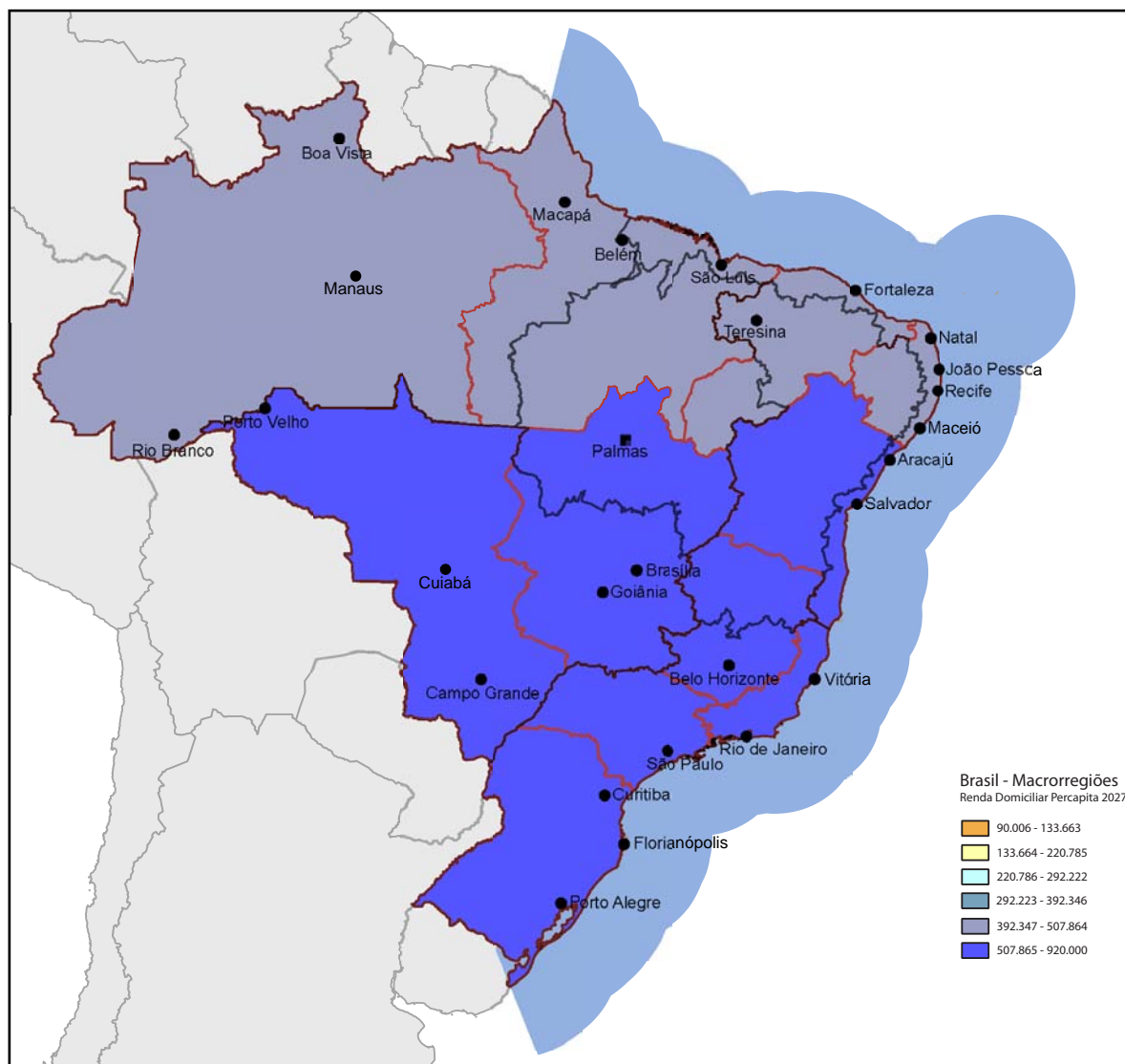
No Cartograma 11, demonstra-se que a apropriação da carteira preliminar de investimentos permite que o Brasil seja capaz de alcançar, no longo prazo, resultados positivos, mas que ainda não são suficientes para reduzir a patamares mínimos os desequilíbrios territoriais atuais.

A redução das desigualdades é mais satisfatória no cenário ideal (Cartograma 12). Enquanto no cenário construído a partir dos investimentos programados na carteira preliminar a diferença entre as macrorregiões contidas nas faixas inferiores e superiores da renda domiciliar per capita atinge, ainda, cerca de 4 vezes, no cenário ideal essa diferença cai a duas vezes.

Cartograma 11: Renda domiciliar per capita – 2027 (carteira)



Cartograma 12: Renda domiciliar per capita – 2027 (ideal)



A carteira final de investimentos deve aproximar-se um pouco mais do cenário ideal. Uma estratégia nacional de desenvolvimento que interfira em trajetórias que acenam com a estabilidade da configuração territorial do país é condição indispensável para mudar a sociedade brasileira em direção a outro patamar de qualidade de vida da população.

Os três cenários apresentados com base nas trajetórias analíticas de evolução da distribuição regional da renda domiciliar per capita compreendem insumos

importantes para a construção da visão estratégica nacional. Mesmo que a configuração final da carteira de investimentos não esteja disponível nesse momento, nem as análises de qualificação previstas nos módulos 6 e 7, já é possível antever o intervalo de confiança em que as proposições do Estudo devem se situar.

Outro indicador básico, relativo à educação, ajuda a fornecer imagens de um país futuro diferente, mesmo que não haja a possibilidade de comparação direta com exercícios embasados nos modelos dos módulos 6 ou 7 ou com a carteira de investimentos preliminar, utilizados no caso anterior da renda domiciliar per capita. O indicador utilizado é a proporção da população sub-regional com mais de 15 anos e menos de 4 anos de estudo. E pela maneira como se pode construir uma hipótese de evolução da variável e margem de variação compatível com o quadro macroeconômico estimado, acredita-se exequível, desde que com ampla disposição política, reduzir a níveis mínimos e residuais na maior parte do território nacional a proporção de pessoas com menos de 4 anos de estudo na população.

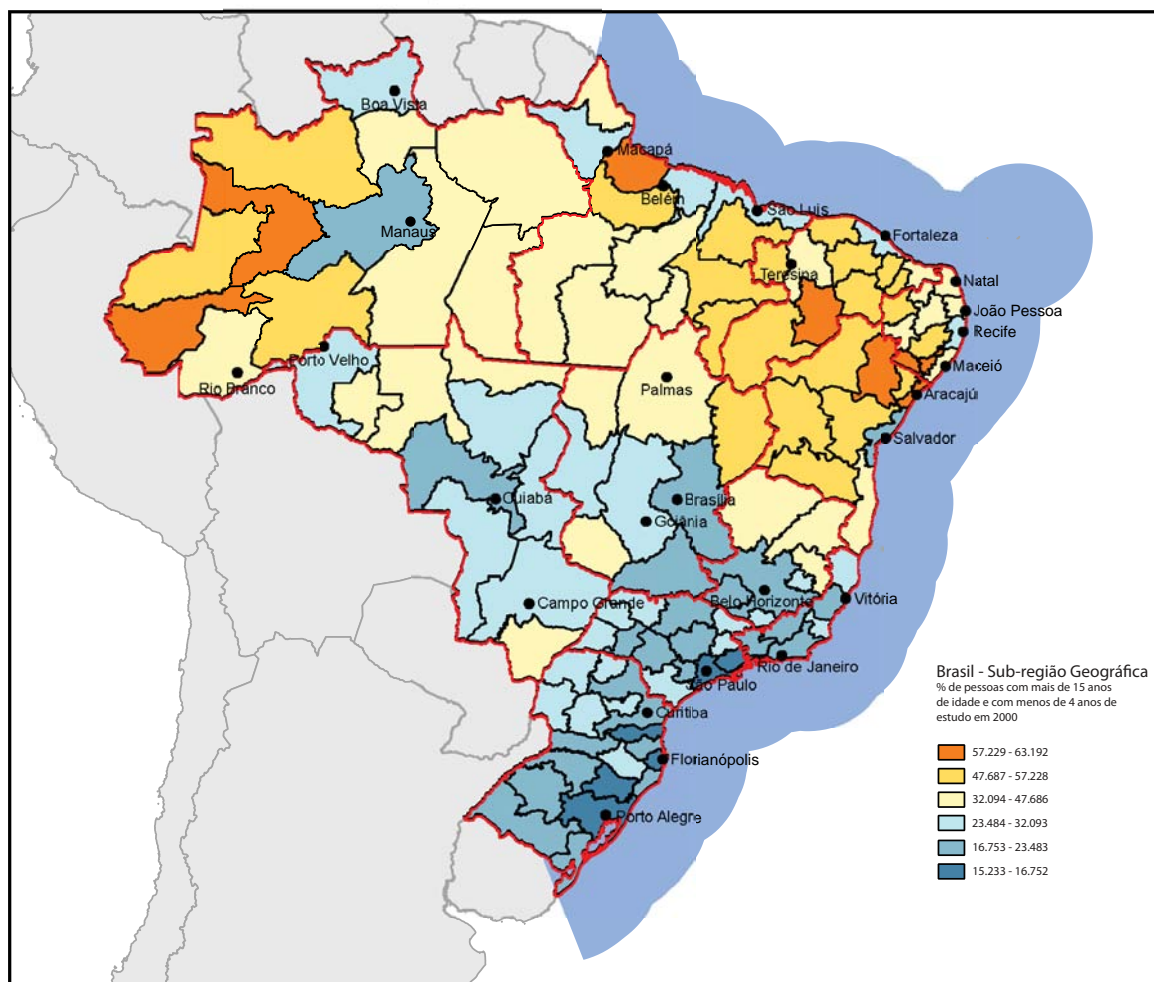
Como expresso no Cartograma 13, à configuração por sub-regiões da proporção de habitantes de mais de 15 anos e menos de 4 anos de estudo acompanha aquela apresentada para a renda domiciliar per capita no mesmo ano de 2000, em que se sobressai um Brasil dividido em dois, um ao norte e outro ao sul.

A educação é variável estratégica decisiva para o desenvolvimento. Na implementação da estratégia de desenvolvimento, o indicador para a educação deve evoluir mais celeremente até o Brasil de 2027. Dessa forma, arbitrou-se como uma situação factível e desejável para o período 2000-2027 que nenhuma sub-região tenha, naquele último ano, mais de 20% de sua população de 15 anos e mais com menos de 4 anos de escolaridade. Adota-se, ainda, o critério de que a distribuição de frequência do indicador apresente uma maior homogeneidade territorial.

No cenário projetado para 2027 (Cartograma 14), construído com os mesmos limites da distribuição da variável de 2000 para auxiliar a comparação, os territórios teriam praticamente eliminado os problemas mais graves de educação básica, embora se deva admitir que 4 anos de estudo represente muito pouco para os padrões atuais de exigência de qualificação da força de trabalho. Na expressão mais geral do mapa de 2027, as desigualdades remanescentes não têm significado maior para as aspirações de desenvolvimento dos diversos territórios, conformando um quadro único nacional.

Os resultados conjuntos desses indicadores – renda domiciliar média per capita e proporção de população com menos de 4 anos de estudo – expressos territorialmente, construídos de maneira cautelosa e desatrelada de uma compreensão maior das carteiras finais de investimentos sugeridas no Estudo, apontam para uma conclusão: é perfeitamente possível construir um Brasil mais equânime, socialmente justo e economicamente dinâmico no horizonte de 20 anos que se adotou.

Cartograma 13: Proporção de pessoas com menos de 4 anos de estudo sobre população total de 15 anos e mais de idade por sub-regiões de referência - 2000

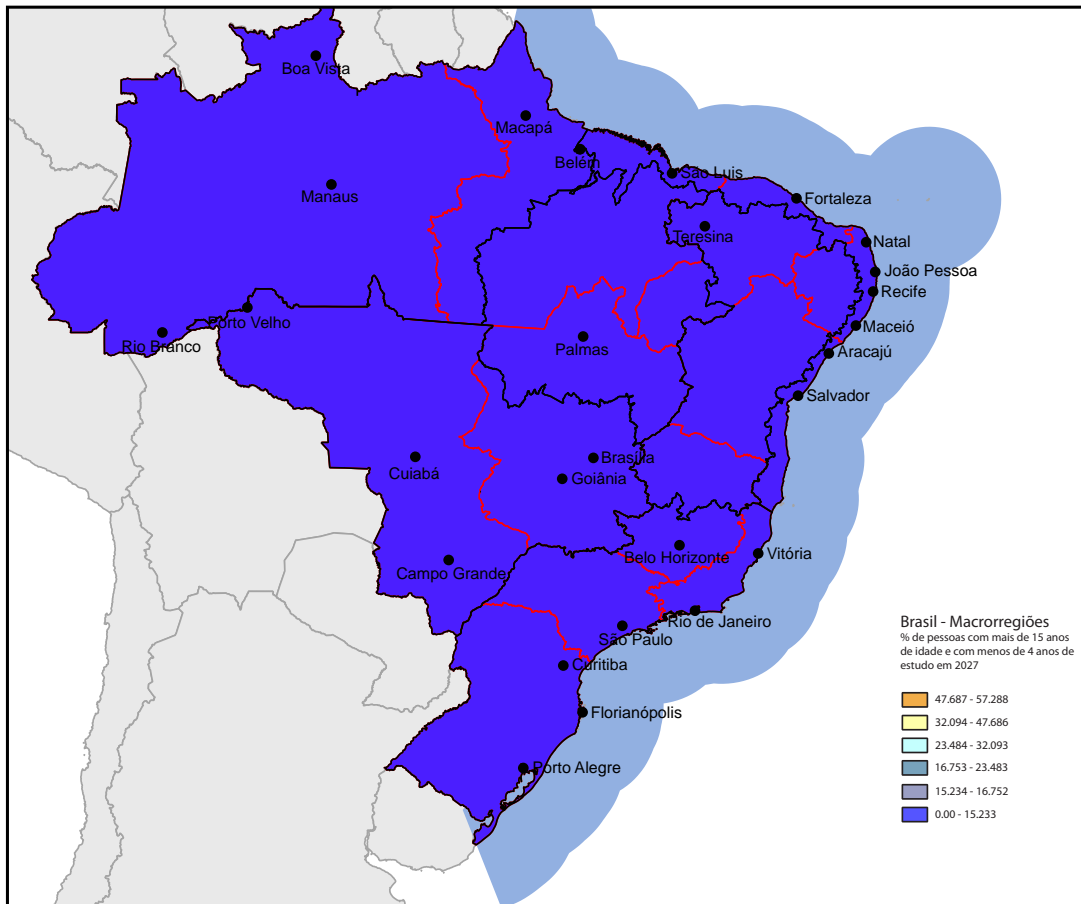


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Os mapas do Brasil de 2027, deliberadamente borrados por sua expressão nos seis grandes territórios da estratégia, assinalam um Brasil possível substancialmente melhor na sua coesão social e regional e na sua integração econômico-produtiva. Um Brasil mais preparado para enfrentar os efeitos das forças que têm impedido seu caminho para ser uma Nação desenvolvida.

O Brasil sugerido suporta dois pressupostos futuros para a organização estrutural: (1) a construção de um país policêntrico e (2) os vetores de desenvolvimento territorial definidos para cada um dos seis territórios da estratégia, que serão tratados a seguir.

Cartograma 14 – Proporção de pessoas com menos de 4 anos de estudo sobre população total de 15 anos e mais de idade por sub-regiões de referência - 2027



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A construção de um Brasil policêntrico abrange uma proposta de nova configuração do território, que remete às escolhas dos núcleos urbanos capazes de atrair as forças sociais na direção de uma maior interiorização e equalização do desenvolvimento nacional. Esses núcleos herdaram maiores responsabilidades na condução das estratégias.

Os vetores de desenvolvimento orientam as ações compatíveis com características específicas regionais que devem ser levadas em consideração na formulação dos projetos ou blocos de investimento das carteiras. Os vetores mantêm conexão estreita com as regiões de referência que organizam o comando das frações específicas do território e interagem, no início do horizonte de planejamento, com os planos de desenvolvimento regionais (Plano Amazônia Sustentável, Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Nordeste e Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido) e os planos de governos estaduais estabelecidos para os próximos anos.

6.1 Construção do Brasil Policêntrico

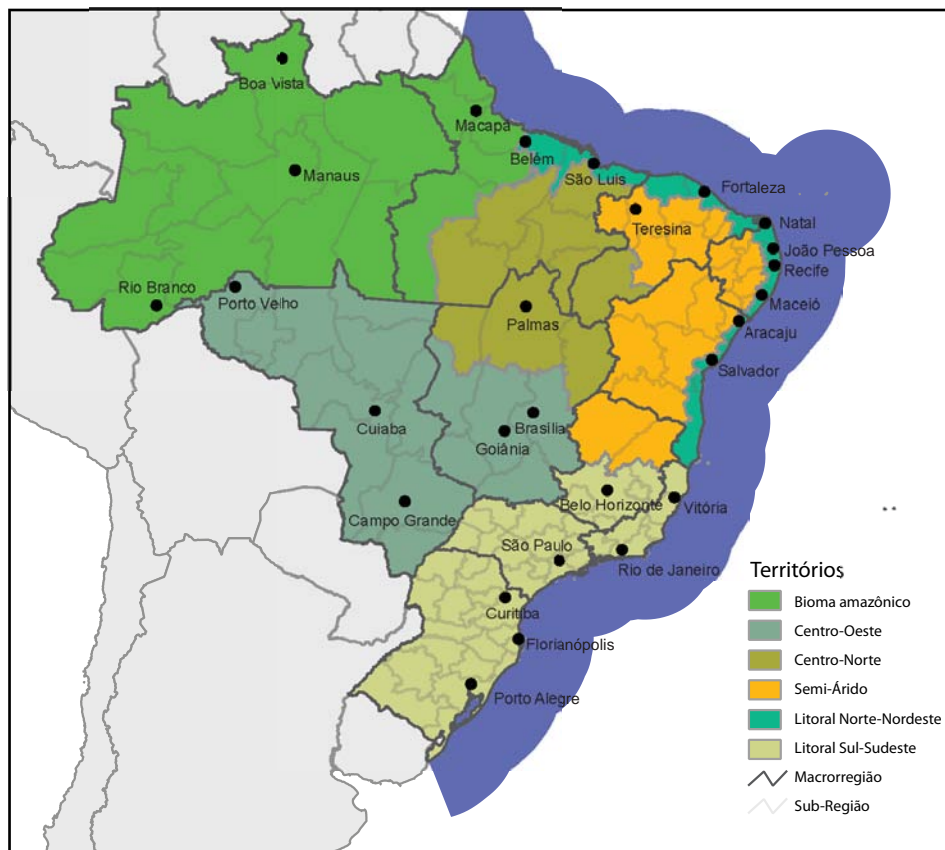
O território representa um guia capaz de orientar a intervenção do Estado. A estratégia territorial de desenvolvimento sustentável para o país tem como ponto de partida a adoção das três escalas geográficas de análise: os 6 territórios da estratégia, as 11 macrorregiões e as 118 sub-regiões (Cartograma 15). Essa concepção multiescalar do território compreende uma síntese de processos históricos, políticos, econômicos, sociais e ambientais que se consolidaram na configuração atual observada do país. Podem-se distinguir nela também os diversos Brasis, frações combinadas do Território Nacional, mas que guardam especificidades.

Na primeira escala, as ações estão orientadas por fatos, escolhas ou diretivas de planejamento associados aos grandes territórios estratégicos. Os vetores de desenvolvimento territorial, analisados em maior detalhe à frente, constituem sua expressão mais acabada. A segunda escala, macrorregional, permite definir a linha de comando das ações, a partir dos grandes núcleos urbanos consolidados que orientam o planejamento na dimensão regional. A última escala, sub-regional, aproxima o raio da ação de um conjunto de municípios que conformam uma rede de relações sociais e econômicas, capitaneadas por alguns núcleos urbanos de menor ordem. As duas últimas escalas comportam a representação direta do

campo de ação da carteira de investimentos, referência para a identificação dos elementos relevantes da agenda macro ou sub-regional.

A identificação das onze macrorregiões considera a prevalência de 18 macropolos que, apresentando níveis de consolidação e mesmo de grandeza diferenciados, comandam a atual organização territorial. Onze deles são inquestionáveis pólos urbanos organizadores de seus espaços de influência, enquanto sete, propostos como novos macropolos, são passíveis de ações complementares para, de fato, exercerem o papel descentralizador que lhes é atribuído neste Estudo.

Cartograma 15: Territórios da estratégia, macrorregiões e sub-regiões



A proposição de outros vinte e dois subpolos que conformam sub-regiões estratégicas, leva em consideração a hierarquia de núcleos de segunda ordem, a localização geográfica e o potencial produtivo das várias sub-regiões. Evitou-

se selecionar subpolos na área Sul-Sudeste por razões ligadas ao seu maior desenvolvimento e a capacidade mais ampla e estruturada da sua rede de cidades, à exceção de três subpolos que têm o objetivo de facilitar a integração com os países limítrofes do Cone Sul.

Assim, foram escolhidos os seguintes agrupamentos para a construção de uma rede de cidades mais policêntrica a partir das conclusões do Módulo 3:

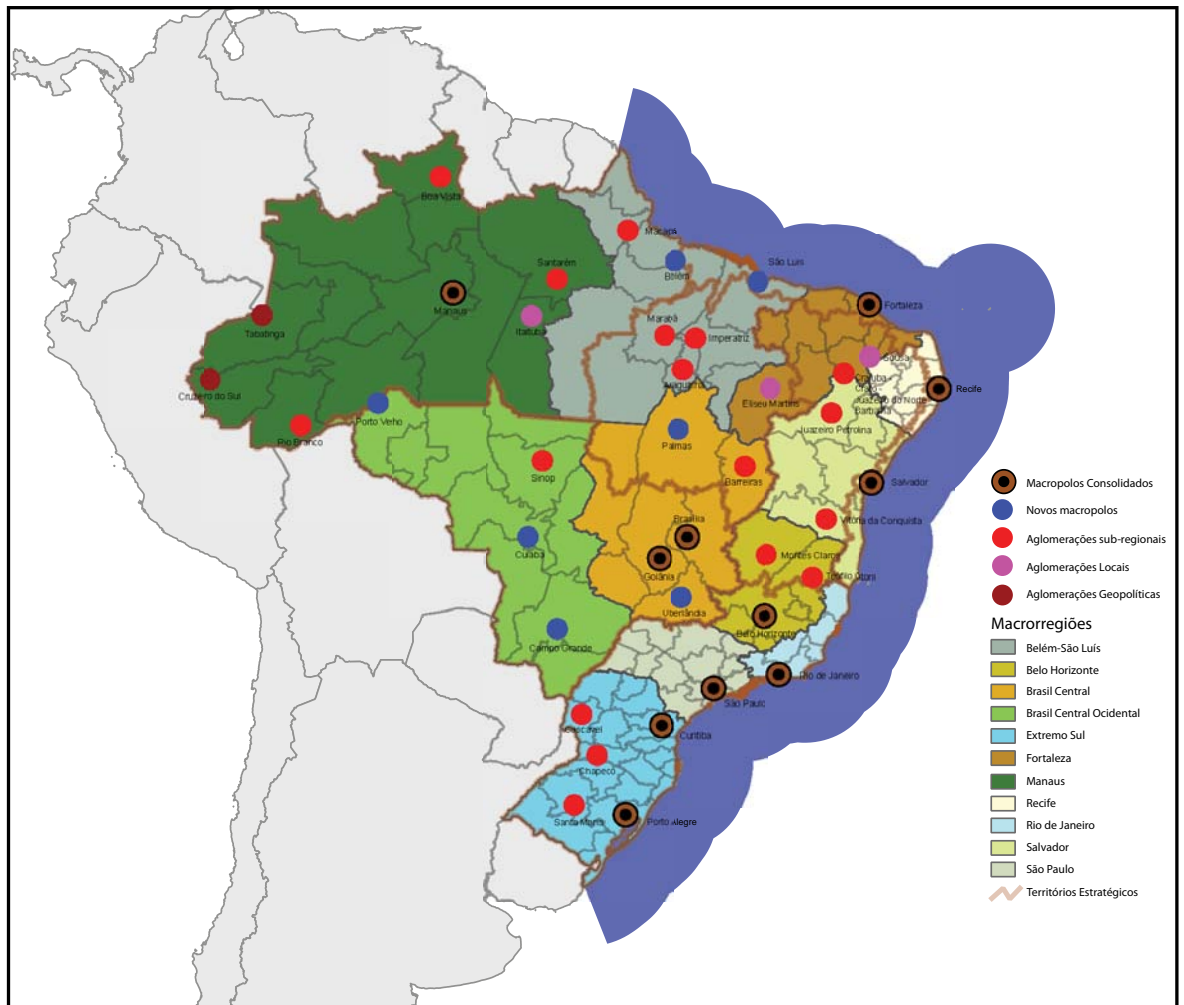
- Bioma da Floresta Amazônica: Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Santarém (nível sub-regional), Itaituba (nível local), Cruzeiro do Sul e Tabatinga (nível geopolítico);
- Litoral Norte-Nordeste: Belém e São Luís (nível macrorregional).
- Centro-Norte: Palmas (nível macrorregional), Marabá, Imperatriz, Araguaína e Barreiras (nível sub-regional), Eliseu Martins e Souza (nível local).
- Semi-Árido: Petrolina-Juazeiro, Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), Montes Claros, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista (nível sub-regional).
- Centro-Oeste: Cuiabá, Porto Velho, Campo Grande e Uberlândia (nível macrorregional), Sinop (nível sub-regional).
- Sul-Sudeste: Cascavel, Chapecó e Santa Maria (nível sub-regional).

A representação dessas escolhas nos territórios estratégicos e nas macrorregiões está contida no Cartograma 16, a seguir. Observe-se que os novos macropolos propostos (pontos verdes) tendem a se situar na área centro-ocidental do país (Palmas, Cuiabá, Campo Grande, Uberlândia, Porto Velho, Belém e São Luiz), como forma de reforçá-la, contrabalançando a influência daqueles centros considerados já consolidados (pontos vermelhos), predominantemente situados na parte mais oriental ou litorânea do país.

Não são escolhidos novos macropolos no território litoral sul-sudeste, já fortemente consolidado por seus grandes núcleos como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. O mesmo ocorre, por razões distintas, nos territórios Bioma Amazônico e Semi-Árido. No primeiro caso, por conta da necessidade de conter uma maior antropização da floresta e, no segundo caso, pelo fato de constituir uma área em que os macropolos predominantes estão situados fora, no litoral.

Ao mesmo tempo, as escolhas dos subpolos (pontos azuis, azuis claros e rosas) privilegiam o interior ou fortalecem as áreas mais próximas às fronteiras com os países vizinhos. Nesse particular, encontram-se as cidades de Santa Maria, Chapecó e Cascavel (no território sul-sudeste, mais especificamente na macrorregião Extremo Sul), Rio Branco, Boa Vista e Macapá (no território Bioma Amazônico, compreendendo as macrorregiões de Manaus e Belém-São Luiz); em complemento, no Bioma Amazônico, como as aglomerações geopolíticas de Cruzeiro do Sul e Tabatinga.

Cartograma 16: Relação entre os territórios da estratégia, macrorregiões e pólos



6.2 Vetores de Desenvolvimento Territorial

Os valores e os objetivos almejados serviram de base para a definição de uma estratégia territorial de desenvolvimento, amparada por uma compreensão acerca do futuro, com seus imperativos globais, determinantes nacionais e fatos portadores de futuro, e manifesta por meio de vetores de desenvolvimento para cada um dos seis territórios da estratégia.

A articulação entre os territórios estratégicos, as macrorregiões e os novos pólos escolhidos cumpre importante papel na organização das estratégias, consubstanciadas nos vetores de desenvolvimento, que devem orientar as forças que comandam o território. Os vetores compreendem as principais referências de orientação das ações de desenvolvimento e informam as carteiras de investimento sugeridas pelo Estudo.

6.2.1 Bioma Florestal Amazônico (Território 1)

O Bioma da floresta equatorial amazônica compreende uma fração expressiva de cerca de um terço da área de todo o território nacional. A cobertura vegetal encontra-se preservada na maior parte, mas o bioma envolve também ecossistemas de transição e cerrados. Essa porção da Amazônia conserva ainda hoje as principais características de seu patrimônio natural, social e cultural. O Bioma apresenta, em função disso, grande apelo no debate internacional sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

O novo padrão de desenvolvimento sustentável para a organização da base produtiva regional terá efeitos positivos no avanço do processo de integração sul-americana e global, a partir de formas inovadoras de lidar com questões como a gestão da água, a exploração da madeira, o uso da biodiversidade e a produção de alimentos e os modais de integração física condizentes com a natureza da região.

O território oferece bens naturais que interessam ao mercado global e posição estratégica para a integração sul-americana e a defesa nacional. A tendência que se impõe é o domínio cada vez maior de conhecimentos técnicos e científicos para a produção em favor de uma transformação industrial e não a mera exportação de matérias-primas.

O vetor de desenvolvimento mais importante para o Bioma Amazônico é a revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar decisivamente os produtos da floresta e de suas águas. Para avançar nessa

direção, é indispensável superar os tradicionais problemas do setor de CT&I, especialmente com a ampliação dos investimentos nas instituições de P&D, universidades, pequenas e médias empresas e com a multiplicação de recursos humanos qualificados.

Cobra-se atenção para a agenda correspondente de pesquisa e desenvolvimento e sua interface com as mais importantes cadeias produtivas regionais. A produção de fármacos, de fitoterápicos e cosméticos, de alimentos e bebidas regionais, de madeira certificada e industrializada, móveis e outros artefatos, de fibras vegetais etc., cada qual com sua complexidade, precisa evoluir para se tornar a base de uma economia tecnologicamente avançada, adaptada ao meio, única no mundo.

Vetor fundamental para o desenvolvimento é o empreendedorismo regional, que abra espaço para novas fronteiras da inovação social. Em uma região forjada em regime semi-escravo, com baixas densidades demográficas e dificuldade de acesso aos serviços básicos e à informação e comunicação, a maior parte da população foi excluída da possibilidade de ter e desenvolver iniciativas. Cabe gerar atividades que valorizem a cultura regional. É o caso do saber local em lidar com o trópico úmido, da música, do artesanato, da culinária e do turismo.

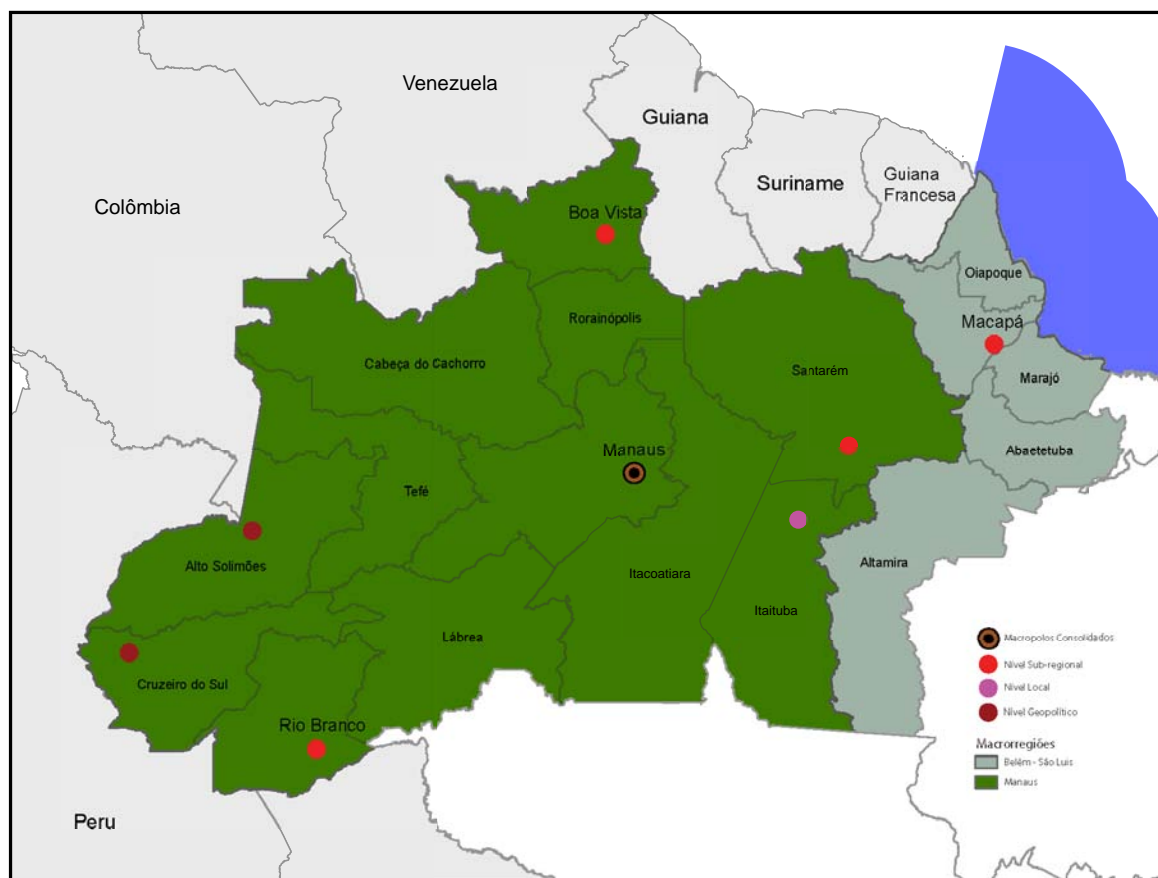
O terceiro vetor é o de implantação de uma logística integrada e adequada às especificidades da área. A intermodalidade, amparada pela constituição de novos vetores logísticos, deve prever a articulação prioritária das hidrovias tradicionais com modalidades ainda pouco incorporadas aos trajetos atuais, com ênfase crescente, onde couber, no transporte aéreo. A diversificação energética envolve possíveis campos complementares, como os biocombustíveis. Quanto à energia, as exigências de capilaridade espacial são um critério importante na seleção dos projetos e definição de redes de distribuição.

A Amazônia já é uma floresta urbanizada, na medida em que, em 2000, 70% da sua população já habitava núcleos urbanos, mas com grandes distorções quanto ao seu tamanho e distribuição e com escassas relações entre os núcleos. A transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano constitui um vetor crucial de desenvolvimento, capaz de melhorar a provisão de serviços básicos à população. Uma estratégia de melhor estruturação da rede urbana com fortalecimento não só das capitais estaduais como de cidades médias estrategicamente localizadas abre a perspectiva para o avanço institucional que anima a cidadania democrática.

O bioma demanda, ainda, inovação institucional de peso, que se relaciona ao fortalecimento da presença do Estado e dos instrumentos de ordenamento territorial. O trato da questão fundiária e a definição de regras claras para regular a propriedade rural e urbana são os maiores problemas a enfrentar. Novos desafios institucionais serão gerados com a integração continental. Destaca-se, nesse sentido, a questão da água, o “ouro azul” do século XXI, capaz de gerar guerras para controlá-la.

Uma estratégia de desenvolvimento do bioma passa pela escolha de novos centros secundários nos limites do território (Cartograma 17), tendo em vista a necessidade de restringir uma maior antropização do bioma e também de fortalecer as áreas de fronteira, ampliando as condições para a integração com os países vizinhos.

Cartograma 17: Bioma Amazônico e regiões de referência



O território do bioma florestal amazônico abarca duas macrorregiões de referência, polarizadas por Manaus e Belém-São Luiz. Esse território é comandado, em sua maior extensão, por Manaus e, em sua porção mais oriental, por Belém, mesmo que este centro esteja incluído no território do Litoral Norte-Nordestino. Seis novos pólos procuram reduzir a influência dos núcleos principais na região, Manaus e Belém. No primeiro caso, 3 subpolos – Santarém, Boa Vista e Rio Branco -, 2 pólos geopolíticos – Tabatinga e Cruzeiro do Sul - e 1 pólo local – Itaituba - constituem as referências para uma ação orientada que procura interiorizar o desenvolvimento da região.

No segundo caso, a escolha do subpolo de Macapá, na sobreposição do Bioma com a macrorregião de Belém-São Luiz, constitui também uma forma de valorizar a fronteira norte do país, em complemento ao papel semelhante exercido pelo subpolo de Boa Vista, bem como pelos demais subpolos fronteiriços na fronteira ocidental.

O cruzamento entre os vetores do Bioma, o conjunto de escolhas estratégicas, os fatos potencialmente promotores de rupturas de tendência e os objetivos estão representados no Quadro 13, a seguir. Para cada vetor são definidas suas filiações principais com cada um daqueles conjuntos (escolhas, fatos portadores e objetivos) e sugeridos os balizamentos críticos necessários no curso da implementação das respectivas estratégias.

Quadro 13: Relação entre vetores de desenvolvimento, fatos portadores de futuro, escolhas estratégicas e objetivos – Território 1

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 1 1	Revolução técnico-científica associada à biodiversidade e aos recursos naturais, de forma a agregar valor aos produtos e processos derivados dos ecossistemas amazônicos.	FP7; FP8; FP10; FP11; FP12; FP15; FP20; FP22; FP24	EE1; EE2; EE5; EE6	01; 03; 04; 05; 07
VDT 1 2	Empreendedorismo regional abrindo espaço para novas fronteiras de inovação social.	FP4; FP7; FP9; FP12; FP14; FP17; FP18; FP19; FP21	EE1; EE2; EE7; EE8	01; 03; 04; 07
VDT 1 3	Logística integrada e adequada às especificidades da região, envolvendo o planejamento integrado das atividades de produção, circulação e comercialização.	FP5; FP10; FP13; FP16; FP20; FP22	EE3; EE4; EE8	01; 02; 06; 07
VDT 1 4	Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, adensando-as e dotando-as de capacidade de prover serviços e equipamentos básicos para a população e produção.	FP1; FP2; FP3; FP4; FP5; FP13; FP17; FP18	EE3; EE4; EE9; EE10	01; 02; 04
VDT 1 5	Inovação institucional relacionada ao fortalecimento da presença do Estado e de seus instrumentos de ordenamento do território.	FP6; FP13; FP22; FP23; FP24	EE2; EE7; EE9; EE10	01; 02; 06

Todos os objetivos e escolhas estratégicas estão direta ou indiretamente contemplados pelos vetores de desenvolvimento do bioma, assim como está sendo considerada ampla gama de fatos portadores de futuro enunciados.

Os vetores de desenvolvimento também encontram caminho de diálogo com os planos de ação 2008/2011 propostos por algumas unidades da federação. Ainda que o alcance temporal curto desses planos determine a colocação de questões mais conjunturais na agenda, cabe avaliar a identidade entre elas e os vetores propostos.

Uma leitura das diretrizes retiradas dos PPA 2008-2011 dos estados do Amazonas e do Pará demonstra existir compatibilidade entre diretrizes e orientações estratégicas propostas no Estudo para esse território. Como exemplo, apresentam-se algumas das formulações que guardam afinidade com os vetores de desenvolvimento definidos para esse território.

Quadro 14: Diretrizes estratégicas dos PPA 2008-2011 dos Estados do Amazonas e do Pará

ESTADO DO PARÁ

(...) organização do território mais equilibrada;

Integração de políticas e programas, visando otimizar os resultados da aplicação dos recursos públicos, por meio da convergência territorial e da focalização em torno de público-alvo delimitado;

Valorização dos recursos naturais, sociais e culturais para o desenvolvimento;

Agronegócio diferenciado e regulado, respeitando os limites impostos pelo marco legal amazônico;

Ampliação do mercado de consumo de massa: apoio à agricultura familiar na geração de alimentos; políticas de emprego e renda articuladas com a economia solidária; apoio aos Arranjos Produtivos Locais como prioridade na política industrial e de inovação;

ESTADO DO AMAZONAS

Desenvolvimento de logística de exportação, visando ao aumento da competitividade;

Recuperação da capacidade científica e tecnológica do Estado, visando atender às demandas tanto da indústria de tecnologia de ponta, quanto das potenciais atividades produtivas relacionadas ao manejo da biodiversidade pelas comunidades locais do interior do Amazonas;

Incentivo à formação de arranjos produtivos para o manejo sustentável da biodiversidade do Amazonas com vistas à geração de emprego e renda para as populações do interior do Estado;

Promoção de infra-estrutura (transporte, energia, comunicações) adequada às necessidades da produção e do consumo, considerando as características de cada região.

6.2.2 Litoral Norte-Nordestino (Território 3b)

O litoral setentrional – de Belém ao Sul da Bahia - é uma região de ocupação antiga que concentra expressivos contingentes populacionais. Metrôpoles como Belém, Fortaleza, Recife e Salvador dominam o cenário regional. Ao lado das demais capitais estaduais, como São Luiz, Natal, João Pessoa, Maceió

e Aracaju, as metrópoles ofertam um conjunto de facilidades infra-estruturais e serviços diferenciados que não se replicam em outros núcleos próximos dos territórios adjacentes. Nos últimos anos, a construção de agendas próprias voltadas para o desenvolvimento da faixa litorânea tem determinado uma diminuição da importância das relações com o interior. Com isso, pode-se argumentar a respeito da formação de uma agenda de iniciativas desatreladas de suas funções de comando sobre vastas frações do interior dessas regiões, com os investimentos mais significativos dirigindo-se a empreendimentos turísticos de vários tipos, ao comércio varejista, especialmente shopping centers.

O principal vetor de desenvolvimento nesse território é, portanto, a promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda. O turismo, até por sua capilaridade espacial, continua sendo uma opção decisiva para o desenvolvimento do território, a partir da oferta das praias tropicais que atraem fluxos crescentes de turistas internacionais e nacionais. Há, contudo, outros segmentos que também devem ser apoiados, como é o caso do cultural e do social. Empreendimentos ligados a esses segmentos já se organizam em pólos regionais capazes de absorver contingentes expressivos de mão-de-obra e gerar impulsos dinâmicos para a economia.

A diversificação econômico-produtiva de zonas dedicadas secularmente às monoculturas, como a do açúcar e do álcool, do cacau e outras de menor expressão, mais integradas aos fluxos econômicos principais, é outro desafio. A demanda metropolitana em ascensão, a partir da melhoria da condição de vida das camadas mais pobres da população, abre lugar para movimentos que exploram rotas produtivas novas, como na fruticultura. Recursos de logística e capacidades técnico-científicas localizadas, aliadas à posição geográfica estratégica desse território, habilitam pensar de forma mais desafiadora.

A economia dessa faixa litorânea absorveu por muito tempo o essencial dos fluxos econômicos interioranos, o que permitiu a formação de ativos importantes, como infra-estruturas portuárias, acessos viários, facilidades educacionais, instituições científicas e tecnológicas, que podem ser mobilizados para o desenvolvimento do território. A desconcentração desses ativos e a difusão de seu uso são vitais para a construção de um futuro diferente. Esse entendimento estende-se para o acesso aos bens e serviços públicos básicos, como educação, saúde ou cultura, bem como aos bens privados, na perspectiva, por exemplo, da desconcentração fundiária. Esse é o terceiro

vetor de desenvolvimento: a distribuição ampla de ativos estratégicos pela população e pelas sub-regiões.

No médio prazo, espera-se ampliar novamente a espessura dessa faixa, retomando sua influência positiva sobre os territórios contíguos do agreste e do sertão. Novos projetos de articulação macrorregional e nacional, como as ferrovias Transnordestina e Norte-Sul, serão decisivos nesse sentido.

Fortalecer e intensificar as relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros é um vetor de desenvolvimento promissor. A recuperação da navegação de cabotagem, agora em bases modernas, e a exploração de recursos minerais e biológicos marinhos são exemplos importantes de iniciativas potenciais. O tradicional aproveitamento dos recursos das zonas costeiras pode ser levado a outro patamar produtivo com as contribuições necessárias da base técnico-científica regional, sem descuidar dos requisitos da preservação ambiental e das implicações das mudanças climáticas globais, que apontam para severos prejuízos potenciais, com destaque para a situação de Recife, Olinda e Jaboatão.

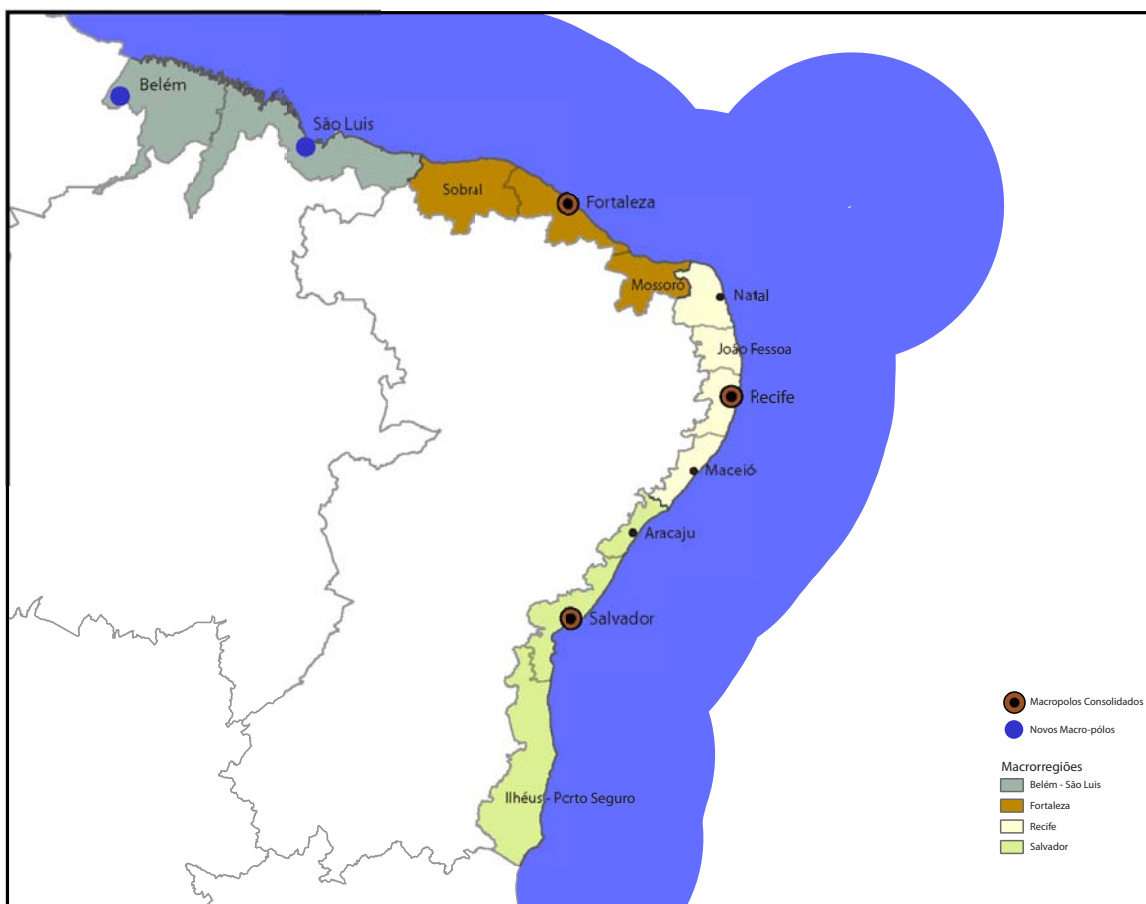
O território litorâneo da costa do Norte e Nordeste foi palco principal da industrialização periférica brasileira, promovida por incentivos fiscais. Adensar tecnológica e comercialmente novas e velhas cadeias produtivas regionais, como o pólo petroquímico baiano de Camaçari, é outro vetor estratégico desse território. As perspectivas de desenvolvimento em base relacionada às tecnologias de informação e comunicação em torno da região metropolitana de Recife, de uma quarta geração no pólo petroquímico baiano, de outra posição do pólo têxtil e de confecções cearense são os exemplos mais óbvios e próximos que demandam a organização de agendas estratégicas específicas.

O território da estratégia do litoral norte-nordestino envolve quatro regiões de referência correspondentes às áreas polarizadas por Belém–São Luiz, Fortaleza, Recife e Salvador.

As macrorregiões polarizadas por essas capitais abarcam frações de outros territórios estratégicos, mas a capacidade de articular iniciativas no interesse do desenvolvimento das porções mais interioranas de suas áreas de influência foi deixada de lado nos últimos anos, com a letargia do crescimento das últimas décadas e a lógica imobiliária dos nichos mais rentáveis do investimento metropolitano.

No litoral, Belém e São Luiz constituem grande pólo de comando da logística implantada para exploração do ferro, manganês e cobre de Carajás, no Pará. Fortaleza é outro pólo dinâmico. Exerce sua influência em três regiões - litoral, parte do sertão semi-árido e parte do centro-norte -, mas é ao turismo e ao centro fabril litorâneo que deve seu crescimento recente. O porto de Pecém, a siderúrgica em formação e a conexão com a ferrovia Transnordestina podem modificar as condições para que gerem impulsos dinâmicos para o interior sob seu comando.

Cartograma 18: Litoral Norte-Nordeste e regiões de referência



Recife, centro cultural e histórico dotado de forte identidade regional, conta com importante conjunto de instituições universitárias e de C&T e com uma oferta mais ampla de serviços complexos, embora tenha perdido posição econômica relativa por décadas. A força da cidade pode ser parcialmente

recuperada com o aproveitamento mais intenso do complexo portuário de Suape e de sua futura articulação à ferrovia Transnordestina.

Salvador, à semelhança do Recife, exerce sua influência apenas na costa e sobre vasta fração do sertão semi-árido. A indústria petroquímica, o turismo e o comércio modernizaram a cidade, mas a logística parece ser capaz de dar novo estímulo a esse pólo, por exemplo, na ligação por trem com Uberlândia, e daí com São Paulo. Na sua área de influência litorânea, velhas economias estagnadas, como o cinturão agroindustrial baiano, precisam de suporte técnico-científico e comercial para florescer, ocupando espaços potenciais de mercado mesmo junto ao Centro-Sul do país.

Quadro 15: Relação entre Vetores de desenvolvimento territorial - Litoral Norte-Nordestino, Fatos Portadores, Escolhas Estratégicas e Objetivos

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 3B.1	Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda.	FP4; FP7; FP8; FP9; FP10; FP12; FP13; FP17; FP18; FP21	EE1; EE2; EE4; EE7	01; 04; 07
VDT 3B.2	Fortalecimento e intensificação das múltiplas relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros.	FP5; FP15; FP16; FP20; FP23; FP24	EE3; EE5; EE6	01; 02;
VDT 3B.3	Adensamento tecnológico e comercial de novas e velhas cadeias produtivas regionais.	FP4; FP10; FP11; FP12; FP17; FP20; FP21	EE1; EE2; EE4; EE7	01; 04
VDT 3B.4	Modernização e diversificação econômico-produtiva das zonas dedicadas às monoculturas.	FP4; FP9; FP23; FP24	EE1; EE2; EE7; EE8	01; 03; 05
VDT 3B.5	Distribuição ampla de ativos estratégicos (educação, terra, infra-estrutura e cultura).	FP1; FP5; FP8; FP12; FP16; FP19; FP23; FP24	EE4; EE7; EE8; EE9; EE10	01; 02; 05

A orientação estratégica, embasada na teia de relações, apresentadas no Quadro 15, entre os vetores de desenvolvimento territorial, fatos portadores, escolhas estratégicas e objetivos reitera os pontos acima abordados. O único alvo ausente é a integração sul-americana, posto que o território relaciona-se com esse objetivo de uma maneira mais difusa, sem conexão direta com as grandes linhas da estratégia de desenvolvimento desse território.

Nos planos de governo dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia podem ser identificadas diretrizes com forte relação com os vetores de desenvolvimento previstos para o litoral norte-nordestino:

Quadro 16: Diretrizes estratégicas dos PPA 2008-2011 dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia

<p>ESTADO DO CEARÁ</p> <p>Papel dado à Educação, Ciência e Tecnologia (Educação Básica, Superior, Profissional, Tecnológica e Agrotécnica; CT&I);</p> <p>Fomento de atividades econômicas, de inserção social pelo trabalho;</p> <p>Desenvolvimento econômico e organização do território com inclusão social (infra-estrutura hídrica, energia, transporte e comunicação, logística, transporte intermunicipal, desenvolvimento urbano e regional);</p>
<p>ESTADO DE PERNAMBUCO</p> <p>Preocupação com a interiorização do desenvolvimento;</p> <p>Apoio à infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica;</p> <p>Democratização do Estado (educação, cultura e diversidade, política de esportes, saúde, direito à moradia e saneamento, saneamento básico, segurança pública e combate à violência, Programa Delegacias Inteligentes, Programa Segurança da Mulher, Programa Segurança das Minorias, cidadania e direitos sociais);</p>
<p>ESTADO DA BAHIA</p> <p>Apoio à produção e melhorias habitacionais em parcerias; cooperativas urbanas e rurais; assistência técnica à autoconstrução; subsídios para produção de material de construção;</p> <p>Coibição do desmatamento, ocupações irregulares em áreas de ocupação permanente na zona costeira, pesca predatória, poluição das águas; corredor da Mata Atlântica;</p> <p>Aumento de incentivos para APLs, TIC, redes de biotecnologia e meio ambiente, desenvolvimento de tecnologias alternativas e limpas de energia; criação de centros de transferência de tecnologia (CTT);</p> <p>Concepção da cultura como elemento gerador de emprego e renda; financiamento da comercialização e da produção do artesanato, regulamentação do micro crédito cultural.</p>

6.2.3 CENTRO-NORTE (TERRITÓRIO 2B1)

O território Centro-Norte é uma fronteira em franca ebulição, tanto no que diz respeito à porção de floresta degradada ou de transição, como na parte dos cerrados e de interface com o Semi-Árido, de dinamismo mais recente. Uma trajetória endógena de desenvolvimento para esse território é a meta a alcançar no futuro próximo.

Na área florestal desmatada localizada na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, um vetor de desenvolvimento é a ampliação intensiva da logística disponível com a estruturação de uma economia mínero-agroindustrial ativa. A logística constituída em torno da estrada de ferro

Carajás, da articulação das cidades como Marabá, Imperatriz e Araguaína e da construção da ferrovia Norte-Sul pode ajudar a gerar estruturas produtivas mais densas e diversificadas.

Um segundo vetor recai sobre o aproveitamento de grandes extensões de terras degradadas e/ou abandonadas pela antiga frente de expansão. O consórcio agro-silvicultural é uma alternativa para absorver o expressivo número de produtores familiares estabelecidos em antigos assentamentos, cabendo às empresas de exploração mineral de maior porte papel ativo na promoção dessa recuperação.

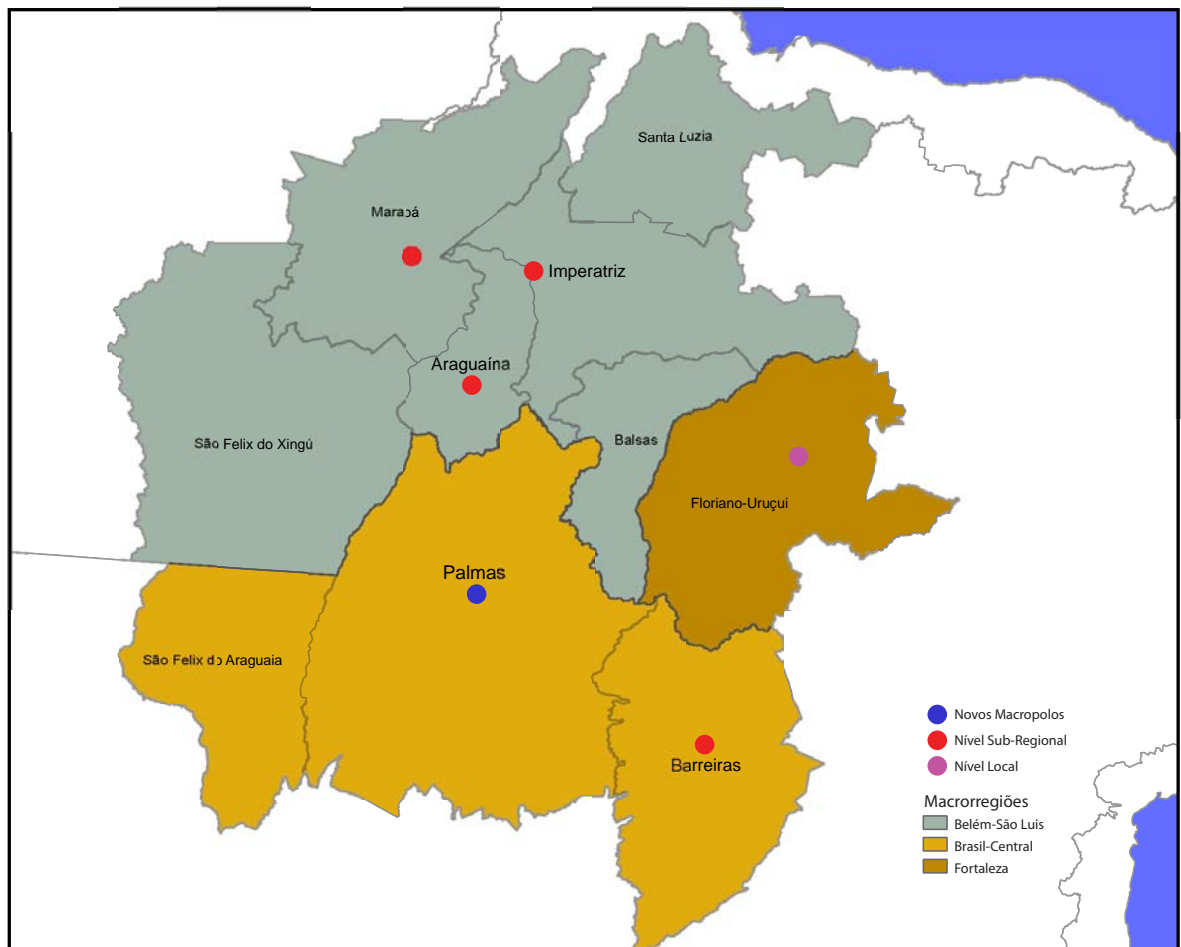
Modificar a estrutura da ocupação produtiva dos cerrados e ofertar alternativas tecnologicamente densas de exploração agro-silvo-pastoril constitui outro vetor para o desenvolvimento do território central do país. Novas e promissoras formas de ocupação da área, como a produção dos biocombustíveis ou mesmo do álcool de cana-de-açúcar, contribuirão para solucionar a deficiência da oferta de energia. O óleo de babaçu no Maranhão pode, finalmente, ter o seu potencial de mercado plenamente realizado.

A reestruturação da base produtiva deve permitir desenvolver a conectividade interna da região a partir das cidades que cresceram com a nova dinâmica, como Barreiras e Balsas, ou mesmo Palmas, capital de Tocantins, além de outros núcleos que podem ser dinamizados para sustentar cadeias produtivas. Por sua vez, essas e outras cidades médias dispersas que se encontram nesse território devem servir de base para um esforço de organizar a provisão de serviços públicos essenciais. Educação básica e profissional são elementos decisivos e inadiáveis da agenda que habilita um futuro radicalmente diferente para essas populações ao longo de todo o território considerado.

O aporte científico e tecnológico necessário à modificação dos padrões atuais e futuros de organização produtiva terá que ser outro, pois as tímidas respostas encontradas não permitem a construção de estratégias de ocupação mais sólidas e sustentadas, sobretudo diante da velocidade e profundidade da mudança tecnológica em curso no âmbito mundial. Uma competência técnico-científica dedicada, voltada às questões das atuais formas produtivas, é chave para a formulação de um maior número de alternativas viáveis de organização produtiva.

Três pólos exercem influência nesse território, conformando três regiões diversas: uma sob o comando de Belém-São Luiz; outra sob a liderança de Brasília-Goiânia; e finalmente outra, cobrindo o sul do Piauí, sob a influência direta de Fortaleza (Cartograma 19).

Cartograma 19: Centro-Norte e regiões de referência



Belém e São Luiz polarizam a antiga área da Amazônia transformada, onde se diversificou a produção com a exploração madeireira e a pecuária bovina melhorada. A região tem sido um bolsão de pobreza e uma bacia de mão-de-obra para a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia. A dinâmica dessa fração territorial está associada à exploração mineral de Carajás, que

também provocou forte desmatamento associado à produção de carvão vegetal para abastecer as guseiras e a siderúrgica localizadas em Marabá.

Cidades de porte médio como Marabá, Imperatriz e Araguaína, estrategicamente localizadas junto a rodovias e ferrovias como a de Carajás e a Norte-Sul e articuladas aos pólos regionais, revelam a superação da fase de fronteira e a consolidação do povoamento nessa sub-região. O Triângulo compreendido por essa três cidades constitui o ponto de irradiação de uma nova concepção de desenvolvimento, que ajude a reduzir a pobreza e a transformar a natureza da ocupação naquela área, conforme apresentado no Cartograma 19.

É bem diversa a situação do cerrado, domínio histórico da pecuária extensiva e primitiva e de produtores familiares sobrevivendo em grandes latifúndios. A densidade de população é baixa, e as atividades econômicas mantêm ainda um cunho extensivo, porém com uma nova dinâmica decorrente da expansão da lavoura da soja. São enormes as carências de infra-estrutura, mas também expressivos os potenciais de crescimento em função dos potenciais de ocupação agroindustrial.

Brasília-Goiânia constituem um segundo pólo na região e, com apoio em Palmas, avançam decisivamente sua influência em direção ao norte, competindo com o pólo de Belém-São Luiz. O território do Centro-Norte abrange parcelas significativas de três macrorregiões polarizadas por Belém-São Luiz, Fortaleza e Brasília-Goiânia. Não existe, nesse caso, um núcleo consolidado que comande esse território. Os três pólos influentes sob esse território estão localizados fora dele, reforçando a diretriz de se avançar na estruturação de um comando interno.

Quadro 17: Relação entre vetores de desenvolvimento, fatos portadores de futuro, escolhas estratégicas e objetivos – Território 2B1

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 2B1.1	Uso intensivo e ampliação da logística disponível com a estruturação de uma economia minero - agroindustrial ativa.	FP4; FP5; FP7; FP9; FP11; FP20; FP21	EE3; EE4; EE7; EE8	01; 02; 07
VDT 2B1.2	Recuperação e aproveitamento das grandes extensões de terra degradadas ou abandonadas.	FP8; FP14; FP15; FP16; FP21; FP23	EE1; EE2; EE6; EE7	01; 02; 03; 05
VDT 2B1.3	Ocupação sustentável dos cerrados com adensamento tecnológico da economia agro-silvo-pastoril.	FP4; FP7; FP10; FP11; FP20; FP21	EE1; EE2; EE6; EE7; EE8	01; 03; 05

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 2B1.4	Fortalecimento dos novos núcleos urbanos e de sua conectividade interna, ampliando a oferta de serviços públicos essenciais.	FP1; FP3; FP5; FP13; FP17; FP18; FP24	EE3; EE4; EE8; EE9; EE10	01; 02;
VDT 2B1.5	Montagem de uma competência técnico-científica dedicada aos problemas do território	FP4; FP10; FP11; FP12; FP13; FP14; FP19	EE1; EE2; EE3; EE4; EE7	01; 03; 04;

As orientações contidas na estratégia-síntese do “Brasil policêntrico” avançam na direção de constituir esse comando a partir do protopolis de Palmas e dos núcleos urbanos mais densos, compreendidos por Marabá (PA), Imperatriz (MA) Araguaína (TO) e Barreiras (BA), ou de caráter local, como Eliseu Martins (PI), ponto final da ferrovia Transnordestina na sua configuração atual.

Os principais vetores de desenvolvimento identificados para o Território, suas relações com os fatos portadores de futuro, as escolhas estratégicas e os objetivos estão representados no Quadro 16, acima.

A análise da relação das estratégias previstas para esse território segue também apoiada no plano do Estado do Pará, mas com pequenas inserções oriundas dos planos dos Estados da Bahia e do Mato Grosso. As principais linhas diretivas dos planos estaduais estão listadas no Quadro 17:

Quadro 18: Diretrizes estratégicas PPA 2008-2011 dos estados do Pará, Bahia e Mato Grosso

<p>ESTADO DO PARÁ</p> <p>Busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico, para a diversificação da matriz produtiva e dinamização das zonas de conservação, novo marco legal de regularização de atividades, geração de emprego e renda, investimentos para aumento de produtividade inovadora e maior presença em mercados, com compromisso de consistência fiscal;</p> <p>Convergência territorial como método de orientação da alocação dos investimentos públicos e privados com vistas a uma organização do território mais equilibrada;</p> <p>Dinamização da nova economia sócio-ambiental, com a melhoria da qualidade de vida e gestão pública descentralizada;</p> <p>Superação dos limites dos piores indicadores sociais e de oferta de serviços públicos;</p> <p>Universalização dos serviços essenciais; garantia de oportunidades a todas e todos e garantia de renda como resultado de dinamização e diversificação econômica;</p> <p>Adequação da estratégia para cada realidade regional, respeitando os aspectos sócio-ambientais;</p>
<p>ESTADOS DA BAHIA E DO MATO GROSSO</p> <p>Resolução de conflitos fundiários (MT);</p> <p>Implementação do zoneamento ecológico-econômico (BA);</p> <p>Implantação do corredor Leste-Oeste (BA).</p>

6.2.4 O SERTÃO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO (TERRITÓRIO 2B2)

O Sertão Semi-Árido nordestino compreende uma das áreas mais vulneráveis do território brasileiro, concentrando contingente populacional expressivo – mais de 10% da população brasileira – em condições sociais desfavoráveis, o que agrava a vulnerabilidade dessa economia ao fenômeno das secas. O semi-árido constitui um dos maiores desafios para o desenvolvimento regional no país.

As medidas tradicionais de políticas (frentes de trabalho e ampliação da capacidade de armazenamento de água), sem ações complementares para criar estabilidade na oferta de alimentos e na renda local (como aquelas apoiadas no uso racional da terra e água para produção agrícola de mercado, externo e interno), apenas contribuem para manter a vulnerabilidade que decorre da pressão demográfica da área. A transferência de renda e os gastos de governo recorrentes, para assegurar o mínimo de consumo aos sertanejos, devem se fazer acompanhar de ações transformadoras, que renovem os padrões produtivos da região.

Não obstante a necessidade de atacar os anacronismos da estrutura fundiária local, o ativo crítico para o desenvolvimento é, nesse território, a água. Promover amplo acesso à água e seu uso sustentável é o vetor estratégico de maior expressão. Não há como negar que a viabilidade do Semi-Árido passa pela ampliação da agricultura irrigada, apesar da controvérsia quanto à amplitude da área passível de irrigação. O abastecimento humano também é determinante da distribuição da água, condicionando a montagem de uma ampla rede sistêmica de adutoras e sugerindo, até mesmo, uma possível reconfiguração do sistema de cidades, em busca de um fortalecimento de novos nexos espaciais intra-regionais.

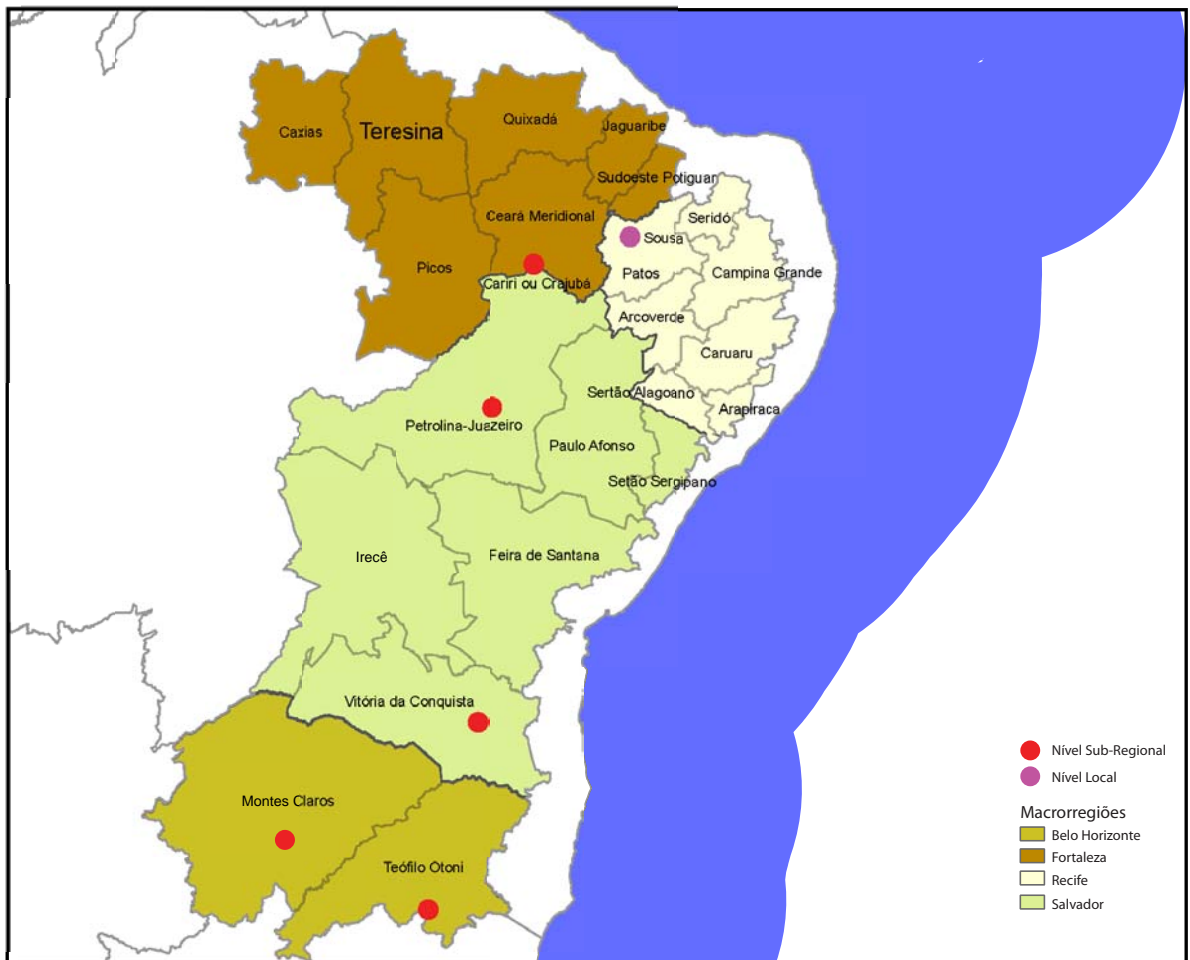
A dinamização da estrutura produtiva passa pelo apoio e impulso a atividades regionais adequadas ao ambiente e à cultura regionais, seu segundo vetor de desenvolvimento. É o caso da mamona, já previsto como principal insumo regional para a produção de biocombustível, da cana-de-açúcar para produção do etanol, do algodão, do sorgo, do mel (apicultura) e de alguns minerais.

O impulso ao setor produtivo deve ser acompanhado de ações que permitam remover as restrições ao comércio e à circulação de bens, o que elege a renovação e ampliação da logística para ampliar a acessibilidade, a

integração e a revitalização dos núcleos urbanos como um terceiro vetor de desenvolvimento. A malha viária é, portanto, um elemento fundamental da acessibilidade local aos mercados regionais, nacional e internacional.

Adensar a base científico-tecnológica na área, com reforço ao ensino técnico profissionalizante, constitui o quarto vetor de desenvolvimento, cabendo aos institutos de pesquisa nela sediados e seus centros regionais papel destacado na promoção da inovação, com ênfase nas demandas da agropecuária. A evolução da criação caprina em direção a outros patamares técnico-produtivos é um desafio no campo da inovação.

Cartograma 20: Semi-Árido e regiões de referência



Por fim, um vetor não menos importante é o esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda que o território demanda. Reverter à situação social do território é a condição necessária para abrir novos horizontes de desenvolvimento.

As quatro metrópoles que polarizam o sertão (Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte), sediadas fora da região, devem contribuir para essa transformação. Uma ação conjunta das metrópoles deveria ser cogitada para dinamizar o semi-árido e aproveitar os elos históricos que unem vastas camadas da população regional.

Parte das questões que dialogam com as metrópoles de Fortaleza, Recife e Salvador foram discutidas antes, quando da abordagem da área litorânea. As três regiões cujo comando se estende das capitais litorâneas para o interior do Nordeste semi-árido demandam maior renovação nas conexões com os portos existentes, restabelecendo e revigorando antigas configurações logísticas, no que couber. Finalmente, cabe destacar o papel de Belo Horizonte, que comanda parte do território semi-árido e pode dedicar maiores esforços aos campos do norte do estado mineiro, rearticulando com as facilidades logísticas de integração com os pólos mais dinâmicos do país os nexos econômico-produtivos que mantém com várias localidades daquela área.

Também aqui, o “Brasil policêntrico” encaminha esforços para consolidar futuras lideranças endógenas no território. Pólos como Crato–Juazeiro do Norte–Barbalha, Souza, Petrolina–Juazeiro, Vitória da Conquista, Teófilo Otoni e Montes Claros compreendem os núcleos selecionados para comandar algumas de suas frações.

Os vetores selecionados (Quadro 19) apontam na direção da superação das mais importantes debilidades das estruturas socioeconômicas do território. As suas relações com os fatos portadores de futuro, as escolhas estratégicas e os objetivos encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 19: Relação entre Vetores de desenvolvimento territorial, fatos portadores de futuro, escolhas estratégicas e objetivos – Território 2B2

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 2B2.1	Ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável.	FFP8; FP14; FP15; FP23; FP24	EE1; EE5; EE6	01; 03; 05
VDT 2B2.2	Dinamização de atividades adequadas ao ambiente e às culturas regionais.	FP4; FP9; FP11; FP16; FP20; FP21	EE2; EE7; EE8	01; 02; 03; 04
VDT 2B2.3	Renovação da logística para ampliar acessibilidade, integração e revitalização dos núcleos urbanos.	FP3; FP5; FP13; FP16	EE3; EE4; EE9	01; 02; 06; 07
VDT 2B2.4	Adensamento da base científico-tecnológica da região, com reforço ao ensino técnico-profissional.	FP7; FP9; FP10; FP11; FP12; FP13; FP17; FP19	EE1; EE2; EE4	01; 02; 04
VDT 2B2.5	Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda.	FP1; FP2; FP12; FP13; FP14; FP18; FP19	EE4; EE7; EE9; EE10	01; 02; 03; 04

A afinidade de muitas das diretrizes enunciadas nos capítulos dos planos estaduais considerados aos vetores estratégicos estabelecidos para o desenvolvimento desse território pode ser percebida a partir da lista resumida no Quadro 20, abaixo.

Quadro 20: Diretrizes estratégicas PPA 2008-2011 dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia

<p>ESTADO DO CEARÁ Desenvolvimento econômico e organização do território com inclusão social (infra-estrutura hídrica; energia; transporte e comunicação; logística; transporte intermunicipal; desenvolvimento urbano e regional); Desenvolvimento econômico (turismo sustentável; programa de qualificação tecnológica); Educação, Ciência e Tecnologia (educação básica, superior, profissional, tecnológica e agrotécnica; escola de tempo integral; bibliotecas em escolas estaduais abertas à comunidade; ampliação das redes de escolas técnicas; fortalecimento dos programas de pós-graduação e novos investimentos federais para implantação de novas universidades e escolas técnicas federais);</p>
<p>ESTADO DE PERNAMBUCO Infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica (água e saneamento; política de transportes; energia para o desenvolvimento; política ambiental); Democratização do estado (educação, cultura e diversidade, política de esportes, saúde, saneamento básico, cidadania e direitos sociais, gestão democrática do estado) Interiorização do desenvolvimento;</p>
<p>ESTADO DA BAHIA Saneamento (construção de aguadas, cisternas, reservatórios de estocagem da água pluvial e de enxurradas na zona rural; suporte a política de oferta de água para as cidades com mais de 5 mil hab, em parceria com governos municipal e federal, através de sistemas de adutoras e poços artesanais); Meio ambiente (revitalização do rio São Francisco, saneamento ambiental; implementação de ZEE, corredores ecológicos da caatinga, política florestal; educação ambiental com estratégias para o setor formal e informal); Transportes (melhoria da rede estadual de estradas, inclusive vicinais; criação de centros de distribuição e armazenamento; implantação do corredor leste-oeste, especialmente de ferrovias, direcionado para os portos baianos de Aratu, Ilhéus e Maraú; apoio logístico à construção do anel ferroviário de São Félix e Cachoeira, integração do estado com o Oceano Pacífico; construção e ampliação de aeroportos); Saúde (implantação de cursos técnicos de radiologia, saúde bucal e ampliação da oferta de auxiliar e técnico de enfermagem, implantação de cursos de residência médica nos hospitais dos pólos regionais).</p>

6.2.5 O CENTRO-OESTE (TERRITÓRIO 2A)

O Centro-Oeste foi palco de um processo longo de ocupação da fronteira agrícola, intensificada, nos anos 50, com a construção de Brasília. A expansão da rede rodoviária ligando a região ao centro-sul do país e à Amazônia proporcionou o estabelecimento de fazendas agropecuárias modernas, geralmente pertencentes a empresários provenientes das regiões Sul e Sudeste. Compreende, hoje, o domínio mais pujante da produção de grãos, particularmente da soja que, graças ao pacote tecnológico desenvolvido no país, conseguiu transformar o cerrado a partir da década de 1970.

O ponto frágil de toda essa pujante trajetória de desenvolvimento é a infraestrutura, em especial viária e energética. As redes se estenderam há pouco até a região, que não conta com uma malha viária consolidada. O escoamento da produção – quase toda voltada para o exterior – é realizado pelos grandes corredores de exportação até os portos do centro-sul. A busca de redução dos custos de transporte para melhor inserção competitiva levou à abertura de eixos de circulação na Região Amazônica, como a hidrovía do Madeira. Planeja-se o asfaltamento da BR 163, a Cuiabá-Santarém. Assim, prover esse território de uma malha logística adequada em transporte e energia é o vetor estratégico de desenvolvimento mais importante que deve visar, em simultâneo, a exportação e a integração regional.

A expansão da agroindústria de grãos associada à da pecuária conforma um grande cinturão de soja/boi no entorno da floresta amazônica, estendendo-se hoje a oeste, pela Bolívia, e a leste, até o interior da Bahia, do Piauí e do Maranhão. O problema energético global, com a valorização da bioenergia e dos biocombustíveis, prenuncia uma tendência para a expansão da cana-de-açúcar – que já se faz no centro-sul – e de outras fontes de energia renováveis, inclusive a própria soja, além de nova transformação na atividade agroindustrial.

A trajetória de desenvolvimento do Brasil central nos próximos anos envolverá o desdobramento das apostas econômicas mais significativas já realizadas. A agroindústria continuará a ter um papel destacado, como fator de articulação de uma etapa provável da integração sul-americana que ultrapassa a mera conexão logística. Cada vez mais as produções bolivianas e paraguaias estarão imbricadas na mesma lógica que se vai construindo para o coração do continente, e o Brasil deverá desempenhar um papel de protagonista

na construção dessas novas relações com os países vizinhos. Por tudo isso, consolidar a ocupação agroindustrial contemporânea, diversificando-a e ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira constitui o outro vetor estratégico para o desenvolvimento da área.

A ocupação dos cerrados, até aqui, tendeu a desrespeitar limites sociais e ambientais que deverão ser crescentemente observados. A questão fundiária exige uma negociação delicada, mas imprescindível. No futuro, a estrutura fundiária precisa refletir um equilíbrio necessário entre agricultura e pecuária capitalista e familiar, elemento importante na estratégia de desenvolvimento desse território. A resolução dos conflitos fundiários está relacionada também à questão ambiental. Parte do passivo ambiental herdado do avanço desenfreado da cultura de grãos deve ser colocada sobre a mesa de negociações. A perspectiva de ampliação da área incorporada aos processos agrícolas exige maiores cuidados com a preservação e conservação do bioma dos cerrados. Desenvolver iniciativa que aponte caminhos para superar os problemas fundiários e ambientais é outro importante vetor estratégico de desenvolvimento desse território.

Cabe lembrar que o território conta com uma poderosa aglomeração urbana em torno de um arco que liga Brasília, Anápolis e Goiânia. De um lado, a aglomeração disputa espaços com a força centrípeta maior que emana do pólo de São Paulo, mas, de outro, compõe-se com a área de influência direta desse pólo, no eixo que alcança Ribeirão Preto e daí ao Triângulo Mineiro – que integra o território aqui considerado - e ao sul de Goiás. Por essa via, uma estrutura produtiva industrial, há muito ancorada na agropecuária, começa a tomar forma diferente, avançando por setores de maior densidade tecnológica, como os do complexo metal-mecânico. Também é crescente o peso dos serviços sofisticados que ganham terreno a partir das duas capitais e se replicam em Campo Grande, Cuiabá e nas cidades mais importantes de Goiás e do Triângulo Mineiro, como Uberlândia.

Fortalecer os elos que se estruturam no arco Brasília-Anápolis-Goiânia é um vetor que ajudará essa região como um pólo de atração de empreendimentos de base científica e tecnológica e serviços de alta complexidade. O contraponto desse movimento é encontrar respostas mais sólidas para o problema das populações pobres que migram para a área, em especial para a periferia de Brasília. Como esse talvez seja um dos maiores problemas

regionais em gestação no país, faz sentido intensificar as iniciativas na região do entorno da capital, mas com um olhar atento para utilizá-las como fator de ordenamento territorial.

A melhoria continuada da educação, incluindo-se aí a ampliação dos esforços de ensino técnico, bem como um avanço nas competências em CT&I articuladas aos requerimentos do setor produtivo, pode constituir uma contribuição decisiva para o aumento da competitividade tão necessária para consolidar a base econômica dessa extensa região.

Cartograma 21: Centro-Oeste e regiões de referência



Finalmente, a posição estratégica desse território, cuja extensa faixa de fronteira coincide com rios navegáveis e populações significativas às suas margens, indica como vetor de desenvolvimento regional a integração sul-americana

baseada em complementaridade de recursos e projetos conjuntos, capazes de embasar uma agenda sul-americana de desenvolvimento para o coração do continente. Um avanço com relação aos passos dados na integração focada apenas no cone sul do continente.

A liderança dupla desse território por Brasília–Goiânia, na parte oriental, e Cuiabá e Campo Grande, na parte ocidental, divide as funções de comando mais significativas. Brasília e Goiânia exercem maior influência no próprio estado de Goiás, em frações de Tocantins e no oeste de Minas Gerais. Tem também alguma influência no restante do território, na medida em que ele não é polarizado por pólos efetivos, mas por protopolos, correspondentes às capitais estaduais – Porto Velho, Cuiabá e Campo Grande – que, em conjunto, polarizam outra macrorregião.

Nesse caso, as orientações estratégicas seguem na direção de consolidar esses protomacropolos e alguns pólos secundários e locais, como Uberlândia e Sinop (ver Cartograma abaixo). Ao mesmo tempo em que permite uma maior interiorização do território, contrabalançando o peso dos macropolos de Brasília e Goiânia, busca também fortalecer os laços de integração com os países vizinhos.

Os vetores selecionados apontam na direção da superação das mais importantes debilidades das estruturas socioeconômicas do território. Suas relações com os fatos portadores de futuro, as escolhas estratégicas e os objetivos encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 21: Relação entre vetores de desenvolvimento, fatos portadores de futuro, escolhas estratégicas e objetivos – Território 2A

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 2A.1	Fortalecimento da malha logística associada aos transportes e à energia.	FP4; FP5; FP8; FP16; FP20; FP22	EE3; EE8	01; 02;
VDT 2A.2	Consolidação da ocupação agroindustrial, ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira.	FP4; FP6;FP7; FP10; FP11; FP20; FP21	EE1; EE2; EE7	01; 03;
VDT 2A.3	Desenvolvimento de Iniciativas que apontem caminhos para superar os problemas fundiários e ambientais	FP6; FP20; FP21; FP23; FP 24	EE7; EE8	01; 02; 03; 05
VDT 2A.4	Fortalecimento dos elos que estruturam o arco Brasília-Anápolis-Goiânia e conformam a hierarquia da rede urbana do território.	FP3; FP5; FP9; FP10; FP12; FP23	EE1; EE2; EE4; EE9; EE10	01; 02;
VDT 2A.5	Exploração de projetos comuns com países vizinhos no espírito da Integração sul-americana	FP2; FP3; FP5; FP6; FP8; FP22	EE3; EE8	01; 06; 07

Por fim, a relação das diretrizes manifestas nos planos estaduais demonstra sua compatibilidade com os vetores estratégicos do território descritos anteriormente:

Quadro 22: Diretrizes estratégicas PPA 2008-2011 dos estados do Mato Grosso e Goiás

ESTADO DE MATO GROSSO Expansão do agronegócio; Diversificação e adensamento das cadeias produtivas; Resolução de conflitos e reestruturação fundiária; Gestão ambiental do estado; Integração com o mercado mundial de alimentos e energia; Expansão do mercado interno.
ESTADO DE GOIÁS Economia competitiva e expansão de investimentos e empregos (infra-estrutura; transporte/logística e energia; agronegócio; indústria, comércio e serviços; mineração; turismo); Qualidade ambiental e responsabilidade social (meio ambiente e responsabilidade social; reversão da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais; Educação universalizadora de oportunidades; Conhecimento e inovação tecnológica (ciência e tecnologia/educação superior); Interiorização do desenvolvimento e cidades sustentáveis (desenvolvimento regional/urbano e apoio aos municípios; saneamento básico); Rede de proteção e inclusão social (desenvolvimento e inclusão social); Economia competitiva e expansão de investimentos e empregos (comércio exterior e relações internacionais).

6.2.6 O LITORAL SUDESTE-SUL (TERRITÓRIO 3A)

O território litoral sudeste-sul compreende praticamente toda a área das regiões Sudeste e Sul do país, com exceção de parte significativa de Minas Gerais. Na sua totalidade, concentra cerca de 70% da produção e 60% da população totais do país, não obstante o comportamento econômico e demográfico recente, em que se apresenta uma tendência à desconcentração dos maiores núcleos da região, São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, esse processo descentralizador se apresenta de uma forma mais contundente para uma área que abrange o interior da região, o denominado “polígono industrial” (Diniz, 1993), parte tecnologicamente mais densa da estrutura produtiva do país. Segundo Diniz (2001), “o núcleo duro da indústria (mecânica, material elétrico, eletrônico, material de transportes e química) tende a se localizar nas metrópoles de segundo nível e em cidades médias da macrorregião que vai de Minas ao Rio Grande do Sul, criando uma teia de relações produtivas que se traduzem em economias externas, reforçando a concentração macroespacial”.

O território apresenta uma rede urbana complexa, caracterizada por centros urbanos de alta densidade e com interações espaciais intensas e de grande

diversidade. Sua agenda econômica e social presta atenção à necessidade de reverter as deseconomias de escala e o congestionamento associados aos problemas urbanos decorrentes da grande concentração de pessoas e atividades (violência, tráfego, poluição etc.)

As diretrizes para esse território abrangem a consolidação das articulações dos seus núcleos principais com os pólos e as redes estabelecidas no Cone Sul, o desenvolvimento das conexões sócio-produtivas com os países vizinhos e a mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos. No horizonte de planejamento considerado, essa região continuará a deter a liderança econômica e financeira do país. E também a concentrar, no geral, a parte mais desenvolvida da competência técnico-científica nacional, com instituições universitárias, institutos de pesquisa e centros de P&D empresariais qualitativamente situados no topo do espectro de situações.

A base técnico-científica do território tem papel decisivo na reprodução das competências em CT&I de outras regiões e assim não deve, por qualquer razão, ser desestimulada. O Brasil depende dessa capacidade em CT&I para uma nova geração industrial a partir da aproximação da fronteira do conhecimento científico mundial e ao estado da arte tecnológico dos países centrais. Fortalecer as competências em CT&I do território, mobilizando-as para que contribuam diretamente na formação mais intensa de competências em outras partes do país constitui um vetor estratégico importante para o desenvolvimento nacional.

Um embrião de policentrismo, já constituído na região e apoiado na qualidade da logística existente, cumpre ser consolidado como vetor de desenvolvimento a partir das grandes metrópoles e tendo em mira as de países vizinhos do Cone Sul. A integração sul-americana tem nessa região sua porta de entrada principal. As relações transfronteiriças aqui, além de mais desenvolvidas e tradicionais, continuam a desempenhar o papel de efeito demonstrativo sobre a perspectiva de avanço da integração continental maior. Por essa razão, uma estratégia de desenvolvimento do território precisa incorporar claras orientações para uma integração sul-americana comercial e social mais ampla, que se refletem nos maiores fluxos de populações e mercadorias com os países vizinhos associados, preparando melhor a estrutura sócio-produtiva da região. Estimular projetos de integração em vários setores que envolvam

relação com os parceiros promissores dos países vizinhos é importante vetor de desenvolvimento a ser materializado com base nas cidades, ampliando as condições de inserção global.

Retomar o desenvolvimento nacional implica reacender a economia da região Sudeste-Sul desenvolvida. Uma dinâmica sustentada de desenvolvimento requer, entretanto, o enfrentamento de gargalos importantes. O mais significativo está relacionado às Regiões Metropolitanas, onde o acúmulo de tarefas inconclusas é grande. A desigualdade social instaurou-se no seio das metrópoles sem fazer distinção daquelas que outrora foram mais prósperas. Carências importantes em habitação, saneamento e outros itens importantes para uma melhor sociabilidade urbana devem ser objeto de obsessiva ação dos poderes públicos instituídos, com vistas a sua superação.

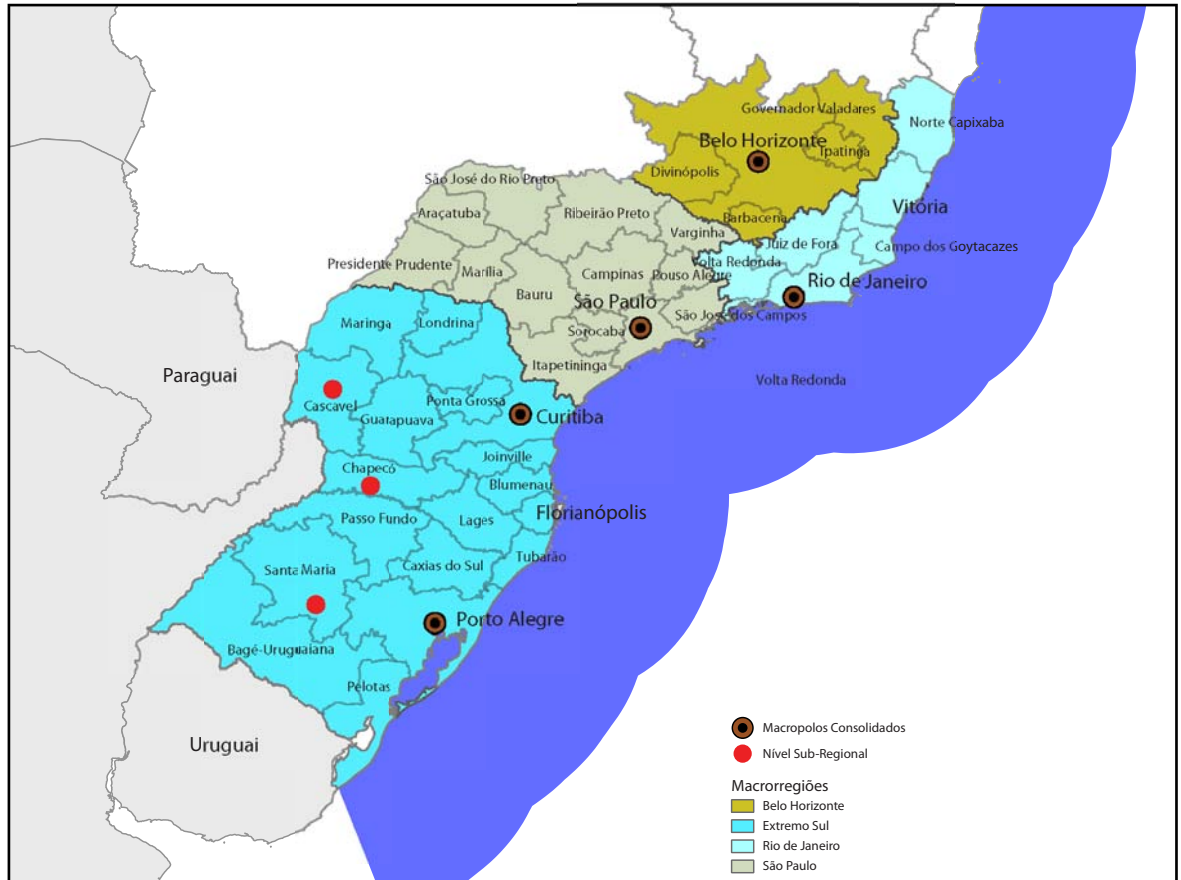
Destaque especial deve ser dado aos transportes urbanos, cujos investimentos requeridos parecem ter se iniciado. Congestionamentos, deficiências de equipamentos e outros problemas ajudam a reforçar a sensação de caos urbano presente nas metrópoles. Dessa forma, mudar as condições de vida dos grandes centros urbanos e construir bases mais integradoras para os diversos segmentos sociais que convivem nesses ambientes é outro vetor fundamental ao desenvolvimento do Sudeste-Sul.

As características geográficas e de ocupação territorial desse território confere, também, uma posição estratégica privilegiada em termos da exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros, incluindo não só a pesca, o transporte, o lazer e a segurança, mas também a exploração mineral, como outro vetor de desenvolvimento desse território. Para uma exploração sustentável é indispensável o conhecimento dos processos oceânicos e dos recursos marinhos, o que só pode ser atingido com pesquisa científica e tecnológica. Torna-se igualmente importante a formação de pessoal e a divulgação do conhecimento nos mais diferentes níveis da sociedade, a fim de gerar uma consciência ambiental sobre o uso do mar e de seus recursos.

O Sudeste-Sul integra quatro macrorregiões sob comando de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba-Porto Alegre. Esses macropolos já consolidados exercerão ainda grande influência nesse território e mesmo no país como um todo. Porém, as orientações estratégicas provenientes da proposta de um país policêntrico destacam a escolha de subpolos interioranos

da parte mais ao sul (cartograma 22): Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Santa Maria (RS). Com isso, uma proposta de reconfiguração das áreas de influência anteriores passaria pela consolidação desses novos núcleos, que atuariam tanto no reforço de fluxos mais ao interior do território, quanto à criação de vínculos mais estreitos com os países vizinhos.

Cartograma 22: Litoral Sul-Sudeste e regiões de referência



A relação entre os vetores de desenvolvimento, os fatos portadores de futuro, as escolhas estratégicas e os objetivos está descrita no quadro a seguir.

Quadro 23: Relação entre vetores de desenvolvimento, fatos portadores de futuro, escolhas estratégicas e objetivos – Território 3A

Ordem	Vetores	Fatos Portadores de Futuro	Escolhas Estratégicas	Objetivos
VDT 3ª.1	Fortalecimento das competências em CT&I e sua mobilização para apoio à reprodução das bases de CT&I de outras partes do país.	FP6; FP9; FP10; FP11; FP12; FP13	EE1; EE2; EE4	01; 02; 04;
VDT 3ª.2	Consolidação das articulações das cidades mundiais do país com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma.	FP3; FP5; FP6; FP10;FP13; FP17; FP22; FP23	EE3; EE9; EE10	01; 04; 06; 07
VDT 3ª.3	Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura sócio-produtiva com países vizinhos, de forma a aproveitar a densa rede de cidades existente.	FP4; FP5; FP9; FP10; FP11; FP22	EE2; EE6; EE7; EE8	01; 06
VDT 3ª.4	Mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência.	FP1; FP2; FP3; FP4; FP6; FP12; FP13; PF17; PF18; PF19; PF23	EE4; EE5; EE9; EE10	01; 02; 04;
VDT 3ª.5	Exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros.	FP5; FP15; FP16; FP20; FP23; FP24	EE3; EE5; EE6	01; 02;

Por fim, uma amostra das diretrizes dos planos de governo selecionados³² serve para apreender as relações entre as agendas estaduais vis-à-vis as estratégias previstas para esse território, por meio dos seus vetores de desenvolvimento:

³² Os Planos de governos considerados foram dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Quadro 24: Diretrizes estratégicas PPA 2008-2011 dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul

<p>ESTADO DE MINAS GERAIS Empresas dinâmicas e inovadoras: pacto pela competitividade (infra-estrutura de transporte e logística, programas de ciência e tecnologia e fomento produtivo, desenvolvimento agrícola, energia, emprego, turismo); Eqüidade entre pessoas e regiões (programas destinados aos segmentos sociais mais vulneráveis, desenvolvimento metropolitano, regional e consolidação da rede de cidades); Cidades limpas e seguras (segurança pública, habitação, saneamento, meio ambiente);</p>
<p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO Gestão pública com tecnologia da informação, comunicação a serviço do cidadão (governo eletrônico e modernização da gestão, estado digital, inclusão digital, fomento ao setor de tecnologia da informação); Desenvolvimento econômico, infra-estrutura logística (energia, aeroportos, portos, ferrovias e rodovias); formação e qualificação de mão-de-obra (qualificação profissional, educação superior, ensino profissional); Ciência e Tecnologia (desenvolvimento científico, inovação tecnológica, ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional, atualização permanente de professores); Interiorização do desenvolvimento econômico;</p>
<p>ESTADO DE SÃO PAULO Implantação de agências regionais de desenvolvimento; Implantação de infra-estrutura de pesquisa regional e serviços especializados; Desenvolvimento de projetos de produção mais limpa nas indústrias paulistas; Promoção de estudos de prospecção de demandas locais e regionais.</p>
<p>ESTADO DO PARANÁ Criação de maiores vínculos entre os centros de P&D e o setor produtivo, da expansão da infra-estrutura portuária, da melhoria do sistema rodoviário do Estado e do acesso de empresas locais ao crédito de longo prazo; Ampliação do emprego, da cidadania e da solidariedade para o conjunto dos paranaenses.</p>
<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Inovação, ciência e tecnologia (interiorização do processo de geração tecnológica e difusão da inovação); Transportes e sistemas logísticos (recuperação da capacidade de investimento; captação de recursos internacionais e parcerias público-privadas).</p>

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A mão pesada do Estado chega ao setor de álcool. O Globo, Rio de Janeiro, Caderno de Economia, 26/08/2007, p39.

AC/UNU Millenium Project. Global challenges facing humanity. 2006. Disponível em: <http://www.acunu.org.millenium>. Acesso em: 01/03/2007.

AGENCIA BRASIL. Brasil terá em 2009 primeiro centro para acelerar produção de novos medicamentos. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/02/materia.2007-07-02.6257230863/view>. Acesso em: 29/08/2007.

Agenda Nacional de Desenvolvimento, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Presidência da República, Brasil, 2005.

ASSUNÇÃO, Francisca Neta A & BURSZTYN, Maria Augusta. As Políticas das Águas do Brasil. XII Encuentro de Las Águas. Governo do Chile. Santiago/Chile: 24-26/10/2001.

BARBOSA, N. e BIELSCHOWSKY, R. (2007). Por uma estratégia nacional de desenvolvimento: macroeconomia pró-crescimento e dinâmica de consumo de massa e da inovação. Brasília, Cepal, mimeo, texto em elaboração, primeiro semestre.

BARKER, Joel. Disponível em: <http://www.joelbarker.com/>. Acesso em: 20/12/2006.

BATCHLER (2003), J. et alli. Regional Policies after 2006: complementarity or conflict?, September, European Policy Research Paper, Nº 51, Glasgow, UK.

BECKER (2004), B.; Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio, Garamond, Rio de Janeiro.

BECKER, B. K. (1986). A Crise do Estado e a Região. A Estratégia da Descentralização em Questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 43-62.

BECKER (2006), Bertha K (Orgs.). Ordenamento territorial e logística. In: MI. Documentos temáticos elaborados como subsídios da proposta do Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília.

BRANDÃO (2006), Carlos. Escalas, escadas, escalas (nota técnica). In: CGEE. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Marco inicial. Brasília: CGEE, 2006.

BRANNAN, L. The future of schooling: educating America in 2014. Disponível em: <http://www.mcrel.org/topics/products/221/>. Acesso em 29/07/2007.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Projeto Brasil 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022 A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica 2004. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/secom/nae/3T_3.pdf.> Acesso em: 30 abr. 2007.

British Telecommunications. The Technology Timeline 2006-2051. Disponível em: <http://www.btplc.com/Innovation/News/timeline/> Acesso em 03/07/2007.

CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação: 2005-2010. Brasília: Ministério da Educação/CAPES, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/result.jsp?action=search&query=metas&matchesPerPage=10&displayPages=10&index=capes&category=&searchRoots=&searchPage=2&fields=title%20keywords%20description%20content>. Acesso em: 16/07/07.

CARNEIRO (2006), Dionísio Dias. Consumo de Massa e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, mimeo, agosto.

CASSIOLATO, J. E. A relação Universidade e instituições de pesquisa com o setor industrial: uma abordagem a partir do processo inovativo e lições de experiência internacional. Brasília: Sebrae, 1996.

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio; tradução Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Mager. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CDES/SRI/PR – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND. Brasília: PR, 2006.

CGEE. Concepção estratégica do desenvolvimento territorial brasileiro. CGEE, 2007.

CGEE. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Marco inicial. Brasília: CGEE, 2006.

COATES, J. Foresight in federal government policy making. *Futures Research Quarterly*, v. 1, p. 29-53, 1985.

COELHO, G.M. et al. Caminhos para o desenvolvimento em prospecção tecnológica: Technology Roadmapping— um olhar sobre formatos e processos. *Parcerias Estratégicas*, n.21, dez. 2005, p.199-234.

COELHO, G.M. La société de la connaissance et les systèmes d'informationstratégique comme appui à la prise de décision: proposition pour l'enseignement de l'Intelligence Compétitive au Brésil. 2001. 330 f. Tese (Doutorado)- Faculté desSciences et Techniques de Saint Jérôme, Université de Droit et des Sciences d'Aix – Marseille, Marseille, 2001.

CONWAY, Maree; VOROS, Joseph. Implementing organisational foresight: a case study in learning from the future. In: *THE FUTURE: DEVELOPING ORGANIZATIONAL FORESIGHT IN THE KNOWLEDGE ECONOMY – INTERNATIONAL CONFERENCE ON ORGANIZATIONAL FORESIGHT*, University of Strathclyde, Glasgow, 2002.

COOKE, P. & MORGAN, K. (1998). *The associational economy: firms, regions and innovation*. Oxford: Oxford Univ. Press.

CORAGGIO, J. L. On social spaceness and the concept of region: Towards a materialistic approach to regional analysis. México, Center for Economic and Demographic Studies, junho de 1980.

CORAL, E.; ROSSETO, C. R.; SELIG, P. M. O Planejamento estratégico e a formulação de estratégias econômicas, sociais e ambientais: uma proposta em busca da sustentabilidade empresarial. Disponível em: http://72.14.209.104/search?q=cache:8s8KHq2UF_MJ:www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0306_Artigo%2520Iberoamenrican%2520-%2520PEPSE.pdf+defini%C3%A7%C3%A3o+gargalos+%22planejamento+estrat%C3%A9gico%22+filetype:pdf&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=4. Acesso em 25/10/2006.

COSTA, D. A. L. Um discurso de estratégia nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Tese de doutorado. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Elton Fernandes.

COSTA, Wanderley M. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MI-Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

COUTO, L.F. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005). Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa. 2006.

CRUTZEN, P. Anthropocene. Disponível em: <http://www.mpch-mainz.mpg.de/~air/anthropocene/Text.html>. Acesso em 10/04/2007.

CRUZ, S.C.V.; SENNES, R. O Brasil no mundo: conjecturas e cenários. Estudos Avançados, v.20 n.56, 2006.

CUNHA NETO, E. Brasil vai testar vacina contra aids em 2009. Congresso Internacional de Imunologia, 13, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI1844812-EI238,00.html>. Acesso em: 29/08/2007.

DAGNINO, R.P. Identificação de prioridades de P&D e objetivos nacionais nos países da OECD: tempo de reabrir o debate? Planejamento e Políticas Públicas, n. 16, dez. 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/PPP16/PARTE4.doc>. Acesso em 25/10/2006.

DAHLMAN, C. (2007). Technology, Globalization and International Competitiveness: Challenges for Developing Countries, mimeo, trabalho em elaboração.

Empresa de Planejamento Energético - EPE. Plano Nacional de Energia. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PNE>. 03/05/2007.

DINIZ, C. C. (2001). A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil. Texto para Discussão N° 159, Cedeplar/Face/UFMG.

DINIZ, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.31, n.11, p.35-64, set.

European Commision. Directorate General Joint Research Centre. Monitoring industrial research: the annual digest of industrial R&D. 2006. Acesso em 03/07/2007. Fantastic Voyage: Departure 2009. Disponível em: <http://www.wired.com/medtech/health/news/2007/01/72448>. Acesso em: 29/08/2007.

Foresight 2020: economic, industry and corporate trends. The Economist Intelligence Unit, 2006.

FREITAS, Carlos Eduardo de; OHANA, Eduardo Felipe; JALORETTO, Cláudio. Dez anos de retrospectiva da economia brasileira: 1994-2004. Brasília: CGEE, 2004.

FURTADO, C. (1972). Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURTADO, C. (1999). O Longo Amanhecer. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

FURTADO, C. (1974). O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, C. Para retomar o crescimento. <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/brasilpretomarocrescimento.pdf>. Acesso em 21/08/2007.

GALVÃO, A. C. Política de desenvolvimento regional e inovação: A experiência européia. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio. Qual é o Limite para o Gasto Público. Texto para Discussão no 1169. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

GOLDMAN SACHS. Dreamings with BRICS: the path for 2050. Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/>. Acesso em: 08/08/2006.

GUIVANT, J. S. A governança dos riscos e os desafios para a definição da arena pública no Brasil. In: Ciência, Tecnologia e Sociedade: novos modelos de governança. Brasília: CGEE, FAPESP, Embrapa, UFSC, 2005. p.47-85.

HABERMAS, J. Nos limites do Estado. Folha de São Paulo, 18 de julho de 1999. Caderno Mais, p.5-7.

HARVEY (1999), D.; The limits to capital. London, Verso, 2nd edition (1st edition, Oxford, Basil Blackwell, 1982).

HOLT-GIMÉNEZ., E. Biocombustíveis: Os cinco mitos da transição dos agrocombustíveis. 2007. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.org.br/novo_site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=383. Acesso em 14/08/2007.

HORTON, A. Foresight: how to do simply and successfully. Foresight, v. 1, n. 1, 1999.

IBGE (2005). Pesquisa de Industrial de Inovação Tecnológica, Rio de Janeiro.

IETF - Internet Engineering Task Force. Novo padrão de IP será implementado até 2011. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1819500-EI4802,00.html>. Acesso em 29/08/2007.

IIRSA. Visão estratégica Sul-Americana - Informe Nacional: 1ª Rodada de Consultas Estratégicas no Brasil / IIRSA; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília : MP, 2006.

IIRSA. Visão estratégica sul-americana: 1ª rodada de consultas estratégicas no Brasil. Versão preliminar. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 44 p.

INPE prevê o lançamento de 11 satélites até 2020. JC Online, 31/07/2007. Disponível em: http://jc.uol.com.br/2007/07/31/not_145919.php. Acesso em 05/07/2007.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipeadata. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 03/06/2007.

LANDABASO, M. (1997). The Promotion of Innovation in Regional Policy: Proposal for a Regional Innovation Strategy, Entrepreneurship and Regional Development, 9, 1-24.

LASTRES, H. M. Systems of Innovation and Development, GLOBELICS, Conferencia Internacional sobre temas de inovação e estratégias de desenvolvimento para o terceiro milênio, Rio de Janeiro, 2003.

LUZ, Nyssio F. Desenvolvimento regional e logística. Disponível em: http://www.ibralog.org.br/ingles/ler_artigo.php?cod=7. Acesso em: 09/11/2006.

MACEDO, I. C. Situação atual e perspectivas do etanol. Estudos Avançados, v. 21, n.59, 2007. p.157-65.

MACROPLAN - Prospectiva & Estratégia Ltda. Brasil: uma baleia encalhada? Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.macroplan.com.br/observatorio_lista.asp?tipo=A&codigo=142. Acesso em 09/01/2007.

MACROPLAN - Prospectiva & Estratégia Ltda. Brasil: uma baleia encalhada? Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.macroplan.com.br/observatorio_lista.asp?tipo=A&codigo=142. Acesso em 09/01/2007.

MACROPLAN - Prospectiva & Estratégia Ltda. Projeto Tendências: Visão de Futuro do Setor de O&G do Brasil: Horizonte 2010. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.tendencias.int.gov.br>. Acesso em 09/01/2007.

MADDISON (2003), A.; The world Economy: Historical Statistics. Paris, OCDE.

MANTEGA, G. (1984). A Economia Política Brasileira. Petrópolis, Editora Vozes. Massachusetts Institute of Technology. The future of nuclear power. Disponível em: <http://web.mit.edu/nuclearpower/>. Acesso em 22/07/2007.

MICHAELIS. Pequeno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Base para a recriação da Sudene: por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Versão final. Brasília: MIN, 2006.

Ministério do Planejamento. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. Módulo 4. 2006

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. O desafio do planejamento governamental. Brasília: MP, 2002. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/publicacoes/desafio_governamental.htm. Acesso em: 02/08/2007.

MORAES, A. C. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MI-Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

NAE - Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. CADERNOS NAE. Projeto Brasil em 3 Tempos. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004. 120 p.

NAE - Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Qualidade da educação básica. Brasília: NAE / PR, 2006.

NAE. Agenda para o futuro do Brasil: 2022. Brasília: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.nae.gov.br/cadernosnae.htm>. Acesso em: 20/06/07.

NEGRI, J. A. et alli (2005). Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firmas Industriais Brasileiras, IPEA, Brasília, DF.

NIC. National Intelligence Council . Mapping the Global Future: Report of the National Intelligence Council's 2020 Project. Pittsburgh, PA: GPO, Dec.2004.

NIC. National Intelligence Council. Latinoamérica 2020: pensando los encenarios de largo plazo. Conclusiones des seminario realizado em Santiago de Chile los dias 7 y 8 de junio de 2004, en el marco del Proyecto Global Trenes 2020.

NONAKA, I.: TAKEUCHI, H. The knowledge creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation. New York: Oxford University, 1995. 283 p.

PACHECO (1998), C. A.. Fragmentação da Nação. Campinas, SP, Unicamp, IE.

PAES E BARROS (2006), R. et alli; A recente queda na desigualdade de renda no Brasil: magnitude, determinantes e conseqüências, apresentação no Seminário Internacional “O Desafio da Redução da Desigualdade e da Pobreza”, IPEA, Brasília.

Plano de inclusão digital no Brasil é insuficiente, diz estudo. Estado de São Paulo, 7 de agosto de 2007. Disponível em: http://www.estadao.com.br/tecnologia/not_tec30921,0.htm. Acesso em 08/08/2007.

PORTO, Cláudio; VENTURA, Rodrigo. Quatro cenários para o Brasil 2005-2007: análise da trajetória real 2005 e perspectivas de médio e longo prazos. Rio de Janeiro: Macroplan, 2006. Disponível em Disponível em: <http://www.macroplan.com.br/>. Acesso em: 15/10/2006.

PPA 2004-2007. Plano Plurianual para o quadriênio 2004 / 2007: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROSPECTIVA MADRID 2014. Glosario. Disponible em: <http://www.nebrija.com/prospectiva-madrid-2014/prospectiva-mundo/glosario-prospectiva.htm>. Acesso em 09/01/2007.

Rand Corporation. Global Technology Revolution 2020. Technology Trends and Cross-Country Variation. Disponível em: http://www.rand.org/pubs/research_briefs. Acesso em: 05/06/2007.

RODRIGUEZ (1981), O.; Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

SACHS, J. Reich Lectures 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/radio4/reith2007/lectures.shtml#lecture5>. Acesso em 10/04/2007.

SALOMON, M. Business in Second Life. Eveleigh, Austrália: Smart Internet Technology CRC, 2007. Disponível em: smartinternet.com.au/ArticleDocuments/121/Business-in-Second-Life-May-2007.pdf. Acesso em: 29/08/2007.

SANTOS, Thereza C. Algumas considerações preliminares sobre Ordenamento Territorial. In: Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

SAPIR(2003), A. et alli. An Agenda for a Growing Europe Making the EU Economic System Deliver, EU.

SHERWOOD, J. LCD will dominate display market by 2011. Disponível em: http://www.reghardware.co.uk/2007/08/16/instat_research. Acesso em: 29/08/2007.

SIMMIE, J. (1997). Innovation, Networks and Learning Regions? Regional Studies Association, Jessica Kingsley Publishers, London.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Revista Estudos Avançados 20 (56), 2006.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. (1972). Mais além da estagnação, In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Ed. Zahar.

UNICAMP. Planejamento estratégico (PLANES - Fase II). Março de 2004. Disponível em: http://72.14.209.104/search?q=cache:snqWp620MvYJ:www.cgu.unicamp.br/pei/planejamento/planes_relatorio_atividades_2002-2003.pdf+defini%C3%A7%C3%A3o+valores+%22planejamento+estrat%C3%A9gico%22+filetype:pdf&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1. Acesso em 25-10-2006.

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. The inequality predicament . Report on the World Social Situation 2005. New York, 2005.

UNIVERSITY OF ARIZONA. Glossary: definitions of selected futures terms. Disponível em: <http://ag.arizona.edu/futures/home/glossary.html>. Acesso em: 09/01/2007.

USA. Department of Energy -DOE. Annual Energy Outlook 2007 with Projections to 2030. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html> Acesso em 05/06/2007.

WOLYNEC. Elisa. O futuro da educação superior. Disponível em: http://www.techne.com.br/artigos/Futuro_Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior.pdf. Jun./06 Acesso em: 30/04/07.

World Future Society - WFS homepage. Disponível em: <http://www.wfs.org>. Acesso em 03/07/2007.

World Internet Statistics. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/dsl.htm>. Acesso em 08/08/2007.

WRIGHT, James Terence C. and Spers, Renata Giovanazzo, O país no futuro: aspectos metodológicos e cenários, Revista Estudos Avançados 20 (56), São Paulo, 2006.

8. ANEXO I – PARTICIPANTES DE DISCUSSÕES

A relação apresenta o nome de participantes de discussões no âmbito do Módulo 2 e dos exercícios prospectivos – workshops prospectivos, realizados juntamente com o Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos. Vale destacar que tal grupo não discutiu diretamente a Visão Estratégica Nacional, proposta neste documento, mas os conteúdos específicos, referentes às especialidades próprias.

Participantes	Instituição
Alexandre Furtado de Azevedo	Ministério do Planejamento
Alice Utida Manica	Ministério do Planejamento
Aline Diniz Amaral	Ministério de Desenvolvimento Social
Aloysio Novais de Carvalho Silva	Ministério do Planejamento
Ana Cristina G. Saraiva	Ministério da Educação
Ana Lúcia Brito	UFRJ
Andre Luiz Moreira Persegona	IP CONSULTORES
Ângela Maria Cohen Uller	COPPE/UFRJ
Antônio Carlos Filgueira Galvão	CGEE
Antonio Jose Teixeira	CGEE
Ari Gorenstein	Academia/Especialistas
Ariel Cecílio Garces Pares	Ministério do Planejamento
Armando Avena	UFBA
Beatrice Kassar do Valle	Ministério do Planejamento
Belmiro Castro Filho	USP
Bertha Koiffmann Becker	UFRJ
Braulio Dias	Ministério de Meio Ambiente
Bruno Morreti	Ministério do Planejamento
Carlos Americo Pacheco	UNICAMP
Carlos Antônio Brandão	UNICAMP
Carlos Augusto Grabois Gadelha	FIOCRUZ
Carlos Nobre	INPE
Carmem Sílvia Correa Bueno	CGEE
Claudio Beato	UFMG
Claudio Egler	UFF
Claudio Schuller Maciel	UNICAMP
Clelio Campolina Diniz	UFMG
Constantino Cronemberger Mendes	CGEE
Cristiane Vieira Machado	FIOCRUZ

Participantes	Instituição
Cristiano Angelis	Ministério do Planejamento
Cristina Lopes	FINEP
Dalci Maria dos Santos	CGEE
Dalmo Marcelo de Albuquerque Lima	Consultor
Débora Nogueira Beserra	Ministério do Planejamento
DemetriosChristofidis	UNB
Durval Luiz C. Bravo	Ministério do Trabalho
Eduardo Fagnani	UNICAMP
Eduardo Rodrigues da Silva	Ministério do Planejamento
Eduardo Sarmento	EMBRAPA
Eduardo Tadao Takahasi	UNICAMP
Elaine de Melo Xavier	Ministério do Planejamento
Elisa Malafaia	Ministério do Trabalho
Erminia Maricato	USP
Ernesto Carrara Junior	Ministério do Planejamento
Esper Abrão Cavalheiro	CGEE
Eugenio Andrade Vilela dos Santos	Ministério do Planejamento
Fernado Rizzo	CGEE
Flávia Maia Jesini	CGEE
Francisco Chang Kae Jung	Ministério do Planejamento
Gerson Narcizo	Ministério do Planejamento
Gilda Massari Coelho	CGEE
Guilherme Delgado	IPEA
Gustavo Teixeira Lino	Ministério do Planejamento
Gustavo Viana Machado	Ministério do Planejamento
Heloisa Costa	UFMG
Hugo Paulo N. L. Vieira	CGEE
Igor Vinicius de Souza Geracy	Ministério do Planejamento
Isadora Louzada Huguene Lacava	Ministério do Planejamento
João Carlos Machado	SNSA
Jorge Guilherme Francisconi	AXIS
José Barat	Academia/Especialistas
José Carlos Barreto	Ministério do Planejamento
José Galizia Tundisi	IIE
José Martins Rodrigues	Ministério do Planejamento
José Rivaldo Melo de França	Ministério da Saude
Junia Santa Rosa	Ministérios das Cidades
Katia Bernardo Esteves	Min. Comunicações

Participantes	Instituição
Leandro Freitas Couto	Ministério do Planejamento
Leila A. swerts	Ministério do Meio Ambiente
Lelio Fellows Filho	CGEE
Leo Kessel	Ministério da Educação
Lucia Carvalho Pinto de Melo	CGEE
Lucia Maria Modesto Pereira	Ministério do Desenvolvimento Social
Luiz Carlos R. Ribeiro	Ministério do Trabalho
Luiz Cesar Loureiro de Azeredo	IPEA
Luiz Chomenko	FZA
Luiz Fernando Arantes Paulo	Ministério do Planejamento
Manuel Fernando Soares Lousada	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Marcelo Aires	EMBRAPA
Marcelo Felipe Moreira Persegona	IP CONSULTORES
Marcelo Khaled Poppe	CGEE
Marcelo Ottoni Durante	Ministério da Justiça
Márcia Catarina David	Ministério do Meio Ambiente
Marcio de Miranda Santos	CGEE
Marcio Gimene de Oliveira	Ministério do Planejamento
Marco Antonio Moreira West	Ministério da Justiça
Marco Flávio da Cunha Resende	UFMG
Maria Angela Campelo de Melo	CGEE
Maria Aparecida Stalivieri	FINEP
Maria Carlota de Souza Paula	CDS/UNB
Maria da Gloria Gohn	UNICAMP
Maria do Carmo Bezerra	UNB
Maria Elenita Nascimento	CGEE
Maria Ieda Costa Diniz	Ministério da Educação
Maria Izabel da Costa Fonseca	CGEE
Maria José de Freitas	Ministério do Desenvolvimento Social
Mariana Meirelles Nemrod Guimarães	Ministério do Planejamento
Mario Benjamín Vera Wall	Ministério do Planejamento
Maurício Carneiro de Albuquerque	Ministério do Planejamento
Mauro Borges Lemos	UFMG
Mauro Cezar Nogueira	Ministério do Planejamento
Mauro Nogueira	Ministério do Planejamento
Neila Cruvinel Palhares	CGEE
Nelia Pamplona	CGEE
Olga Cristina Lopes de I. Novion	Ministério do Planejamento

Participantes	Instituição
Otávio Gondim Pereira da Costa	Ministério do Planejamento
Paulo César Gonçalves Egler	CGEE
Pedro Luiz de Barros Silva	UNICAMP
Raquel Porto Mendes Fonseca	Ministério do Planejamento
Regina Gusmão	CGEE
Ricardo Ruiz	UFMG
Roberto Vizentin	Ministério do Meio Ambiente
Rodrigo Ferreira Simões	UFMG
Romualdo Portela de Oliveira	USP
Ronaldo C. Garcia	IPEA
Rosana Barros Boani Pauluci	CGEE
Silvana Macedo	Ministério do Meio Ambiente
Silvia Velho	CGEE
Sofia Lerche Vieira	UEC
Sonia Draibe	UNICAMP
Tânia Bacelar	UFPE
Tania Braga	UNICAMP
Thereza Carvalho	UFF
Valéria Rezende de C. Ferreira	Ministério do Planejamento
Victor Alexander Contarato Burns	BNDES

9. ANEXO II – VETORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL X FATOS PORTADORES DE FUTURO

TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA	DIMENSÕES	Demografia e infra-estrutura social			Educação e Trabalho		
	VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO	Aumento da população mundial, em particular da população idosa, gera necessidades e serviços distintos nas áreas de habitação e saneamento, saúde, assistência social e lazer. (FPF 1)	Fluxo internacional de pessoas, destruição e contato do homem com ecossistemas naturais não antropizados aumentam possibilidades de surgimento de novas doenças e pandemias associadas a doenças existentes.(FPF 2)	Metropolização policêntrica transforma o fenômeno das cidades mundiais e requalifica a hierarquia de conexão dos nodos relevantes que articulam e comandam as redes da ordem global.(FPF 3)	Alteração das relações e novas formas de tele-trabalho com o uso intensivo de TICs, amplia as possibilidades de flexibilização e terceirização em vários setores da economia. (FPF 17)	Emprego simultâneo para quatro gerações de trabalhadores reconfigura o mercado de trabalho. (FPF 18)	Competências, habilidades e atitudes (CHA) são mais valorizadas pelo mercado de trabalho em geral, repositando o valor da educação formal. (FPF 19)
Bioma Florestal Amazônico (1)	Revolução técnico científica associada à biodiversidade e aos recursos naturais, de forma a agregar valor aos produtos e processos derivados dos ecossistemas amazônicos. (VTD 1.1)						
	Empreendedorismo regional abrindo espaço para novas fronteiras de inovação social.(VTD 1.2)						
	Logística integrada e adequada às especificidades da região, envolvendo o planejamento integrado das atividades de produção, circulação e comercialização. (VTD 1.3)						
	Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, adensando-as e dotando-as de capacidade de prover serviços e equipamentos básicos para a população e produção. (VTD 1.4)						
	Inovação institucional relacionada ao fortalecimento da presença do Estado e de seus instrumentos de ordenamento do território. (VTD 1.5)						
Litoral Norte-Nordestino (3B)	Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda. (VTD 3B 1)						
	Fortalecimento e intensificação das múltiplas relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros. (VTD 3B 2)						
	Adensamento tecnológico e comercial de novas e velhas cadeias produtivas regionais. (VTD 3B 3)						
	Modernização e diversificação econômico-produtiva das zonas dedicadas às monoculturas. (VTD 3B 4)						
	Distribuição ampla de ativos estratégicos (educação, terra, infra-estrutura e cultura). (VTD 3B 5)						

 Bioma Florestal Amazônico (1)

 Litoral Norte-Nordestino (3B)

"TERRITÓRIO DA ESTRATEGIA"	DIMENSÕES	Demografia e infra-estrutura social			Educação e Trabalho		
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Aumento da população mundial, em particular da população idosa, gera necessidades e serviços distintos nas áreas de habitação e saneamento, saúde, assistência social e lazer. (FPF 1)	Fluxo internacional de pessoas: destruição e contato do homem com ecossistemas naturais não antropizados aumentam possibilidades de surgimento de novas doenças e pandemias associadas a doenças existentes. (FPF 2)	Metropolização policêntrica transforma o fenômeno das cidades mundiais e requalifica a hierarquia de conexão dos modos relevantes que articulam e comandam as redes da ordem global. (FPF 3)	Alteração das relações e novas formas de tele-trabalho com o uso intensivo de TICs amplia as possibilidades de flexibilização e terceirização em vários setores da economia. (FPF 17)	Emprego simultâneo para quatro gerações de trabalhadores reconfigura o mercado de trabalho. (FPF 18)	Competências, habilidades e atitudes (CHA) são mais valorizadas pelo mercado de trabalho em geral, reposicionando o valor da educação formal. (FPF 19)
Centro-Norte (2B1)	Uso intensivo e ampliação da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agroindustrial ativa. (VTD 2B1 1)						
	Recuperação e aproveitamento das grandes extensões de terra degradadas ou abandonadas. (VTD 2B1 2)						
	Ocupação sustentável dos cerrados com adensamento tecnológico da economia agro-silvo-pastoril. (VTD 2B1 3)						
	Fortalecimento dos novos núcleos urbanos e de sua conectividade interna, ampliando a oferta de serviços públicos essenciais. (VTD 2B1 4)						
	Montagem de uma competência técnico-científica dedicada aos problemas do território. (VTD 2B1 5)						
Sertão Semi-Árido Nordestino (2B2)	Ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável. (VDT 2B2 1)						
	Dinamização de atividades adequadas ao ambiente e às culturas regionais. (VDT 2B2 2)						
	Renovação da logística para ampliar acessibilidade, integração e revitalização dos núcleos urbanos. (VDT 2B2 3)						
	Adensamento da base científico-tecnológica da região, com reforço ao ensino técnico-profissional. (VDT 2B2 4)						
	Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda. (VDT 2B2 5)						

■ Centro-Norte (2B1)

■ Sertão Semi-Árido Nordestino (2B2)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Demografia e infra-estrutura social			Educação e Trabalho		
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Aumento da população mundial, em particular da população idosa, gera necessidades e serviços distintos nas áreas de habitação e saneamento, saúde, assistência social e lazer. (FPF 1)	Fluxo internacional de pessoas, destruição e contato do homem com ecossistemas naturais não antropizados aumentam possibilidades de surgimento de novas doenças e pandemias associadas a doenças existentes. (FPF 2)	Metropolização policêntrica transforma o fenômeno das cidades mundiais e requalifica a hierarquia de conexão dos nodos relevantes que articulam e comandam as redes da ordem global. (FPF 3)	Alteração das relações e novas formas de tele-trabalho com o uso intensivo de TICs amplia as possibilidades de flexibilização e terciarização em vários setores da economia. (FPF 17)	Emprego simultâneo para quatro gerações de trabalhadores reconfigura o mercado de trabalho. (FPF 18)	Competências, habilidades e atitudes (CHA) são mais valorizadas pelo mercado de trabalho em geral, reposicionando o valor da educação formal. (FPF 19)
Centro-Oeste (2A)	Fortalecimento da malha logística associada aos transportes, à energia e à disponibilidade de água. (VTD 2A 1)						
	Consolidação da ocupação agroindustrial, ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira. (VTD 2A 2)						
	Ampliação dos esforços no ensino profissional e no desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas dedicadas ao território. (VTD 2A 3)						
	Fortalecimento dos elos que estruturam o arco Brasília-Anápolis-Goiânia e conformam a hierarquia da rede urbana do território. (VTD 2A 4)						
	Exploração de projetos comuns com países vizinhos no espírito da Integração sul-americana. (VTD 2A 5)						
Litoral Sudeste-Sul (3A)	Fortalecimento das competências em CT&I e sua mobilização para apoio à reprodução das bases de CT&I de outras partes do País. (VTD 3A 1)						
	Consolidação das articulações das cidades mundiais do País com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma. (VTD 3A 2)						
	Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura sócio-produtiva com países vizinhos, de forma a aproveitar a densa rede de cidades existentes. (VTD 3A 3)						
	Mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência. (VTD 3A 4)						

■ Centro-Oeste (2A)

■ Litoral Sudeste-Sul (3A)

Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Ciência, Tecnologia e Inovação					Economia e infra-estrutura logística				
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Convergência tecnológica (NBIC - Nano, Bio, TICs e Cogno) como elemento transformador dos sistemas de produção industrial, o que requer novo perfil de recursos humanos e novo patamar de capacitação tecnológica. (PPF 10)	Valorização do meio rural a partir do desenvolvimento de rotas alternativas para a produção de substâncias por vias biotecnológicas, que anteriormente eram obtidas por rotas de produção química. (PPF 11)	Conhecimento como determinante da capacidade do país em inovar implica em passar grandes contingentes de pessoas de nível médio para níveis superiores de formação. (PPF 12)	Universalização da inclusão digital altera profundamente os padrões de educação, comércio, governança e de relacionamento social (Relacionamento virtual em paralelo às relações cotidianas entre pessoas). (PPF 13)	Alterações nos padrões de consumo em mercados locais e globalizados induzem à constituição de mecanismos controlados pela sociedade de regulação, padronização, normalização, voltados para a qualidade e segurança de produtos industrializados e commodities. (PPF 4)	Aumento da mobilidade pessoal e da movimentação de carga em âmbito local, regional e global, leva a uma integração inteligente (comunicação wireless, entre outras) e maior articulação dos sistemas de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, aquaviário e dutoviário; a logística - entendida como vetores de produção, transporte e processamento - redesenha as redes de infra-estrutura. (PPF 5)	Crescimento da economia global com base nas finanças e na tecnologia acirra as desigualdades de renda entre indivíduos, potencializa conflitos na sociedade e recupera espaços de regulação estatal. (PPF 6)	Uso intensivo de produtos derivados da biodiversidade brasileira altera padrões de competitividade nas indústrias de fitoterápicos, cosméticos e alimentos. (PPF 7)	Uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos regionais e globais. (PPF 8)	O uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos globais. (PPF 9)
Bioma Florestal Amazônico (1)	Revolução técnico científica associada à biodiversidade e aos recursos naturais, de forma a agregar valor aos produtos e processos derivados dos ecossistemas amazônicos. (VTD 1.1)										
	Empreendedorismo regional abrindo espaço para novas fronteiras de inovação social. (VTD 1.2)										
	Logística integrada e adequada às especificidades da região, envolvendo o planejamento integrado das atividades de produção, circulação e comercialização. (VTD 1.3)										
	Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, adensando-as e dotando-as de capacidade de prover serviços e equipamentos básicos para a população e produção. (VTD 1.4)										
	Inovação institucional relacionada ao fortalecimento da presença do Estado e de seus instrumentos de ordenamento do território. (VTD 1.5)										
Litoral Norte-Nordestino (3B)	Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda. (VTD 3B 1)										
	Fortalecimento e intensificação das múltiplas relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros. (VTD 3B 2)										
	Adensamento tecnológico e comercial de novas e velhas cadeias produtivas regionais. (VTD 3B 3)										
	Modernização e diversificação econômico-produtiva das zonas dedicadas às monoculturas. (VTD 3B 4)										
	Distribuição ampla de ativos estratégicos (educação, terra, infra-estrutura e cultura). (VTD 3B 5)										

 Bioma Florestal Amazônico (1)

 Litoral Norte-Nordestino (3B)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Ciência, Tecnologia e Inovação				Economia e infra-estrutura logística					
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL X FATO PORTADOR DE FUTURO"	Convergência tecnológica (NBIC - Nano, Bio, TICs e Cogno) como elemento transformador dos sistemas de produção industrial, o que requer novo perfil de recursos humanos e novo patamar de capacitação tecnológica. (PPF-10)	Valorização do meio rural a partir do desenvolvimento de rotas alternativas para a produção de substâncias por vias biotecnológicas, que anteriormente eram obtidas por rotas de produção química. (PPF-11)	Conhecimento como determinante da capacidade do país em inovar implica em passar grandes contingentes de pessoas de nível médio para níveis superiores de formação. (PPF-12)	Universalização da inclusão digital altera profundamente os padrões de educação, comércio, governança e de relacionamento social (relacionamento virtual em paralelo às relações cotidianas entre pessoas). (PPF-13)	Alterações nos padrões de consumo em mercados locais e globalizados induzem à constituição de mecanismos controlados pela sociedade de regulação, padronização, normalização, voltados para a qualidade e segurança de produtos industrializados e commodities. (PPF-4)	Aumento da mobilidade pessoal e da movimentação de carga em âmbitos local, regional e global, leva a uma integração inteligente (comunicação wireless, entre outras) e maior articulação dos sistemas de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, aquaviário e dutoviário; a logística - entendida como vetores de produção, transporte e processamento - reflete na infraestrutura. (PPF-5)	Crescimento da economia global com base nas finanças e na tecnologia acirra as desigualdades de renda entre indivíduos, potencializa conflitos na sociedade e recupera espaços de regulação estatal. (PPF-6)	Uso intensivo de produtos derivados da biodiversidade brasileira altera padrões de competitividade nas indústrias de fitoterápicos, cosméticos e alimentos. (PPF-7)	Uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos regionais e globais. (PPF-8)	O uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos globais. (PPF-9)
Centro-Norte (2B1)	Uso intensivo e ampliação da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agroindustrial ativa. (VTD 2B1 1)										
	Recuperação e aproveitamento das grandes extensões de terra degradadas ou abandonadas. (VTD 2B1 2)										
	Ocupação sustentável dos cerrados com adensamento tecnológico da economia agro-silvo-pastoril. (VTD 2B1 3)										
	Fortalecimento dos novos núcleos urbanos e de sua conectividade interna, ampliando a oferta de serviços públicos essenciais. (VTD 2B1 4)										
	Montagem de uma competência técnico-científica dedicada aos problemas do território. (VTD 2B1 5)										
Sertão Semi-Árido Nordestino (2B2)	Ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável. (VTD 2B2 1)										
	Dinamização de atividades adequadas ao ambiente e às culturas regionais. (VTD 2B2 2)										
	Renovação da logística para ampliar acessibilidade, integração e revitalização dos núcleos urbanos. (VTD 2B2 3)										
	Adensamento da base científico-tecnológica da região, com reforço ao ensino-técnico-profissional. (VTD 2B2 4)										
	Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda. (VTD 2B2 5)										

 Centro-Norte (2B1)

 Sertão Semi-Árido Nordestino (2B2)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Ciência, Tecnologia e Inovação				Economia e infra-estrutura logística						
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Convergência tecnológica (NBIC - Nano, Bio, TICs e Cogno) como elemento transformador dos sistemas de produção industrial, o que requer novo perfil de recursos humanos e novo patamar de capacitação tecnológica.(FPF 10)	Valorização do meio rural a partir do desenvolvimento de rotas alternativas para a produção de substâncias por vias biotecnológicas, que anteriormente eram obtidas por rotas de produção química. (FPF 11)	Conhecimento como determinante da capacidade do país em inovar implica em passar grandes contingentes de pessoas de nível médio para níveis superiores de formação. (FPF 12)	Universalização da inclusão digital altera profundamente os padrões de educação, comércio, governança e de relacionamento social (relacionamento virtual em paralelo às relações cotidianas entre pessoas). (FPF 13)	Alterações nos padrões de consumo em mercados locais e globalizados induzem à constituição de mecanismos controlados pela sociedade de regulação, padronização, normalização, voltados para a qualidade e segurança de produtos industrializados e commodities.(FPF 4)	Aumento da mobilidade pessoal e da movimentação de carga em âmbitos local, regional e global, leva a uma integração inteligente (comunicação wireless, entre outras) e maior articulação dos sistemas de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, aquaviário e dutoviário; a logística - entendida como vetores de produção, transporte e processamento - reflete na infra-estrutura. (FPF 5)	Crescimento da economia global com base nas finanças e na tecnologia acirra as desigualdades de renda entre indivíduos, potencializa conflitos na sociedade e recupera espaços de regulação estatal.(FPF 6)	Uso intensivo de produtos derivados da biodiversidade brasileira altera padrões de competitividade nas indústrias de fitoterápicos, cosméticos e alimentos. (FPF 7)	Uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos regionais e globais. (FPF 8)	O uso estratégico dos recursos naturais, tais como água e outros minerais de aplicação industrial e energética acirra conflitos globais. (FPF 9)	
Centro-Oeste (2A)	Fortalecimento da malha logística associada aos transportes, à energia e à disponibilidade de água. (VTD 2A 1)											
	Consolidação da ocupação agroindustrial, ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira. (VTD 2A 2)											
	Ampliação dos esforços no ensino profissional e no desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas dedicadas ao território. (VTD 2A 3)											
	Fortalecimento dos elos que estruturam o arco Brasília-Anápolis-Goiânia e conformam a hierarquia da rede urbana do território. (VTD 2A 4)											
	Exploração de projetos comuns com países vizinhos no espírito da Integração sul-americana. (VTD 2A 5)											
Litoral Sudeste-Sul (3A)	Fortalecimento das competências em CT&I e sua mobilização para apoio à reprodução das bases de CT&I de outras partes do País. (VTD 3A 1)											
	Consolidação das articulações das cidades mundiais do País com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma. (VTD 3A 2)											
	Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura sócio-produtiva com países vizinhos, de forma a aproveitar a densa rede de cidades existentes. (VTD 3A 3)											
	Mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência. (VTD 3A 4)											

Centro-Oeste (2A)

Litoral Sudeste-Sul (3A)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Energia	Meio Ambiente		Agroindústria		Ordem Global e Governança		
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Atingimento de limites globais de extração e produção de derivados de fontes fósseis provocam o surgimento de estratégias agressivas de produção de energia a partir de fontes alternativas (hidrogênio, nuclear, biomassa, eólica, solar, entre outras). (FPF 16)	Aumento dos níveis de educação da sociedade e maior disseminação da informação sobre questões ambientais de natureza global (mudanças do clima, poluição, etc.) conduzem à valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais. (FPF 14)	Escassez de água potável, decorrente de ações destrutivas do homem; aumento da população humana e mudanças climáticas globais, causa conflitos regionais e fome, mas valoriza esse recurso como uma commodity global e estimula novos sistemas de gestão integrada dos recursos hídricos. (FPF 15)	Uso concorrente da terra para a produção de energia e alimentos e avanço das possibilidades de exploração dos recursos do mar alteram padrões existentes de produção e consumo de alimentos (energéticos e protéicos) e de energia. (FPF 20)	Baixa disponibilidade de mão-de-obra no meio rural fortalece modelos de produção de base tecnológica e familiar para o provimento de alimentos e matérias-primas alinhadas com necessidades futuras. (FPF 21)	Integração física da América do Sul provoca aumento do fluxo de bens, pessoas e capital no continente, em especial nas articulações com a região andina e caribenha. (FPF 22)	Questões econômicas (energia), sociais (pobreza, direitos humanos) e ambientais (clima, biodiversidade, desertificação, água) de natureza global levam ao fortalecimento de estruturas de governança multilaterais e aumento da participação de movimentos sociais organizados. (FPF 23)	Questões associadas aos limites do interesse público e da gestão privada em áreas estratégicas como recursos hídricos, biodiversidade, ordenamento territorial, entre outros implicam no desenvolvimento de novos modelos institucionais de gestão e governança. (FPF 24)
Biomã Florestal Amazônico (1)	Revolução técnico científica associada à biodiversidade e aos recursos naturais, de forma a agregar valor aos produtos e processos derivados dos ecossistemas amazônicos. (VTD 1.1)								
	Empreendedorismo regional abrindo espaço para novas fronteiras de inovação social. (VTD 1.2)								
	Logística integrada e adequada às especificidades da região, envolvendo o planejamento integrado das atividades de produção, circulação e comercialização. (VTD 1.3)								
	Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, adensando-as e dotando-as de capacidade de prover serviços e equipamentos básicos para a população e produção. (VTD 1.4)								
	Inovação institucional relacionada ao fortalecimento da presença do Estado e de seus instrumentos de ordenamento do território. (VTD 1.5)								
Litoral Norte-Nordestino (3B)	Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda. (VTD 3B 1)								
	Fortalecimento e intensificação das múltiplas relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros. (VTD 3B 2)								
	Adensamento tecnológico e comercial de novas e velhas cadeias produtivas regionais. (VTD 3B 3)								
	Modernização e diversificação econômico-produtiva das zonas dedicadas às monoculturas. (VTD 3B 4)								
	Distribuição ampla de ativos estratégicos (educação, terra, infraestrutura e cultura). (VTD 3B 5)								

 Biomã Florestal Amazônico (1)

 Litoral Norte-Nordestino (3B)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Energia	Meio Ambiente		Agroindústria		Ordem Global e Governança		
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Atiramento de limites globais de extração e produção de derivados de fontes fósseis provocam o surgimento de estratégias agressivas de produção de energia a partir de fontes alternativas (hidrogênio, nuclear, biomassa, eólica, solar, entre outras). (FPF 16)	Aumento dos níveis de educação da sociedade e maior disseminação da informação sobre questões ambientais de natureza global (mudanças do clima, poluição, etc.) conduzem à valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais. (FPF 14)	Escassez de água potável, decorrente de ações destrutivas do homem, aumento da população humana e mudanças climáticas globais, causa conflitos regionais e fome, mas valoriza esse recurso como uma commodity global e estimula novos sistemas de gestão integrada dos recursos hídricos. (FPF 15)	Uso concorrente da terra para a produção de energia e alimentos e avanço das possibilidades de exploração dos recursos do mar alteram padrões existentes de produção e consumo de alimentos (energéticos e protéicos) e de energia. (FPF 20)	Baixa disponibilidade de mão-de-obra no meio rural fortalece modelos de produção de base tecnológica e familiar para o provimento de alimentos e matérias-primas alinhadas com necessidades futuras. (FPF 21)	Integração física da América do Sul provoca aumento do fluxo de bens, pessoas e capital no continente, em especial nas articulações com a região andina e caribenha. (FPF 22)	Questões econômicas (energia), sociais (pobreza, direitos humanos) e ambientais (clima, biodiversidade, desertificação, água) de natureza global levam ao fortalecimento de estruturas de governança multilaterais e aumento da participação de movimentos sociais organizados. (FPF 23)	Questões associadas aos limites do interesse público e da gestão privada em áreas estratégicas como recursos hídricos, biodiversidade, ordenamento territorial, entre outros implicam no desenvolvimento de novos modelos institucionais de gestão e governança. (FPF 24)
Centro-Norte (2B1)	Uso intensivo e ampliação da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agroindustrial ativa. (VDT 2B1 1)								
	Recuperação e aproveitamento das grandes extensões de terra degradadas ou abandonadas. (VDT 2B1 2)								
	Ocupação sustentável dos cerrados com adensamento tecnológico da economia agro-silvo-pastoril. (VDT 2B1 3)								
	Fortalecimento dos novos núcleos urbanos e de sua conectividade interna, ampliando a oferta de serviços públicos essenciais. (VDT 2B1 4)								
	Montagem de uma competência técnico-científica dedicada aos problemas do território. (VDT 2B1 5)								
Sertão Semi-Árido Nordeste (2B2)	Ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável. (VDT 2B2 1)								
	Dinamização de atividades adequadas ao ambiente e às culturas regionais. (VDT 2B2 2)								
	Renovação da logística para ampliar acessibilidade, integração e revitalização dos núcleos urbanos. (VDT 2B2 3)								
	Adensamento da base científico-tecnológica da região, com reforço ao ensino-técnico-profissional. (VDT 2B2 4)								
	Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda. (VDT 2B2 5)								

 Centro-Norte (2B1)

 Sertão Semi-Árido Nordeste (2B2)

"TERRITÓRIO DA ESTRATÉGIA"	DIMENSÕES	Energia	Meio Ambiente		Agroindústria		Ordem Global e Governança		
	"VETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL x FATO PORTADOR DE FUTURO"	Atrimento de limites globais de extração e produção de derivados de fontes fósseis provocam o surgimento de estratégias agressivas de produção de energia a partir de fontes alternativas (hidrogênio, nuclear, biomassa, eólica, solar, entre outras). (FPF 16)	Aumento dos níveis de educação da sociedade e maior disseminação da informação sobre questões ambientais de natureza global (mudanças do clima, poluição, etc.) conduzem à valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais. (FPF 14)	Escassez de água potável, decorrente de ações destrutivas do homem, aumento da população humana e mudanças climáticas globais, causa conflitos regionais e fome, mas valoriza esse recurso como uma commodity global e estimula novos sistemas de gestão integrada dos recursos hídricos. (FPF 15)	Uso concorrente da terra para a produção de energia e alimentos e avanço das possibilidades de exploração dos recursos do mar alteram padrões existentes de produção e consumo de alimentos (energéticos e proteicos) e de energia. (FPF 20)	Baixa disponibilidade de mão-de-obra no meio rural fortalece modelos de produção de base tecnológica e familiar para o provimento de alimentos e matérias-primas alinhadas com necessidades futuras. (FPF 21)	Integração física da América do Sul provoca aumento do fluxo de bens, pessoas e capital no continente, em especial nas articulações com a região andina e caribenha. (FPF 22)	Questões econômicas (energia), sociais (pobreza, direitos humanos) e ambientais (clima, biodiversidade, desertificação, água) de natureza global levam ao fortalecimento de estruturas de governança multilaterais e aumento da participação de movimentos sociais organizados. (FPF 23)	Questões associadas aos limites do interesse público e da gestão privada em áreas estratégicas como recursos hídricos, biodiversidade, ordenamento territorial, entre outros implicam no desenvolvimento de novos modelos institucionais de gestão e governança. (FPF 24)
Centro-Oeste (2A)	Fortalecimento da malha logística associada aos transportes, à energia e à disponibilidade de água. (VTD 2A 1)								
	Consolidação da ocupação agroindustrial, ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira. (VTD 2A 2)								
	Ampliação dos esforços no ensino profissional e no desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas dedicadas ao território. (VTD 2A 3)								
	Fortalecimento dos eixos que estruturam o arco Brasília-Anápolis-Goiânia e conformam a hierarquia da rede urbana do território. (VTD 2A 4)								
	Exploração de projetos comuns com países vizinhos no espírito da Integração sul-americana. (VTD 2A 5)								
Litoral Sudeste-Sul (3A)	Fortalecimento das competências em CT&I e sua mobilização para apoio à reprodução das bases de CT&I de outras partes do País. (VTD 3A 1)								
	Consolidação das articulações das cidades mundiais do País com as redes estabelecidas e pólos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma. (VTD 3A 2)								
	Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura sócio-produtiva com países vizinhos, de forma a aproveitar a densa rede de cidades existentes. (VTD 3A 3)								
	Mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência. (VTD 3A 4)								

■ Centro-Oeste (2A)

■ Litoral Sudeste-Sul (3A)

10. ANEXO III – LINHA DO TEMPO POR HORIZONTE TEMPORAL

ANO	2007	2008	2009	2010	2011
GLOBAL	<p>Um bilhão de pessoas vivem em favelas, 90% nos países em desenvolvimento dos quais 40% na Índia ou China.</p> <p>2,5 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$2 por dia.</p> <p>45% da população tem telefone, 27% têm telefones celulares, 80% têm acesso à TV.</p> <p>16% do mundo está conectado à Internet, VOIP representa 75% dos serviços de voz.</p> <p>2,3 bilhões de pessoas (36%) vivem em ditaduras.</p>	<p>Pela primeira vez, a população mundial urbana supera a rural.</p>	<p>Índia lança computador de 10 dólares.</p> <p>Microrrobô transmite imagens do corpo humano fora do alcance dos catéteres.</p>	<p>A taxa de declínio da força de trabalho japonesa passa a ser de 1% ao ano.</p> <p>Migrações dos países pobres para os países ricos intensificada.</p> <p>Países em desenvolvimento contribuem com metade da economia mundial.</p> <p>Televisão pela Internet - TV sobre IP.</p> <p>Células combustível têm custos competitivos.</p> <p>Combustíveis renováveis suprem 5,75% de todo combustível de transporte na Europa.</p> <p>Mercado global de etanol é de cerca de 66 bilhões de litros.</p> <p>Consumo mundial de energia é de 511 quadrilhões de Btu.</p> <p>Manutenção do potencial competitivo do petróleo.</p> <p>Custos gerais e os riscos trazidos pelas mudanças climáticas equivalem a uma perda de 5% do PIB mundial por ano.</p> <p>Riscos para as sociedades humanas e ecossistemas aumentam significativamente devido ao aquecimento global.</p> <p>Centralidade da China na nova dinâmica dos fluxos de comércio de alimentos.</p> <p>Comercialização de alimentos funcionais e nutracêuticos.</p> <p>A escolaridade média mundial é de 9,1 anos; na América Latina este valor cai para 7,4 anos.</p>	<p>A população virtual é de 50 milhões; 80% dos usuários ativos da Internet têm uma "second life".</p> <p>LCD domina mercado de displays (2011, Sherwood).</p>
ANO	2007	2008	2009	2010	2011
NACIONAL	<p>Esperança de vida ao nascer: 72 anos.</p> <p>Brasil ocupa a 12ª posição entre os maiores usuários de banda larga, com 1,6 milhão de usuários.</p> <p>O uso da água, face à sua escassez, apresenta problemas geopolíticos.</p>	<p>Mercado nacional de biodiesel corresponde a 1 bilhão de litros, com produção regionalizada.</p> <p>Brasil ocupa a sexta posição na preferência dos investidores internacionais de P&D.</p>	<p>Brasil testa vacina contra AIDs em seres humanos saudáveis.</p> <p>Entra em funcionamento o primeiro centro do país voltado para transformação de medicamentos ainda em teste produzidos em escala industrial.</p>	<p>PIB é de US\$ 668bi, representando US\$3417 per capita.</p> <p>O Brasil é o terceiro maior mercado de computadores do mundo.</p> <p>Brasil investe 2% do PIB em CT&I.</p> <p>Brasil forma 15 mil doutores por ano.</p> <p>Consumo de energia elétrica 443,5 TWh.</p> <p>Brasil exporta 13,3 bilhões de litros de etanol.</p> <p>Brasil responde pela captação de US\$ 1 bilhão, representando 10% do mercado internacional de créditos de carbono.</p> <p>Emissões de CO2 decorrentes do desmatamento correspondem a quase 75% das emissões nacionais.</p> <p>A PEA atinge 74 milhões.</p> <p>130 mil escolas públicas contam com ferramentas de informática.</p> <p>Brasil tem controle de mar jurisdicional de área equivalente a 4,4 milhões km2.</p>	<p>Lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS4.</p> <p>Expansão do cultivo da cana para fins energéticos.</p> <p>Internet: novo padrão de IP (IPv6) adotado no país.</p>

ANO	2012	2013	2014	2015	2016
GLOBAL	<p>O mercado global de nanotecnologia chega a 2,6 trilhões de dólares (2012, NAE)</p>	<p>Gripe aviária: mutação genética provoca contágio de humanos para humanos e 25 milhões de pessoas podem ser infectadas. China é o novo centro petroquímico mundial. Diagnóstico médico completo em 1 chip. Etanol como commodity global. Novos sistemas de monitoramento ambiental permitem compreender mudanças nos sistemas oceânicos e terrestres, na atmosfera e extratossfera, em tempo real. Disponibilidade de alimentos ameaçada pela produção de biocombustíveis. Rastreabilidade dos alimentos generalizada. Os empregados nas empresas pertencem a quatro gerações diferentes. A privacidade do cidadão é ameaçada pela evolução das TICs.</p>	<p>70 milhões de Baby Boomers começam a se aposentar nos Estados Unidos.</p>	<p>Gripe aviária: mutação genética provoca contágio de humanos para humanos e 25 milhões de pessoas podem ser infectadas. China é o novo centro petroquímico mundial. Diagnóstico médico completo em 1 chip. Etanol como commodity global. Novos sistemas de monitoramento ambiental permitem compreender mudanças nos sistemas oceânicos e terrestres, na atmosfera e extratossfera, em tempo real. Disponibilidade de alimentos ameaçada pela produção de biocombustíveis. Rastreabilidade dos alimentos generalizada. Os empregados nas empresas pertencem a quatro gerações diferentes. A privacidade do cidadão é ameaçada pela evolução das TICs.</p>	<p>Idade mínima para aposentadoria passa para 75 anos em decorrência da crise na previdência nos países desenvolvidos.</p>
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
NACIONAL	<p>Brasil tem 200 milhões de habitantes. O Brasil é responsável por 1% do mercado nanotecnológico, correspondendo a US\$ 26 bilhões. Risco de déficit de energia elétrica.</p>	<p>A produção de etanol é de 30 bilhões de litros. Brasil se consolida como principal fornecedor de carne bovina para o mercado asiático. Demanda adicional de óleo de soja de 2,5 milhões de toneladas. Um computador por aluno.</p>	<p>Balança comercial brasileira volta a ser deficitária. Brasil exporta 50 milhões de toneladas de soja.</p>	<p>PIB brasileiro é US\$ 952bi. Consumo de energia elétrica: 566,8 TWh A demanda de biodiesel representa 1,5 bilhão de litros. A PEA atinge 79 milhões.</p>	<p>Etanol de cana-de-açúcar substitui 5% da gasolina mundial. Brasil é o maior exportador de soja em grão e representa 54,5% do mercado mundial.</p>

ANO	2020	2021	2025	2027
GLOBAL	<p>A taxa de idosos na população japonesa atinge 46%. Ásia aumenta sua participação no PIB mundial para 43%, mas a renda per capita permanece menor do que nas economias desenvolvidas ocidentais. 100 milhões de carros vendidos em todo o mundo, sendo 40% das vendas na Ásia.</p> <p>Sistemas wireless usados extensivamente na produção agropecuária.</p> <p>Biomateriais para implante no corpo humano para regeneração de tecidos e reparo in-situ são alternativas para cirurgia.</p> <p>Dispositivos de comunicação para acesso à informação em qualquer lugar (ubíquo).</p> <p>Produção de energia a partir de hidrogênio responde por 25% da matriz energética mundial.</p> <p>O uso generalizado de TICs permite o armazenamento e recuperação de dados dos pacientes, melhorando o acompanhamento e o atendimento remoto.</p> <p>Competição por recursos energéticos acompanhada por ruptura no suprimento de petróleo.</p> <p>Consumo mundial de energia: 607 quadrilhões de Btu.</p> <p>Combustíveis renováveis representam 10% de todo combustível de transporte na Europa.</p> <p>Veículos vendidos: Híbridos (32%); Gasolina (26%); Biocombustível (19%); Eletricidade (15%); Hidrogênio (9%)</p> <p>A demanda de petróleo dos países em desenvolvimento representa 41% do total mundial. A China representa 11%.</p> <p>Energia nuclear responde por 40% da matriz energética mundial.</p> <p>O custo dos desastres ecológicos relacionados ao aquecimento global atinge US\$ 150 bi por ano.</p> <p>A força de trabalho é mais idosa e mais feminina.</p> <p>O Islã permanece como uma força poderosa.</p>	<p>O reduzido suprimento de água na China impacta a economia global.</p> <p>Mudanças climáticas têm impactos na saúde humana: novas doenças, emergência e re-emergência de doenças infecciosas, ondas de calor afetando a saúde principalmente de pessoas idosas.</p> <p>A agricultura representa 70% do uso da água.</p> <p>Maior instabilidade nas safras de commodities por causa das mudanças climáticas globais (eventos extremos).</p>	<p>Emigração de habitantes de países ricos é intensificada.</p> <p>Robôs e ambientes inteligentes melhoram os cuidados e a independência dos idosos.</p> <p>Consumo mundial de energia: 654 quadrilhões de Btu.</p> <p>Consumo de etanol alcança 88,6 bilhões de litros.</p> <p>Entre 30 e 75 milhões de pessoas têm problemas com a falta d'água na América Latina.</p> <p>O consumo de carnes atinge 303 milhões de toneladas, sendo 115 milhões nos países desenvolvidos e 188 naqueles em desenvolvimento.</p>	<p>A Terra tem cerca de 8 bilhões de habitantes, 60% deles vivendo em cidades.</p> <p>Nos países em desenvolvimento este percentual é de 80%.</p> <p>Aumento significativo das fontes renováveis, energia nuclear e hidrogênio na matriz energética mundial.</p> <p>O número de mulheres nas universidades supera o de homens.</p> <p>Passa a vigorar, nos Estados Unidos, a idade mínima de 65 anos para aposentadoria.</p>

ANO	2020	2021	2025	2027
NACIONAL	<p>O Brasil tem 55 milhões de contribuintes e 20 milhões de beneficiários da Previdência Social.</p> <p>Biodiesel responde por 35% da matriz energética nacional.</p> <p>INPE terá lançado 11 novos satélites.</p> <p>A PEA atinge 82 milhões.</p>	<p>Diminuição das chuvas durante a estação seca nas regiões tropicais.</p> <p>Elevação do nível do mar entre 6 a 10 cm, pondo em risco as regiões costeiras do litoral brasileiro.</p> <p>As temperaturas sobem entre 0,5 C e 1,8 C nas regiões tropicais do país.</p>	<p>PIB brasileiro é US\$ 952bi.</p> <p>Consumo de energia elétrica: 566,8 TWh</p> <p>A demanda de biodiesel representa 1,5 bilhão de litros.</p> <p>A PEA atinge 79 milhões.</p>	<p>Brasil tem 232 milhões de habitantes.</p> <p>Esperança de vida ao nascer: 77 anos.</p> <p>Taxa de fecundidade de 1,8 é mais baixa que taxa de reposição.</p> <p>Demanda de energia per capita atinge 2,3 toneladas equivalentes de petróleo.</p> <p>Quatro energéticos são necessários para abranger 77% do consumo: petróleo, energia hidráulica, cana-de-açúcar e gás natural.</p> <p>45% de toda a energia consumida no país é renovável.</p> <p>A produção doméstica de gás natural se eleva para cerca de 250 milhões de m³/dia e o consumo para 267 milhões.</p>

11. ANEXO IV – RELAÇÃO DE DIRETRIZES ESTADUAIS – COMPILAÇÃO

Relações dos vetores do Centro-Oeste (Território Estratégico 2A) com os Planos de Governos Estaduais			
Ordem	Vetores	GO	MT
VDT 2A.1	Fortalecimento da malha logística associada aos transportes e à energia	- Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos (Transporte/Logística e Energia)	- investimento em infra-estrutura e logística.
VDT 2A.2	Consolidação da ocupação agroindustrial, ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira.	- Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos (Agronegócio; Indústria, Comércio e Serviços; Mineração; Turismo); - Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social (Meio Ambiente e Responsabilidade Social)	- expansão do agronegócio - diversificação e adensamento das cadeias produtivas - conflitos e estrutura fundiária; - gestão ambiental do Estado; - desaceleração do crescimento demográfico e do fluxo migratório.
VDT 2A.3	Ampliação dos esforços no ensino profissional e nas competências científicas e tecnológicas dedicadas	- educação universalizadora de oportunidades - Conhecimento e Inovação Tecnológica (C&T/ Educação Superior) - Cultura, Movimento e Cidadania (Cultura; Esporte e Lazer) - Planejamento, Avanço de Gestão e Qualidade dos serviços Públicos (Gestão Pública; Regulação de Serviços Públicos) - Parceria – Estratégia para o Desenvolvimento (Inclusão Econômica)	- política social do Estado - inovação e desenvolvimento tecnológico
VDT 2A.4	Fortalecimento dos elos que estruturam o arco Brasília-Anápolis-Goiânia	- Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis (Desenvolvimento Regional/Urbano e Apoio aos Municípios; Saneamento Básico) - Rede de Proteção e Inclusão Social (Desenvolvimento e Inclusão Social) - Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão (Saúde) - Segurança Pública Integral (Segurança Pública e Justiça)	
VDT 2A.5	Exploração de projetos comuns com países vizinhos no espírito da Integração sul-americana	- Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos (Comércio Exterior e Relações Internacionais;)	- integração com o mercado mundial de alimentos e energia. - incipiente expansão do mercado interno;

Relações dos vetores do Litoral Norte-Nordestino e do Semi-Árido com os Planos de Governos Estaduais				
Ordem	Vetores Litoral Norte-Nordestino	CE	PE	BA
VDT 3B.1	Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Econômico (emprego e renda, micro e pequenas empresas, desenvolvimento rural, pesca e aquíicultura, desenvolvimento industrial, modernização do comércio e serviços, turismo sustentável) - Educação, Ciência e Tecnologia (Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional Tecnológica e Agrotécnica; CT&I) 	<ul style="list-style-type: none"> - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação - Infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica (Água e Saneamento, Política de Transportes, Energia para o Desenvolvimento, Política Ambiental) 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo (valorização da cultura popular e diversidade cultural) - Desenvolvimento social (fomento de atividades econômicas, de inserção social pelo trabalho) - Habitação (produção e melhorias habitacionais em parcerias; cooperativas urbanas e rurais; assistência técnica à autoconstrução) - Saúde (consórcios municipais; produção pública de medicamentos; implantação de redes laboratoriais)
VDT 3B.2	Fortalecimento e intensificação das múltiplas relações que o território mantém com a fronteira marítima.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Econômico (pesca e aquíicultura, desenvolvimento industrial, modernização do comércio e serviços, turismo sustentável) 	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica (Política de Transportes, Energia para o Desenvolvimento, Política Ambiental) 	<ul style="list-style-type: none"> - Transporte (ampliação e construção de aeroportos, duplicação da BR 101; novos vetores de expansão urbana) - Meio ambiente (coibir o desmatamento, pesca predatória, poluição das águas; corredor da Mata Atlântica)
VDT 3B.3	Adensamento tecnológico e comercial de novas e velhas cadeias produtivas regionais	<ul style="list-style-type: none"> - Educação, Ciência e Tecnologia (Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional Tecnológica e Agrotécnica; CT&I) - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (Infra-estrutura hídrica, energia, transporte e comunicação, logística, transporte intermunicipal, desenvolvimento urbano e regional); 	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização do estado (Educação, Cultura e Diversidade, Direito à Moradia e Saneamento, Saneamento básico) - Desenvolvimento econômico para todos - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Rural (desenvolvimento rural sustentável identificado com a territorialidade; Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Fiscalização do Trabalho Rural, Apoio a Agropecuária) - Desenvolvimento social (idem) - Educação (aumento de incentivos em C&T para APLs, TIC, redes de biotecnologia e meio ambiente, desenvolvimento de tecnologias alternativas e limpas de energia; criação de CTT)
VDT 3B.4	Diversificação econômico-produtiva de vastas zonas dedicadas às monoculturas	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (Idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento econômico para todos 	<ul style="list-style-type: none"> - Rural (idem) - Desenvolvimento social (idem)

Relações dos vetores do Litoral Norte-Nordestino e do Semi-Árido com os Planos de Governos Estaduais				
Ordem	Vetores Litoral Norte-Nordestino	CE	PE	BA
VDT 3B.5	Distribuição ampla de ativos estratégicos (educação, terra, infra-estrutura e cultura)	<ul style="list-style-type: none"> - Educação, Ciência e Tecnologia (idem) - Cultura - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (idem); - Assistência Social e Segurança Alimentar (Rede de Serviços sócio-assistenciais; Pessoas com deficiências especiais; Idosos; Segurança familiar) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento econômico para todos - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação - Democratização do Estado (idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação (idem) - Transporte (idem) - Saúde (idem) - Cultura (conceber a cultura como elemento gerador de emprego e renda; financiar a comercialização e a produção do artesanato, regulamentar o microcrédito cultural) - Turismo (idem) - Desenvolvimento social (idem)
Ordem	Vetores Sertão Semi-Árido Nordeste	CE	PE	BA
VDT 2C.1	Ampla socialização do acesso à água e promoção de seu uso sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> - Meio ambiente - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (Infra-estrutura hídrica, energia, transporte e comunicação, logística, transporte intermunicipal, desenvolvimento urbano e regional); - Planejamento e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica (Água e Saneamento, Política de Transportes, Energia para o Desenvolvimento, Política Ambiental) 	<ul style="list-style-type: none"> - Saneamento (Construção de aguadas, cisternas, reservatórios de estocagem da água pluvial e de enxurradas na zona rural; suporte a política de oferta de água para as cidades com mais de 5 mil hab, em parceria com governos municipal e federal, por meio do desenvolvimento de sistemas de adutoras e poços artesianos) - Meio ambiente (revitalização do Rio São Francisco, saneamento ambiental);
VDT 2C.2	Dinamização de atividades adequadas ao ambiente e à cultura regionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Meio ambiente - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (idem) - Planejamento e gestão - Cultura - Desenvolvimento Econômico (Turismo sustentável) 	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização do estado (Educação, Cultura e Diversidade, Política de Esportes, Saúde, Saneamento básico, Cidadania e Direitos Sociais, Gestão Democrática do Estado) - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Meio ambiente (implementar ZEE, corredores ecológicos da caatinga, política florestal) - Cultura (idem) - Turismo (idem) - Desenvolvimento social (idem) - Rural: (idem)

Ordem	Vetores Sertão Semi-Árido Nordeste	CE	PE	BA
VDT 2C.3	Logística voltada para a solução dos problemas de circulação.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social (energia, transporte e comunicação, logística, transporte intermunicipal); - Planejamento e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura para o desenvolvimento e auto-sustentabilidade hídrica (idem) - Democratização do estado (Gestão Democrática do Estado) 	<ul style="list-style-type: none"> - Transporte (melhorar rede estadual de estradas, inclusive vicinais; criar centros de distribuição e armazenamento; implantar corredor Leste-Oeste, especialmente de ferrovias, direcionado para os portos baianos de Aratu, Ilhéus e Marau; apoio logístico à construção do anel ferroviário de São Félix e Cachoeira, integrar o estado com o Oceano Pacífico; construção e ampliação de aeroportos)
VDT 2C.4	Adensamento da base científico-tecnológica da região.	<ul style="list-style-type: none"> - Educação, Ciência e Tecnologia (Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional Tecnológica e Agrotécnica; CT&) - Cultura - Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização do estado (idem) - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação (idem) - Saúde (idem)
VDT 2C.5	Esforço decisivo em educação e ensino técnico-profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Educação, Ciência e Tecnologia (idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização do estado (idem) - Interiorização do Desenvolvimento: Instrumentos de Ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação (escola de tempo integral; bibliotecas em escolas estaduais abertas à comunidade; ampliar redes de escolas técnicas; fortalecimento dos programas de pós-graduação e atrair novos investimentos federais para implantação de novas universidades e escolas técnicas federais) - Meio Ambiente (educação ambiental com estratégias para o setor formal e informal) - Saúde (implantar cursos técnicos de radiologia, saúde bucal e ampliação da oferta de auxiliar e técnico de enfermagem, implantar cursos de residência médica nos hospitais dos pólos regionais) - Turismo (programa de qualificação tecnológica)

Relação dos vetores Bioma Amazônico (Território Estratégico 1) com o PPA Estadual			
Ordem	Vetores	PA (PPA 2008-2011)	AM (PPA 2004-2007)
VDT 1.1	Revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar decisivamente os produtos da floresta e suas águas	Conservação dos ecossistemas como princípio da estratégia econômica; valorização dos recursos naturais, sociais e culturais para o desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> -Fortalecer o Pólo Industrial de Manaus com foco na produção de componentes eletrônicos, e o desenvolvimento de logística de exportação. -Recuperar a capacidade científica e tecnológica no Estado visando atender às demandas tanto da indústria de tecnologia de ponta, quanto das potenciais atividades produtivas relacionadas ao manejo da biodiversidade pelas comunidades locais do interior do Amazonas.
VDT 1.2	Empreendedorismo regional abrindo espaço para novas fronteiras de inovação social.	<p>Universalização dos serviços essenciais; garantia de oportunidades a todos e garantia de renda como resultado de dinamização e diversificação econômica. Buscar novo modelo de desenvolvimento econômico, por meio da diversificação da matriz produtiva existente e dinamização das zonas de conservação.</p> <p>Diversificar a matriz produtiva existente nos espaços de expansão e consolidação, buscando os objetivos de:</p> <p>Contribuir com os superávits comerciais do Brasil expansão e agregação de valor no setor minerário; fortalecimento do turismo; agronegócio diferenciado e regulado;</p> <p>Ampliação do mercado de consumo de massa: apoio a agricultura familiar na geração de alimentos; políticas de emprego e renda articuladas com a economia solidária; apoio aos Arranjos Produtivos Locais como prioridade na política industrial e de inovação;</p> <p>Dinamizar a nova economia sócio-ambiental</p> <p>Superar os limites dos piores indicadores sociais e de oferta de serviços públicos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Incentivar a formação de arranjos produtivos para o manejo sustentável da biodiversidade do Amazonas com vistas à geração de emprego e renda para as populações do interior do Estado. -Promover a integração das ações desenvolvidas pelos órgãos de governo, com vistas à implementação sinérgica e bem sucedida do Programa Zona Franca Verde em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental. -Incentivar a criação e o fortalecimento de micro e pequenas empresas, com vistas à substituição da importação de produtos de baixa complexidade tecnológica, bem como à redução da informalidade das empresas e seus trabalhadores. -Criar condições para o aproveitamento do potencial turístico-ecológico e cultural amazonense, com vistas à geração de oportunidades de trabalho e renda. -Implementar estratégia de segurança alimentar na entre-safra do pescado para atender as populações mais carentes.
VDT 1.3	Logística integrada e adequada às especificidades da região, envolvendo o planejamento integrado das atividades de produção, circulação e processamento da produção.	Convergência territorial como método de orientação da alocação dos investimentos públicos e privados com vistas a uma organização do território mais equilibrada; Adequação da estratégia para cada realidade regional, respeitando os aspectos sócio-ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> -Prover infra-estrutura (transporte, energia, comunicações) adequada às necessidades da produção e do consumo.

Relação dos vetores Bioma Amazônico (Território Estratégico 1) com o PPA Estadual

Ordem	Vetores	PA (PPA 2008-2011)	AM (PPA 2004-2007)
VDT 1.4	Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, adensando-as e dotando-as de capacidade de prover serviços e equipamentos básicos para a população e produção.	Integração de políticas e programas, visando otimizar os resultados da aplicação dos recursos públicos, por meio da convergência territorial e da focalização em torno de público alvo delimitado;	<ul style="list-style-type: none"> -Melhorar a qualidade e a humanização do atendimento em saúde, com ênfase na recuperação e construção da infraestrutura hospitalar de média e alta complexidade em pólos regionais e na municipalização da atenção básica. -Melhorar as condições de moradia e saneamento básico e assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. -Implantar um novo modelo de escola, tendo como foco a qualidade do ensino. -Melhorar a segurança da população com implementação de políticas públicas integradas de prevenção à violência.
VDT 1.5	Inovação institucional relacionada ao fortalecimento da presença do Estado e de seus instrumentos de ordenamento como o zoneamento ecológico-econômico.	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação articulada com a estratégia nacional; - Coexistência de duas economias, identificadas no espaço delimitado pelo Macrozoneamento Ecológico-Econômico: i) Matriz produtiva existente ocupando até 35% do território paraense; ii) Nova Economia Sócio-Ambiental (Economia Amazônida) ocupando, no mínimo, 65% do território paraense 	<ul style="list-style-type: none"> -Implementar, em parceria com governo federal, municípios e poderes judiciário e legislativo, políticas integradas para solução das questões fundiária, indígena e ambiental. -Implementar um novo modelo de gestão pública para o Estado do Amazonas orientado para o cidadão e pautado pela transparência, participação e controle da sociedade. -Recuperar a capacidade de planejamento e gestão do Estado com foco na incorporação de técnicas modernas de gestão e na qualificação dos servidores. -Ampliar capacidade de financiamento das ações governamentais, mediante estabelecimento de parcerias com Governo Federal, Iniciativa Privada e Organizações Não-Governamentais.

Relação dos vetores Centro-Norte (Território Estratégico 2B1) com o PPA 2008-2011 Estadual

Ordem	Vetores	PA
VDT 2B1.1	Uso intensivo e ampliação da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agroindustrial ativa.	-Novo modelo de desenvolvimento econômico, diversificação da matriz produtiva e dinamização das zonas de conservação, novo marco legal de regularização de atividades, geração de emprego e renda, investimentos para aumento de produtividade inovadora e maior presença em mercados, com compromisso de consistência fiscal.
VDT 2B1.2	Recuperação e aproveitamento das grandes extensões de terra degradadas ou abandonadas.	<ul style="list-style-type: none"> -Diversificar a matriz produtiva existente nos espaços de expansão e consolidação, buscando os objetivos de: -Dinamizar a nova economia sócio-ambiental, com a melhoria da qualidade de vida e gestão pública descentralizada; -Superar os limites dos piores indicadores sociais e de oferta de serviços públicos

Relação dos vetores Centro-Norte (Território Estratégico 2B1) com o PPA 2008-2011 Estadual		
Ordem	Vetores	PA
VDT 2B1.3	Ocupação sustentável dos cerrados com adensamento tecnológico da economia agro-silvo-pastoril.	<ul style="list-style-type: none"> -Conservação dos ecossistemas como princípio da estratégia econômica; valorização dos recursos naturais, sociais e culturais para o desenvolvimento. -Universalização dos serviços essenciais; garantia de oportunidades a todas e todos e garantia de renda como resultado de dinamização e diversificação econômica. -Convergência territorial como método de orientação da alocação dos investimentos públicos e privados com vistas a uma organização do território mais equilibrada; -Adequação da estratégia para cada realidade regional, respeitando os aspectos sócioambientais. -Produtos e serviços gerados pela nova economia pressupondo conservação dos ecossistemas existentes e valorização dos serviços ambientais;
VDT 2B1.4	Fortalecimento dos novos núcleos urbanos e de sua conectividade interna, ampliando a oferta de serviços públicos essenciais.	-Integração de políticas e programas, visando otimizar os resultados da aplicação dos recursos públicos, por meio da convergência territorial e da focalização em torno de público alvo delimitado;
VDT 2B1.5	Montagem de uma competência técnico-científica dedicada aos problemas do território	<ul style="list-style-type: none"> -Atuação articulada com a estratégia nacional; -Coexistência de duas economias, no espaço delimitado pelo Macrozoneamento Ecológico-Econômico: i) Matriz produtiva existente ocupando até 35% do território; ii) Nova Economia Sócio-Ambiental (Economia Amazônica) ocupando, no mínimo, 65% do território paraense.

Relação dos vetores do Litoral Sudeste-Sul (Território 3A) com os Planos de Governos e PPA Estaduais

Ordem	Vetores	MG	RJ	RS	PR (PPA 2004-2007)	SP (PPA 2004-2007)
VDT 3A.1	Fortalecimento das competências em CT&I, mobilizando-as para apoiar bases de C,T&I de outras partes do País.	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas instruídas, qualificadas e saudáveis (Ensino fundamental e médio, Ensino superior, Cultura, Saúde, Esportes) - Empresas dinâmicas e inovadoras: pacto pela competitividade (Infra-estrutura de transporte e logística, Programas de C&T, Programas de fomento produtivo, Desenvolvimento agrícola, Energia, Emprego, Turismo) - Equidade entre pessoas e regiões (Programas destinados aos segmentos sociais mais vulneráveis, Desenvolvimento metropolitano, regional e consolidação da rede de cidades) 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão pública com tecnologia da informação comunicação a serviço do cidadão (Governo Eletrônico e Modernização da Gestão, Estado Digital, Inclusão digital, Fomento ao Setor de Tecnologia da Informação) - Desenvolvimento Econômico Infra - Estrutura Logística (Energia, Aeroportos, Portos, Ferrovias e Rodovias); Formação e Qualificação de Mão de Obra (Qualificação Profissional, Educação Superior, Ensino Profissional) - Ciência e Tecnologia (Desenvolvimento Científico, A Inovação Tecnológica, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Regional, Atualização Permanente de Professores) 	<ul style="list-style-type: none"> - Inovação, Ciência e Tecnologia (Interiorização do processo de geração tecnológica e difusão da inovação) - Tecnologia da informação - Educação - Modernização da gestão pública e governo eletrônico - Associativismo, cooperativismo e redes 	Educação, Inovação e Cultura: articulação de programas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado e uma maior capacitação da sua população, uma vez que tais fatores são, na atualidade, determinantes para a competitividade econômica.	Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ênfase estará centrada: <ul style="list-style-type: none"> I - na redução do custo como uma das condições principais de melhoria da competitividade sistêmica visando à atração de novos investimentos e sem comprometer o equilíbrio fiscal; II - na redução das desigualdades sociais não só como um dos aspectos da redução do custo, mas também pela melhoria contínua da qualidade de vida da população paulista; III - na redução das desigualdades regionais; IV - na qualificação de sua mão-de-obra.

Relação dos vetores do Litoral Sudeste-Sul (Território 3A) com os Planos de Governos e PPA Estaduais						
Ordem	Vetores	MG	RJ	RS	PR (PPA 2004-2007)	SP (PPA 2004-2007)
VDT 3A.2	Consolidação do policentrismo apoiado na qualidade da logística existente olhando as redes do Cone Sul.	- Empresas dinâmicas e inovadoras (idem) - Equidade entre pessoas e regiões (Segurança alimentar, Reforma agrária).	- Transportes (Rede atual de transportes, Transporte rodoviário) - Gestão pública com tecnologia da informação a serviço do cidadão (idem) - Desenvolvimento Economico (interiorização do desenvolvimento econômico, Petróleo, Gás e Recursos Minerais, Petroquímica, Plásticos e Química, Indústria Naval e Mercante, Agricultura, Pecuária e Pesca); Infra -Estrutura Logística (Energia, Aeroportos, Portos, Ferrovias e Rodovias)	- Tecnologia da informação - Modernização da gestão pública e governo eletrônico - Agropecuária (Área de Biotecnologia; Controle da sanidade animal e vegetal; Diversificação de culturas; Cooperativismo e associativismo) - Exportações (Estimular fortemente o aumento do valor agregado das exportações) - Transportes e Sistemas Logísticos (Recuperar a capacidade de investimento do Tesouro; captação de novos recursos internacionais e desenvolvendo soluções de parceria com a iniciativa privada e os municípios (como nos casos de PPPs e Pedágios Comunitários) - Turismo - Modernização da gestão pública e governo eletrônico	-Infra-estrutura e meio ambiente: criação de maiores vínculos entre os centros de P&D e o setor produtivo, da expansão da infra-estrutura portuária, da melhoria do sistema rodoviário do Estado e do acesso de empresas locais ao crédito de longo prazo.	Estratégias principais: • Busca de sintonia estreita das ações do PPA às demandas e potencialidades das diferentes regiões do território do Estado • Ação mais articulada entre os diferentes órgãos de Governo. A atuação integrada dos instrumentos setoriais de ação promove maior eficiência das políticas públicas. • Melhoria da interface com o setor privado e administrações municipais de modo a potencializar parcerias e investimentos no Estado. • Promoção da articulação e convergência dos programas do Governo Federal com os do Plano Plurianual do Estado

Relação dos vetores do Litoral Sudeste-Sul (Território 3A) com os Planos de Governos e PPA Estaduais

Ordem	Vetores	MG	RJ	RS	PR (PPA 2004-2007)	SP (PPA 2004-2007)
VDT 3A.3	Aprimoramento da estrutura sócio-produtiva e estímulo a projetos de integração com países vizinhos.	<ul style="list-style-type: none"> - Equidade entre pessoas e regiões (idem) - Cidades limpas e seguras (Segurança pública) - Empresas dinâmicas e inovadoras: pacto pela competitividade (idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Econômico (Interiorização do desenvolvimento econômico, Infra -Estrutura Logística (Energia, Aeroportos, Portos, Ferrovias e Rodovias) - Gestão pública com tecnologia da informação comunicação a serviço do cidadão (idem) - Transportes (Rede atual de transportes, Transporte rodoviário) 	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia da informação - Modernização da gestão pública e governo eletrônico - Agropecuária (idem) - Exportações (Estimular fortemente o aumento do valor agregado das exportações) - Transportes e Sistemas Logísticos (idem) - Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> -Expansão Produtiva - estímulos à ampliação de sua base produtiva (agricultura, indústria, comércio, serviços) via crescimento dos investimentos e aumento da produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas para aprimorar políticas regionais: <ul style="list-style-type: none"> • Articular a implantação de agências regionais de desenvolvimento; • Criar condições de competitividade, identificando e monitorando as ações para a eliminação de gargalos que restringem as oportunidades regionais; • Implantar infra-estrutura de pesquisa regionais e serviços especializados; • Promover a implantação de processos que incorporem proteção ambiental e a segurança industrial; • Promover o aprimoramento técnico aos municípios e à gestão; • Desenvolver projetos para orientar a aplicação de recursos de fundos regionais;

Relação dos vetores do Litoral Sudeste-Sul (Território 3A) com os Planos de Governos e PPA Estaduais						
Ordem	Vetores	MG	RJ	RS	PR (PPA 2004-2007)	SP (PPA 2004-2007)
VDT 3A.4	Mudança nas condições de vida nos grandes centros urbanos com maior integração social	<ul style="list-style-type: none"> - Cidades limpas e seguras (Segurança pública, Habitação, Saneamento, Meio ambiente) - Equidade entre pessoas e regiões (idem) - Pessoas instruídas, qualificadas e saudáveis (idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo (Desenvolvimento Institucional, InfraEstrutura de Apoio, Fomento ao Turismo, Sistema de Informação ao Turista, Promoção e Marketing do Turismo) - Defesa civil - Cultura - Transportes (Rede atual de transportes, Transporte rodoviário, Barcas, Trens, Metrô, Integração) - Desenvolvimento Economico (idem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Associativismo, cooperativismo e redes - Turismo - Educação - Segurança - Saúde - Saneamento - Habitação - Igualdade social e terceiro setor - Inovação, Ciência E Tecnologia (Interiorização do processo de geração tecnológica e difusão da inovação) - Energia - Indústria, Comércio e Serviços (Política de Fomento agrícola; Políticas de fomento industrial; Combinar políticas de promoção da competitividade nos setores tradicionais com políticas de estímulo para a capacitação competitiva das empresas e para novos investimentos) 	<ul style="list-style-type: none"> -Emprego, Cidadania e Solidariedade - ampliação do emprego, da cidadania e da solidariedade para o conjunto dos paranaenses. - Gestão Do Estado - promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade; ampliar a capacidade de gestão do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver projetos de produção mais limpa nas indústrias paulistas; Promover articulação dos programas de atendimento às comunidades indígenas. Desenvolver estudos, pesquisa e monitoramento de regiões sujeitas a situações de risco; • Apoiar a implantação do sistema integrado de hidrometeorologia do ESP; • Promover estudos de prospecção de demandas locais e regionais.



Ministério
do Planejamento

